

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA SOCIAL

JOÃO LEONEL DA ROSA PANTOJA

A batalha por Brasília: **Tribuna da Imprensa** x **Diário Carioca**
(1956-1960)

Brasília – DF
Julho de 2012

JOÃO LEONEL DA ROSA PANTOJA

A batalha por Brasília: **Tribuna da Imprensa** x **Diário Carioca** (1956-1960)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História Social.

Área de Concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Ione Oliveira

Brasília – DF
Julho de 2012

TERMO DE APROVAÇÃO

JOÃO LEONEL DA ROSA PANTOJA

A batalha por Brasília: **Tribuna da Imprensa** x **Diário Carioca** (1956-1960)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História Social.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Ione Oliveira (orientadora)
Universidade de Brasília – PPGHIS

Professora Doutora Lucilia de Almeida Neves Delgado
Universidade de Brasília – PPGHIS

Professor Doutor Antonio José Barbosa
Universidade de Brasília – Departamento de História

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Rosalva Nunes da Rosa, pelo apoio e aos meus amigos pela compreensão nos momentos difíceis. Também agradeço aos professores que me acompanharam e muito me ensinaram durante o mestrado, aos solícitos funcionários do Programa de Pós-Graduação em História e aos funcionários do setor de microfilmagem da Câmara dos Deputados. Por fim, devo meu reconhecimento à minha orientadora Ione Oliveira por sua paciência, correção e orientação.

RESUMO

Palavras-Chave: Brasília; imprensa; história política; governo Kubitschek

Durante o governo Kubitschek, dois jornais publicados no Rio de Janeiro – **Tribuna da Imprensa** e **Diário Carioca** – discutiram a construção da meta-síntese do programa governamental de Juscelino: Brasília, a nova capital. Os dois jornais apresentaram visões divergentes sobre a figura do presidente, a necessidade da construção da cidade e a execução da obra. O principal objetivo desta dissertação é mostrar como os dois jornais lutaram por fazer valer suas visões sobre a construção de Brasília e como tais visões estavam inseridas no contexto político-partidário do governo Juscelino entre 1956 e 1961.

ABSTRACT

Key words: Brasília; press; political history; Kubitschek government

During the Kubitschek government two newspapers published in Rio de Janeiro – **Tribuna da Imprensa** and **Diário Carioca** – discussed the construction of the meta-synthesis of Juscelino's government: Brasília, the new capital. The two newspapers had divergent views on the figure of the president, on the need to build the city and on its construction. The main objective of this dissertation is to show how these papers fought to assert their views on the construction of Brasília and how these views were entered into the political-party context of Juscelino's government between 1956 and 1961.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	04
RESUMO.....	05
ABSTRACT.....	06
INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO 1 – AS VÁRIAS “BRASÍLIAS” NA TRIBUNA DA IMPRENSA.....	28
1.1 A Tribuna da Imprensa.....	28
1.2 Brasília – “a capital ditatorial de um louco”.....	29
1.3 Brasília – a capital parasitária.....	36
1.4 Brasília – a capital da corrupção.....	42
1.5 Brasília – a capital incompleta.....	52
CAPÍTULO 2 – O DIÁRIO CARIOCA EM DEFESA DE BRASÍLIA.....	58
2.1 O Diário Carioca.....	58
2.2 O Diário e a defesa da construção de Brasília.....	59
2.3 O Diário oficialmente em defesa da capital.....	62
2.4 Brasília, a cidade que redefine o Brasil no mundo.....	65
2.5 A divisão da UDN defendida pelo Diário	68
2.6 A conclusão de Brasília... e as conspirações.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	84

INTRODUÇÃO

A construção de Brasília e a transferência da capital durante o governo Juscelino Kubitschek não aconteceram sem polêmicas e discussões. Durante os cinco anos de sua construção, Brasília foi objeto de críticas ferrenhas e defesas apaixonadas. Recuperar um pouco do ambiente que cercou a mudança da capital durante os seus anos de construção é valorizar a experiência da história enquanto ela acontece para os seus protagonistas. Afinal, é fácil cair em explicações que tornam determinados eventos como praticamente inevitáveis.

O principal objetivo do trabalho é justamente o contrário. Não é desconsiderar explicações que, como será visto adiante, concentram-se em elementos “estruturais” para entender a construção da capital. Não é, também, desconsiderar defesas apaixonadas de agentes que se envolveram diretamente na construção da capital e que a defenderam a tal ponto de desvalorizar sequer a possibilidade do fracasso da empreitada. O objetivo é resgatar a construção de Brasília como um período conflituoso em que os agentes, de ambos os lados, defensores e detratores, esforçaram-se para convencer com argumentos a justiça de suas posições. O objetivo é, em suma, resgatar o debate político sobre a construção de Brasília durante os anos do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Para alcançá-lo, analisaremos dois jornais publicados no então estado do Rio de Janeiro durante o período: a **Tribuna da Imprensa**¹ e o **Diário Carioca**². Esses periódicos foram escolhidos por terem posições radicalmente diferentes sobre a construção de Brasília e, principalmente, por terem se posicionado com vigor e disposição até o dia da inauguração da cidade, 21 de abril de 1960.

Antes de apresentar a divisão dos capítulos e resumi-los brevemente, é importante esclarecer duas questões. Primeiro: como foi entendido política e como tal entendimento justifica o uso de jornais para identificar uma disputa aqui chamada de política; segundo: explicar por quais motivos certas abordagens sobre a construção de Brasília não parecem plenamente satisfatórias.

A começar pelo conceito de política. Utilizamos aqui o termo em um sentido mais fluido, defendido pelo historiador francês Rémond em **Por uma história política**³. De acordo com o autor, o historiador precisa ter claro o que entende por política e sua relação com outras dimensões da

¹ Jornal fundado em 1949 por Carlos Lacerda e vendido a Hélio Fernandes em 1962. Maiores detalhes sobre a **Tribuna da Imprensa** serão dados no primeiro capítulo – Subitem 1.1.

² Jornal fundado por José Eduardo de Macedo Soares em 1928 e extinto em 1965. Maiores detalhes sobre o **Diário Carioca** serão dados no segundo capítulo – subitem 2.1.

³ René RÉMOND. “Do político” in: René RÉMOND (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp.441-450.

realidade. A primeira medida para entender um pouco sobre a dimensão do político é não insistir em limitá-lo rigorosamente. As circunstâncias podem alterar o que é político e o que não é. Certas situações ampliam o espaço do político: em tempos de guerra, o que não é político? Em períodos de paz, argumenta Rémond, muitas coisas que eram atribuições exclusivas do Estado, como a distribuição de víveres, deixam de ser e o tamanho do Estado diminui. Em resumo, para o autor: “Na verdade, o campo do político não tem fronteiras fixas, e as tentativas de fechá-lo dentro de limites traçados para todo o sempre são inúteis”.⁴

Pensando historicamente, Rémond afirma que não há setor que não se relacione com o campo político em algum momento:

Praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político. [...] Nada seria mais contrário à compreensão do político e de sua natureza que representá-lo como um domínio isolado: ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios.⁵

A posição do historiador francês, como se vê, é a de evitar o máximo possível definir o político. Parece, porém, que há um mínimo denominador comum entre todos os exemplos por ele apresentados: o Estado. Se, em algum momento da história, determinada atividade depende do Estado para ser realizada, ela torna-se política. É a partir dessa ideia que consideramos a escolha dos dois jornais e da temporalidade de análise para o trabalho como políticos. O que ambos tentam é influenciar políticas estatais. É fazer com que sua razão seja escutada por aqueles que tomam as decisões e empreendem a partir das estruturas estatais, mesmo que os jornais não façam parte destas. Concordando com a fluidez do político defendida pelo autor, parece incontestável que o **Diário Carioca** e a **Tribuna da Imprensa** tiveram discussões políticas sobre a construção de Brasília.

Além do mais, o que são jornais em épocas democráticas? Segundo o pensador francês Tocqueville, em sua análise sobre a democracia nos Estados Unidos da América durante o século XIX⁶, o jornal em uma sociedade democrática serve justamente para tentar influenciar um maior número de pessoas a empreender ações coletivas. É justamente a existência de jornais que aponta para uma sociedade democrática. Para justificar sua análise, contrasta sociedades democráticas com aristocráticas. Em sociedades aristocráticas, como são poucos os grandes cidadãos, aqueles com poder de decidir, eles não precisam de jornais para se comunicar e

⁴ RÉMOND, op.cit. p.443.

⁵ RÉMOND, op.cit. p.444.

⁶ Alexis de TOCQUEVILLE. **A democracia na América**: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

planejarem ações coletivas: “Os principais cidadãos que habitam num país aristocrático percebem-se de longe e, se quiserem se somar suas forças, caminham-se uns aos outros”.⁷ Segundo Tocqueville, o mesmo não se dá em sociedades democráticas, em que um número maior de cidadãos tem o mesmo direito de voz e de tentar emplacar ações coletivas. Para tal, é necessário um veículo de comunicação que una pensamentos e que atualize os cidadãos sobre os assuntos administrativos.⁸

Concordando com Tocqueville e Rémond, julgamos que a utilização de jornais como fonte de análise para a compreensão de disputas políticas é legítima e necessária. Utilizando-se a visão de Rémond, defendemos aqui que ambos os jornais lutaram para influenciar a política estatal sobre a construção de Brasília e, fazendo uso de Tocqueville, que ambos os jornais tentaram angariar o maior número possível de pessoas dentro de suas limitações para apoiar suas posições e concretizar seus objetivos.

Além da importância salientada por Tocqueville dos jornais em períodos democráticos e a ampliação do conceito de político defendida por Rémond, é importante salientar defesas diretas da imprensa como objeto de estudos históricos. Tânia De Luca⁹ faz um breve histórico sobre os motivos pelos quais os impressos foram, por muitas vezes, ignorados como fontes históricas e como, com o tempo, as críticas antigas foram ultrapassadas e, hoje, os impressos podem ser vistos como objetos legítimos.

De acordo com a autora, por muito tempo os impressos foram desconsiderados como fontes do estudo histórico por supostamente serem veículos neutros de transmissão de informação. Não exibiriam opiniões, subjetividade. Seriam exclusivamente objetivos, relatando, reportando. Para a autora, equívocos são cometidos ao pensar que jornais são instrumentos neutros. Não são, e, muitas vezes, suas páginas podem refletir, inclusive, interesses de classe e de setores sociais. Entretanto, um grande número de jornais indica a existência de uma variedade de opiniões, e os jornais servem justamente para juntar pessoas com opiniões semelhantes em torno de um determinado assunto. Logo, em sociedades democráticas, não jornais são apenas fornecedores neutros de informação.

A autora cita dois estudos publicados no Brasil que alteraram o status dos jornais como fontes históricas. Estas obras trataram a imprensa como veículo de divulgação de opiniões de grupos específicos e enxergaram as estruturas que determinam certas características da imprensa. Uma delas é **História da imprensa no Brasil** de Nelson Werneck Sodré. Como ainda será

⁷ TOCQUEVILLE, op.cit. p.138.

⁸ TOCQUEVILLE, op.cit. p.139.

⁹ Tânia Regina DE LUCA. “História dos, nos e por meio dos periódicos” in: Carla Bassanezi PINSKY (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011. pp.111-154.

abordado, o trabalho de Sodré procura relacionar a imprensa com determinações de ordem estrutural provenientes do estado de desenvolvimento econômico nacional. Também há o cuidado em se atentar para as disputas entre os jornais em torno de questões polêmicas, como o monopólio estatal da extração do petróleo. Enfim, Sodré mostra como a imprensa pode ser tratada além da ideia de imparcialidade, salientando suas determinações estruturais, diminuindo a suposta objetividade dos periódicos e os combates de opinião.

O mesmo teriam feito Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado em 1980 com a publicação do livro **O Bravo Matutino**. Nele, as autoras se dedicaram a mostrar como, entre 1927-1937, o jornal **O Estado de S. Paulo** tornou-se o porta-voz de ideias das classes dominantes paulistas. As autoras partiram do pressuposto que editoriais e notícias não eram neutros, mensagens que apenas retratavam a realidade. Eles eram, na verdade, opiniões, interpretações sobre fatos e, como tais, dignos de serem analisados para a captura de um pensamento mais abrangente de um determinado grupo.

As autoras escolhem um jornal como fonte histórica justamente por considerarem que o jornal é, também, um veículo de intervenção na vida social. Ele não apenas opina e interpreta, ele opina e interpreta com a intenção de alterar ou conservar aquilo que reconhece como a realidade social. Assim, um periódico é inserido como agente social. Nas palavras das autoras:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.¹⁰

Para De Luca, os dois trabalhos são essenciais, pois mostram como impressos devem ser tratados a partir da ideia de agentes sociais. E a perspectiva adotada neste trabalho não será diferente. Ao se entrar num momento da história do Brasil, a construção de Brasília, dois jornais impressos, a **Tribuna da Imprensa** e o **Diário Carioca** serão abordados como agentes sociais, como grupos em lados opostos que interpretam o acontecimento de formas diferentes e, com seus editoriais e com suas notícias, buscam intervir na sociedade para fazer valer a sua versão dos fatos.

Voltaremos agora ao que se pode chamar de abordagens que desconsideraram as disputas políticas durante o período como importantes para o desfecho do caso. Citaremos dois

¹⁰ Maria Helena CAPELATO e Maria Ligia PRADO. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S.Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. p.XIX.

exemplos. O primeiro, mais intelectualizado, balizado em argumentos teóricos mais refinados, pode ser analisado tal como defendido por Ricardo Farret em seu artigo intitulado “O Estado, a questão territorial e as bases da implantação de Brasília”.¹¹ Para o autor, os argumentos ideológicos que justificam são relevantes, mas ainda mais relevante é entender o estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro que tornou possível e necessária a construção da cidade na década de 50.

A política territorial empreendida pelo Estado moderno, diz o autor, é um “conjunto complexo de programas e ações dirigidas para a eliminação de obstáculos à total socialização do espaço – nacional, regional ou local – pela reprodução expandida do capital”.¹² Farret estipula que uma política territorial é determinada pelo estágio em que se encontra o desenvolvimento capitalista no Brasil. Divide a história do desenvolvimento capitalista do país até 1964 em dois momentos, cada qual com seu modelo de exploração territorial: o período do modelo primário de exportação (1900-1930) e o do modelo de acumulação industrial (1930-1964).¹³

Em resumo, o modelo primário de exportação consiste nos ciclos produtivos de monoculturas destinados para a demanda europeia: açúcar, algodão, ouro e café. O modelo exigiu a exploração territorial favorável ao cultivo dos produtos necessários e ao escoamento destes. Logo, a atenção da política territorial do Estado teria se concentrado em regiões costeiras e agrícolas do território nacional. O modelo de acumulação industrial, por sua vez, determinou o aumento da demanda interna. A capacidade de produção industrial brasileira na década de 50 ficaria subutilizada sem a expansão da fronteira econômica do país.¹⁴ Alargar o mercado interno foi um imperativo estabelecido pelo estágio de desenvolvimento capitalista do Brasil, e a construção de Brasília como forma de expandir o mercado interno tornou-se viável e necessária.

Aceitar plenamente a explicação estrutural apresentada por Farret, por mais que traga elementos interessantes para a compreensão da mudança da capital, é ignorar completamente a parte da experiência histórica que se tenta resgatar com o trabalho. Ou devemos julgar que milhares de linhas que foram escritas sobre Brasília por defensores e detratores durante a construção são apenas tentativas inúteis de peões manipulados por forças que não podem controlar? Afinal, tenha dito o que tenha dito a **Tribuna da Imprensa**, o estágio do capitalismo brasileiro exigia, imperava, a construção de Brasília naquele momento. Tenha dito o que tenha dito o **Diário Carioca**, suas defesas apaixonadas foram mera pirotecnia em um jogo de cartas marcadas que já estava decidido para o seu lado. Soubessem disso na época, certamente nenhum dos jornais teria perdido tempo defendendo suas posições.

¹¹ Ricardo L. FARRET. “O Estado, a questão territorial e as bases da implementação de Brasília” in: Aldo PAVIANI. **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. Brasília: Universidade de Brasília, 2010. pp.25-60.

¹² FARRET, op.cit. p.27.

¹³ FARRET, op.cit. p.29.

¹⁴ FARRET, op.cit. p.35.

Existem outras forças além das que movem o capitalismo que podem ser utilizadas para tornar o que aconteceu em algo inevitável e desvalorizar o debate. Eventos foram utilizados como argumento por protagonistas do período que, justamente, queriam transformar Brasília em um fato praticamente inevitável. Veremos no capítulo dedicado ao **Diário Carioca** (segundo capítulo) que o jornal se utilizou, em grande medida, desses argumentos. Ele é bem simples: Brasília seria a realização da vontade nacional. Contra a vontade histórica de um povo, quem é capaz de se colocar contra? Quem muito utilizou sentenças declarativas da vontade histórica do povo brasileiro foi um dos responsáveis pela sua construção, o arquiteto Oscar Niemeyer.

Em livro bastante conhecido, **Tudo que é sólido desmancha no ar**¹⁵, o escritor norte-americano Marshall Berman descreve uma pequena contenda que teve com Niemeyer. Segundo o autor, ao saber de suas críticas às consequências políticas do modelo arquitetônico de Brasília, o arquiteto teria respondido que Brasília pode ter seus defeitos, mas sua construção foi “a vontade do povo brasileiro”¹⁶.

As discussões apresentadas por Tocqueville ratificam novamente as justificativas para o trabalho de pesquisa. Em capítulo da obra **A democracia na América**, intitulado “De algumas tendências particulares aos historiadores nas eras democráticas”, o autor trata da questão pessoal em tempos aristocráticos. Segundo Tocqueville, os historiadores cometem o erro de achar que todo acontecimento é fruto da vontade imperiosa de indivíduos excepcionais.¹⁷ São eles que comandam a história. Por outro lado, em eras democráticas, os historiadores acabam com o indivíduo, com a liberdade dos homens, e buscam em causas abstratas e além do controle de qualquer grupo coletivo e sua vontade o motor das transformações:

Como fica difícil perceber e analisar as razões que, agindo separadamente sobre a vontade de cada cidadão acabam produzindo o movimento do povo, tem-se a tentação de crer que esse movimento não é voluntário e que as sociedades obedecem sem saber a uma força superior que as domina.¹⁸

Os historiadores das eras democráticas, afirma Tocqueville, não se contentam apenas em mostrar como as coisas aconteceram por forças além do controle de indivíduos ou grupos de indivíduos. Eles também gostam de apontar que não poderia ter acontecido de outro modo.¹⁹ As análises de Tocqueville sobre como o historiador deve olhar para épocas democráticas são

¹⁵ Marshall BERMAN. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

¹⁶ BERMAN, op.cit. p.18.

¹⁷ TOCQUEVILLE, op.cit. p.99.

¹⁸ TOCQUEVILLE, op.cit. p.101.

¹⁹ TOCQUEVILLE, op.cit. p.102.

essenciais para este trabalho. Assim como desconfiamos das explicações que pretendem mostrar como forças inevitáveis – sejam materiais ou idealistas – levam o mundo para uma direção que não pode ser alterada por ninguém, as apreciações de Tocqueville nos remetem às discussões sobre a construção de Brasília e inspiraram esta pesquisa em dois jornais – dois grupos – que acreditavam em sua capacidade de alterar o curso da história.

Estabelecidas as premissas teóricas que levaram a valorizar e a procurar em dois jornais durante o período da construção de Brasília uma luta de palavras como sendo uma luta política digna de análise, apresentamos agora como a dissertação foi dividida. No primeiro capítulo, artigos, editoriais e reportagens publicadas pela **Tribuna da Imprensa** sobre a construção de Brasília de janeiro 1956 até abril de 1960 foram analisados. O objetivo foi identificar os principais argumentos apresentados pelo jornal contra a construção de Brasília, não entrando em detalhes sobre as críticas feitas pelo jornal contra outras características do governo Juscelino.

No segundo capítulo, foi feito o mesmo com o **Diário Carioca**. Artigos, editoriais e reportagens sobre a construção e transferência da capital serão analisados e os principais argumentos favoráveis determinados. Também não foram considerados em detalhes outros aspectos do governo Juscelino Kubitschek, defendidos pelo periódico **Diário**.

Concluimos comparando a posição de ambos os jornais em quatro pontos que se identificaram especialmente conflituosos. Primeiro, a figura de Juscelino Kubitschek: um presidente dinâmico para o **Diário**, irresponsável e demagogo para a **Tribuna**. Segundo, a necessidade da construção de Brasília: imprescindível para um, desperdício completo para o outro. Terceiro, a corrupção na construção da cidade: silêncio de uma parte, estridência de outra. E quarto, a importância de Brasília para o futuro da nação: para a **Tribuna** uma dívida financeira a ser paga pelas futuras gerações, para o **Diário** uma cidade que não só insere o Brasil na modernidade, como o transformará em um de seus líderes.

Depois de feita a comparação, esperamos ter elementos suficientes para mostrar o objetivo principal do trabalho: como a construção de Brasília tornou-se, sim, um objeto de discussões ferrenhas e oposições inconciliáveis entre sujeitos – aqui coletivos, os jornais – que até o fim gastaram tempo, papel e escrita para alcançar objetivos que não julgavam estar além de suas forças e determinados previamente.

A conclusão também servirá para a realização de dois objetivos secundários da dissertação. O primeiro, ver até que ponto as opiniões de ambos os jornais coincidem com ideologias dos três principais partidos do período, PTB, UDN e PSD²⁰. O segundo, ver até que ponto a análise dos jornais corrobora as afirmativas de Thomas Skidmore e Vânia Maria Losada

²⁰ Partido Trabalhista Brasileiro, União Democrática Nacional e Partido Social Democrático, respectivamente.

Moreira, que consideram o projeto de Brasília como uma cola que juntou interesses diversos e conseguiu dar estabilidade ao governo Juscelino.

Contexto da imprensa nacional após 1945.

Marialva Barbosa afirma que, no início dos anos de 1950, circulavam no Rio de Janeiro 18 jornais diários – 13 matutinos e 5 vespertinos. A tiragem global era cerca de 1.250.000 exemplares. A autora classifica os jornais de acordo com o poder de difusão em função da tiragem e influência política que detinham. Entre os matutinos figuravam o **Correio da Manhã**, o **Jornal**, o **Diário de Notícias**, o **Dia**, a **Luta Democrática** e o **Diário Carioca**; e entre os vespertinos eram considerados o **O Globo**, a **Última Hora** e a **Tribuna da Imprensa**.²¹

Para que se entenda a estrutura e a conjuntura da imprensa brasileira pós-45 até o fim do governo JK, serão utilizados dois autores, Nelson Werneck Sodré²² e Ana Maria de Abreu Laurenza²³. O primeiro dará uma visão mais abrangente e estrutural sobre as condições da imprensa no período. A segunda fornecerá informações mais conjunturais sobre os principais periódicos e nomes da imprensa brasileira no mesmo período.

Sodré analisa desde a imprensa colonial até o controle da imprensa em meados da década de 1960, a partir das características estruturais da sociedade brasileira. A primeira metade do século XX viu um Brasil transformando-se a partir dos padrões estabelecidos pela burguesia ascendente. Com o fim da escravidão, com a ascensão e consolidação da forma republicana de governo, a imprensa brasileira também se transforma, deixando as características artesanais e virando um empreendimento industrial. É o que o autor chama de a passagem da pequena para a grande imprensa. Um processo que começa no início do século XX e, diz, está praticamente consolidado no final da primeira metade do século.²⁴

A análise do autor é condicionada pela sua visão marxista sobre o desenvolvimento e as características de instituições “superestruturais”, dependentes que seriam do desenvolvimento e características das bases econômicas “estruturais”. Em suma, o Brasil, que a partir do início do

²¹ Marialva BARBOSA, **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.154.

²² Nelson Werneck SODRÉ. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. 5.ed.

²³ Ana Maria de Abreu LAURENZA. “Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda” in: Ana Luiza MARTINS e Tânia Regina DE LUCA (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2011.

²⁴ SODRÉ. op.cit. p.573.

século XX passou a se industrializar e se desenvolver a partir de moldes burgueses, não poderia deixar de ter uma imprensa que acompanhasse o movimento.

São por tais motivos, segundo o autor, que abrir um jornal tornava a empresa cada vez mais dispendiosa. Após a Segunda Guerra Mundial, o número de jornais que sumia era crescente. Surgiam grandes conglomerados midiáticos, como os **Diários Associados**. E a grande imprensa, em sua visão, não poderia deixar de estar sempre em combate contra as propostas nacionalistas. Sodré cita o caso da exploração petrolífera. A imprensa, afirma, teria se unido para combater a tese da exploração estatal, sem divergências.²⁵

Sodré também salienta a importância das inovações nas técnicas jornalísticas que surgiram na imprensa brasileira do período. O surgimento do *lead* no **Diário Carioca** e as inovações gráficas em jornais como o **Jornal do Brasil**²⁶ e o **Última Hora**²⁷, que teriam revolucionado a apresentação do jornal e, inclusive, a sua forma de opinar e informar.²⁸

Não é preciso concordar com todas as observações do autor sobre o comportamento efetivo da imprensa no Brasil pós-45, mas duas características salientadas por ele são relevantes: a imprensa tornou-se cada vez mais um empreendimento industrial que dependia de grandes investimentos, e os periódicos da época teriam se envolvido ferozmente nas questões públicas nacionais. É o que será visto ao longo do trabalho com as discussões sobre a construção de Brasília.

Após salientar quais seriam as condições estruturais da imprensa brasileira pós-1945, cabe uma análise conjuntural do período. Como base para as informações que serão analisadas sobre a imprensa no período pós-45 até final do governo Juscelino Kubitschek, será utilizado o artigo escrito por Laurenza “Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda”²⁹. Percebemos, pelo título do trabalho, que a autora compactua com um ponto da visão de Sodré: o período foi marcado por grandes e intensos debates entre os diversos impressos.

²⁵ SODRÉ, op.cit. p.582.

²⁶ O **Jornal do Brasil** foi fundado em 9 de abril de 1891. Atualmente, existe apenas em versão online. Para maiores informações sobre o jornal, ver seu verbete no **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**.

²⁷ O jornal **Última Hora** foi fundado por Samuel Wainer em 12 de junho de 1951. Por dificuldades financeiras, encerrou suas atividades em 26 de julho de 1991. Para maiores informações sobre o jornal **Última Hora**, ver seu verbete no **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**.

²⁸ SODRÉ, op.cit. p.578.

²⁹ LAURENZA, op.cit.

A autora se concentra em três grandes nomes da imprensa nacional do período: Carlos Lacerda, Samuel Wainer³⁰ e Assis Chateaubriand³¹. Dos três, o que ganha maior destaque é Assis Chateaubriand. Não tanto pela sua virulência e importância como jornalista, mas pela sua relevância como administrador de um grande conglomerado midiático. Lacerda e Wainer ganham destaque menos pelas suas habilidades como administradores e grandes empresários da imprensa, e mais como polemistas, cada um de um lado do ringue. A autora prefere escolher os dois como grandes símbolos de disputas diretas na imprensa entre versões divergentes sobre os mais variados assuntos.

Apenas para se estabelecer uma noção, Chateaubriand era dono do conglomerado de imprensa chamado **Diários Associados**. O conglomerado administrava impressos diários, revistas, emissoras de televisão e emissoras de rádio. Vemos, assim, a plena realização das conclusões de Sodré: a imprensa no período que começa no início do século XX exigia investimentos cada vez mais altos e a concentração de vários meios de comunicação nas mãos de determinados grupos. Segundo Laurenza, os **Diários** viveram o ápice no período de 1946-1960. Esses teriam entrado em decadência com o golpe de 64. Mesmo assim, para se ter uma ideia da importância dos **Diários** em seu auge, quando da publicação do artigo de Laurenza, em 2008, o grupo ainda se fazia presente e ativo com três jornais, sete emissoras de TV, doze emissoras de rádio, uma fundação, seis provedores de internet, um teatro, uma fazenda e um cine-vídeo.³²

As demais partes do artigo da autora concentram-se no debate entre Carlos Lacerda e Samuel Wainer. Entre discordâncias sobre o governo Vargas, entre disputas políticas que terminariam em uma CPI sobre o financiamento que Wainer teria recebido do Banco do Brasil para montar o jornal **Última Hora**, o artigo estabelece que a grande rivalidade jornalística do período se deu entre as duas figuras. Enquanto Chateaubriand seria o grande industrial que cuidava de longe dos seus negócios, Lacerda e Wainer, com a **Tribuna da Imprensa** e a **Última Hora**, representavam dois lados opostos de uma briga principalmente política.

A rivalidade era tão forte e tão significativa que, diz a autora, foi parcialmente responsável pelo suicídio de Vargas. O artigo ignora a existência de outros jornais e periódicos possivelmente relevantes durante o período para entrar em alguns detalhes sobre as controvérsias que envolveram os dois jornalistas.

O que mais interessa, porém, é a afirmação da autora sobre as afiliações políticas dos jornais. Segundo afirma, a briga entre **Tribuna** e **Última Hora** seria uma briga entre a UDN e o

³⁰ Para mais informações sobre a vida de Wainer, sua carreira e disputas com Carlos Lacerda, ver Samuel WAINER. **Minha razão de viver**: memórias de um repórter. Record: Rio de Janeiro:1988.

³¹ Para mais informações sobre Assis Chateaubriand, ver Fernando MORAIS. **Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand**. Companhia das Letras: São Paulo, 1994.

³² LAURENZA, op.cit. p.181.

PTB, entre lacerdistas e getulistas. O que atenta para a importância das brigas políticas expressas nos jornais no período 1945-1964. Não eram apenas divulgadores de notícias neutras, aliás, eram especialmente defensores de visões políticas determinadas. Outro importante motivo para não se ignorar os impressos como fontes para a história política do período. Porém, a grande discordância entre Samuel e Carlos, a **Última Hora** e a **Tribuna**, acontece durante o governo Getúlio Vargas entre 1951 e 1954, e o artigo se concentra principalmente em descrever as controvérsias daquele período, passando rapidamente pelo o que aconteceu antes e o que aconteceu depois.

O que nem Sodré nem Laurenza destacam são impressos que não tiveram tanto destaque, seja por falta de estrutura industrial, seja por fazer parte de conglomerados, seja por não se envolverem com veemência na maior disputa política que aparentemente existiu na imprensa brasileira durante o período 1945-1964. Mas, como pretendemos mostrar, Carlos Lacerda e sua **Tribuna da Imprensa** não foram hostilizados apenas por Samuel Wainer. Outro jornal, como o **Diário Carioca**, também entrou nas discussões a partir das propostas apresentadas pela **Tribuna**. Não com tanta virulência, não com tanto drama político e rivalidades pessoais, mas conforme esta análise do **Diário** a respeito da construção de Brasília, suas posturas foram feitas com convicção: motivos pelos quais escolhemos o **Diário Carioca** para fazer o contraponto ao pensamento da **Tribuna da Imprensa**.

Se avaliado pela perspectiva do artigo de Laurenza, a escolha do jornal **Última Hora** e suas opiniões sobre a construção de Brasília seriam igualmente imprescindível como fonte histórica e base de análise comparativa com a **Tribuna da Imprensa**. Por razões de ordem prática e, também, por razões de ordem lógica, escolhemos o **Diário Carioca**. As de ordem prática são de rápida e simples explicação: o **Diário Carioca** está inteiramente disponível no Arquivo da Câmara dos Deputados em microfimes. O mesmo não se dá com o **Última Hora**, que está em fragmentos e, aliás, fragmentos de leitura extremamente difícil.

As razões de ordem lógica atentam para o objetivo do trabalho. Como bem esclareceu Laurenza, vimos que a controvérsia entre **Tribuna** e **Última Hora** teve o seu ápice durante o segundo governo Getúlio Vargas, em torno das principais questões que marcaram sua administração. Aliás, mesmo Sodré, que não entra em análises aprofundadas sobre as discussões pontuais que marcaram a imprensa no período, quando cita uma, cita a questão do petróleo, que teve maior destaque exatamente durante o respectivo período do governo Vargas.

Como o objetivo do trabalho é capturar a controvérsia durante o governo Juscelino, durante um governo do PSD, consideramos que seria mais adequado, junto com a questão prática, o uso de um diário mais ligado ao pensamento e à ação política de Kubitschek que ao getulismo. E foi o que encontramos com o **Diário Carioca**, como ficará claro com o breve histórico feito do **Diário** no capítulo sobre sua análise e, principalmente, pela análise das reportagens e opiniões do jornal. Sem dúvida, os dois jornais, **Tribuna da Imprensa** e **Diário Carioca**, não tinham a mesma

estatura e as controvérsias entre os dois não chegaram aos extremos, mas a escolha do **Diário** se adequa aos objetivos do trabalho.

Uma breve análise sobre o governo JK e as ideologias do PTB, UDN, e PSD

É importante ressaltar que esta introdução não é um estudo exaustivo da historiografia sobre o papel de Brasília na estabilidade do governo JK e a ideologia dos três principais partidos da época (PTB, UDN e PSD), mas terá um formato que permita uma melhor compreensão do tema à luz de alguns autores como Skidmore³³ e Delgado³⁴, dentre outros³⁵. Por mais que não se pretenda falar sobre disputas partidárias e sobre ações estatais em si, julgamos necessário mostrar que os jornais não debateram em um vácuo de disputas ideológicas e partidárias. A finalidade, neste momento, é fornecer elementos para alcançar os objetivos secundários do trabalho: pretendemos comparar as opiniões dos jornais com o que foi estabelecido como o mínimo denominador comum ideológico que identificava cada uma das três principais organizações político-partidárias do período; e também mostrar como, por mais que alguns autores argumentem que Brasília serviu como cola para unir interesses distintos, esta não foi uma cola forte o suficiente para eliminar as divergências que ficarão claras na análise dos jornais.

O Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) é visto como uma exceção durante o período democrático de 1945-1964.³⁶ O motivo é a combinação entre governo constitucional e democrático, término do mandato e realizações econômicas efetivas. Afinal, os outros governos do período sofreram com a instabilidade política e as discretas realizações econômicas. Notamos que para os autores consultados sobre o período do governo Juscelino em específico, Brasília virou um marco para a manutenção da estabilidade nacional.³⁷ Entretanto, antes de entrar nas peculiaridades do governo Juscelino Kubitschek, articularemos de forma breve algumas características do sistema partidário vigente entre 1945-1966.

O cientista político David Fleischer³⁸ caracteriza os períodos partidários a partir do número de partidos e de sua correlação de forças. De acordo com sua análise, no período pluripartidário

³³ Thomas SKIDMORE. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

³⁴ Lucília de Almeida Neves DELGADO. "Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia" in: Lucília de Almeida Neves DELGADO e Jorge FERREIRA (orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp.127-154.

³⁵ Benevides, Campello de Souza, Chacon, Fleischer, Hippólito, Motta, Dillon Soares, Moreira. As referências de suas obras se encontram em notas de rodapé e ao final do trabalho nas referências bibliográficas.

³⁶ SKIDMORE, op.cit. Ver também Vânia Maria Losada MOREIRA. "Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural" in: DELGADO e FERREIRA; (orgs). op.cit. pp.155-194.

³⁷ SKIDMORE, op.cit.; MOREIRA, op.cit.

³⁸ David FLEISCHER. "Os partidos políticos" in: Lúcia AVELAR e Antônio Octávio CINTRA. **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007. pp.303-348.

entre 1945 e 1966 a grande novidade em relação aos anteriores é o surgimento de partidos de abrangência realmente nacional. Fleischer cita os três maiores partidos – PTB, UDN e PSD – e vários outros partidos que existiram durante o período, mas que tiveram expressão estadual – como o Partido Social Progressista e Partido Democrata Cristão – ou expressão personalista – como Partido Republicano e Partido Libertador.³⁹ Para o cientista político, a existência de um grande número de partidos fracos e sem consistência ideológica dificultou a formação de alianças coesas e permanentes no Congresso⁴⁰, o que serviu como uma explicação possível para a instabilidade política que dominou o período 1945-1966.

Lucilia Delgado ressalta a efervescência partidária que marcou os anos de 1945 a 1964. A autora também utiliza o termo pluripartidarismo para caracterizar a experiência partidária do período, mas não considera a existência de diversos partidos como uma característica essencialmente ruim. De acordo com Delgado, 1945-1964 foi: “Uma fase da trajetória nacional brasileira que, apesar das inúmeras contradições que a marcaram, encontrou na efervescência da vida partidária uma efetiva contribuição para a ampliação da prática democrática no Brasil”.⁴¹

A avaliação positiva feita por Delgado da experiência pluripartidária para a ampliação da prática democrática no Brasil, também concentra sua análise nos três maiores partidos da época. Estes foram os partidos que dominaram o cenário eleitoral e político, e os únicos que conseguiram abrangência nacional. Entretanto, Delgado elabora de maneira diferenciada a relação que se estabeleceu entre os três grandes partidos. A autora afirma que a herança getulista marcou a configuração do poder: contra a herança, ficou a UDN. Favoráveis ao legado getulista, mesmo que de formas diferentes, se estabeleceram o PSD e o PTB. Ficará claro, posteriormente, que a estabilidade política do governo Juscelino Kubitschek muito se deveu a solidez da aliança entre PSD e PTB. De acordo com Delgado, a partir da década de 1960, o afastamento do PTB do PSD e a aproximação do último com a UDN colaboraram para o desequilíbrio do sistema.

Para o propósito secundário do trabalho, é interessante apontar quais foram as características ideológicas mínimas que identificaram os três principais partidos. Para tal, recorreremos novamente ao trabalho de Delgado como referência, mas aprofundando-se em alguns pontos que são julgados importantes, a começar pela UDN. Segundo Delgado, o partido se caracterizava pela sua divisão interna e surgiu como uma grande aliança contra Getúlio Vargas. Como toda frente político-partidária ampla, se compunha de grupos os mais diversos.

Esta análise foi inicialmente produzida por Maria Victoria Benevides, que apontou os principais setores que formaram a UDN:

³⁹ FLEISCHER, op.cit. p.304.

⁴⁰ FLEISCHER, op.cit. p.308.

⁴¹ DELGADO, op.cit. p.132.

1. As oligarquias destronadas com a Revolução de 1930;
2. Os antigos aliados de Getúlio (marginalizado depois de 1930 ou em 1937);
3. Os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945;
4. Os grupos liberais com forte identificação regional;
5. As esquerdas.⁴²

O trabalho de Benevides é uma das principais referências sobre a UDN no meio acadêmico e uma das grandes preocupações da autora é entender como um partido tão fragmentado e cheio de grupos distintos pode ser considerado um partido político.⁴³ A resposta de Benevides é o “udenismo”: uma espécie de ideologia ampla o suficiente para unir udenistas das mais diversas estirpes. O udenismo teria três características fundamentais: o elitismo, o anti-estatismo e o moralismo.⁴⁴ O elitismo é manifestado pelo desprezo dos udenistas pelo povo, pelas massas ignorantes que não saberiam votar e que, afinal de contas, primeiro deveriam ser educadas para se libertarem para depois adquirirem a capacidade de escolha. O caráter elitista da agremiação se acentuou especialmente após as constantes derrotas em pleitos eleitorais para a Presidência da República.

O anti-estatismo representava a oposição do partido às intervenções estatais na sociedade e, principalmente, na economia. Já o moralismo era observado pelas críticas constantes dos udenistas contra supostas práticas de corrupção cometidas por seus adversários políticos. Assim, dois udenistas com estilos oratórios e políticos tão diferentes quanto Carlos Lacerda⁴⁵ e Affonso Arinos de Mello Franco⁴⁶, com divergências sobre vários assuntos, como a política externa, compartilhavam, em menor ou maior grau, as três características mencionadas.

Sobre o PSD, Delgado dá três características principais do partido: seria pragmático, habilidoso e conservador. De acordo com a autora, a grande capacidade da agremiação de se manter no poder deu aos seus integrantes o apelido de “raposas da política brasileira”.⁴⁷ A sua aliança com o PTB seria base de sustentação do governo Juscelino Kubitschek, mas as diferenças entre os partidos se acentuariam ao longo do tempo, especialmente por conta de suas bases distintas. A base do PSD era a máquina administrativa do primeiro governo Vargas em nível federal e setores rurais, enquanto o PTB se estabeleceu entre os sindicatos urbanos de trabalhadores.

⁴² Maria Victoria de Mesquita BENEVIDES. **A UDN e o udenismo**: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p.29.

⁴³ BENEVIDES, op.cit. p.158.

⁴⁴ Tentaremos ver na conclusão quais elementos considerados udenistas podem ser encontrados nas críticas feitas pela **Tribuna da Imprensa** ao empreendimento de Brasília.

⁴⁵ Jornalista e deputado federal pela UDN/RJ entre 1947-1955. Também governador do estado da Guanabara entre 1960-1965.

⁴⁶ Deputado federal pela UDN/MG entre 1960-1962. Também foi diplomata e imortal na Academia Brasileira de Letras.

⁴⁷ DELGADO, op.cit. p.138.

É difícil levar em conta o PSD e sua ideologia, pois, como ressaltam Delgado, Hippólito⁴⁸ e Motta⁴⁹, o grande político do PSD era o habilidoso, o pragmático e o flexível nas negociações, preocupado com o entendimento e o realismo político.⁵⁰ De qualquer forma, o PSD, durante o governo Juscelino, aliou-se a um partido que tinha formação ideológica um pouco mais determinada, o que pode ajudar a comparar com as posições do **Diário Carioca**.

O PTB surge, conforme análise de Delgado, com o objetivo de defender dois objetivos principais: as conquistas da legislação trabalhista e impedir a penetração do PCB entre as classes operárias⁵¹. Segundo a autora, o PTB é o partido do período que mais fornece detalhes para o estabelecimento de um programa político nítido e bem definido, o que contrasta com a abrangência quase indefinível do udenismo e o pragmatismo das raposas do PSD. É de interesse para o trabalho citar alguns pontos do programa do PTB para que, posteriormente, se possa compará-los com as posições do **Diário Carioca** e, se possível, encontrar algumas semelhanças. Delgado cita vários pontos, dentre eles:

1. Defesa da legislação social aos trabalhadores rurais;
2. Direito ao trabalho, a salário razoável e a jornada de oito horas;
3. Aumento do nível de vida da população brasileira;
4. Planificação econômica pelo Estado;
5. Melhor distribuição da riqueza;
6. Extinção dos latifúndios improdutivos, assegurando-se direito da posse da terra a todos os que queriam trabalhá-la.

Após olharmos sobre o que se pode chamar de posições ideológicas dos partidos que mais se destacaram no período 1945-1964, faremos uma breve análise da história da construção de uma nova capital brasileira até Juscelino, o Plano de Metas e as características do seu governo que garantiram relativo sucesso administrativo e econômico – em comparação a outros governos do período, marcados pela instabilidade.

Brasília foi construída por Juscelino Kubitschek, mas a ideia da construção de uma capital no centro geográfico do país é mais antiga. Existia, inclusive, antes do Brasil como país

⁴⁸ Lúcia HIPPIÓLITO. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁴⁹ Rodrigo Patto Sá MOTTA. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

⁵⁰ DELGADO, op.cit. p.138.

⁵¹ DELGADO, op.cit. p.141.

independente. Serão vistos dois projetos anteriores ao de Juscelino, aqui considerados essenciais, e, também, como o projeto de Juscelino se encaixou em seu estilo político e seu Plano de Metas.

De acordo com o estudo de Laurent Vidal⁵², a primeira concepção de uma capital mais para o centro geográfico do país se deu dentro do contexto da mudança forçada da família real portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808. Teriam, então, surgido vários questionamentos sobre o Rio de Janeiro como capital apropriada para o Império Português. Um dos nomes mais importantes a se manifestar contra o Rio como capital e a favor da internalização da administração central foi Hipólito José da Costa.⁵³

Primeiro, o jornalista criticava o Rio como sede da capital de uma monarquia. Uma cidade portuária, com vocação comerciante, não pode conviver com os luxos ociosos da nobreza. As duas características são incompatíveis. De acordo com Hipólito da Costa:

[...] a Côrte não deve residir no porto; ou lugar que se destinar a ser o empório do comércio; porque os negociantes, iludidos com o brilhante da Côrte, desejam fazer-se cortesãos, em vez de serem comerciantes. Procuram condecorações e títulos, em vez de procurar sobressair em seu comércio, que é o que lhes convém, e interessa ao Estado.⁵⁴

Como visto, essa é uma crítica pró-comércio, economicamente liberal. O ócio e o luxo da corte impedem o desenvolvimento do comércio, pois a iniciativa individual não se concentra mais na produção e troca de riquezas, mas na busca fútil, improdutiva e parasita de títulos e condecorações. O viés liberal da proposta de Hipólito da Costa aparece também na proposta da capital no centro geográfico do país. Escreve:

Os cortesãos deveriam se estabelecer em um país do interior, central, e imediato às cabeceiras dos grandes rios; edificariam ali uma grande cidade, começariam por abrir estradas que se dirigissem a todos os portos marítimos e removeriam os obstáculos naturais que têm os diferentes rios navegáveis, lançando assim os fundamentos ao mais extenso, ligado, bem defendido e poderoso Império que é possível.⁵⁵

⁵² Laurent VIDAL. **De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. p.26.

⁵³ Jornalista nascido em 13 de agosto de 1774 e falecido em Londres em 11 de setembro de 1823. Fundador em 1808 do jornal **Correio Braziliense**. É considerado um dos grandes nomes do pensamento liberal no Brasil no século XIX.

⁵⁴ Hipólito José da Costa cit. por Barbosa LIMA SOBRINHO. **Antologia do Correio Braziliense**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1977. p.613.

⁵⁵ Hipólito José da Costa cit. por LIMA SOBRINHO, op.cit. p.375.

A construção da capital no interior do país ligaria todos os pontos da nação e facilitaria a comunicação dos portos marítimos, centro do comércio, com regiões desligadas e isoladas no período. Vemos, ao analisar o **Diário Carioca**, que conectar o Brasil, que entrar em contato com regiões isoladas, é uma das justificativas para a efetiva construção de Brasília. Percebemos que a ideia é antiga e, enfim, frutífera.

Outro grande idealizador da capital no centro do país foi José Bonifácio⁵⁶. Após a Independência, defendeu a mudança por motivos de segurança, políticos, populacionais e econômicos. A seguir uma de suas falas sobre a mudança da capital:

Parece muito útil, até necessário, que se edifique uma nova capital do Império no interior do Brasil [...]. Esta capital poderá se chamar Petrópole ou Brasília. Disse que esta cidade era não só útil, mas necessária, e vou desenvolver as razões em que me fundo. Sendo ela central e inferior, fica o assento do governo e da legislatura livre de qualquer assalto ou surpresa por inimigos externos. Chama-se para as províncias do sertão o excesso da povoação sem emprego das cidades marítimas e mercantis [...] criará em breve giro de comércio interno da maior magnitude.⁵⁷

Percebemos que José Bonifácio concebe a construção de Brasília no centro para que se defenda o Império e, também, por motivos de povoamento: os centros populacionais da época estavam nas cidades costeiras, cidades que já se encontravam lotadas. Por qual motivo não transferir as populações para o centro? Desafogaria as cidades portuárias e criaria um comércio interno entre as populações deslocadas e as que ficaram nos portos. Ficará claro que a visão de Bonifácio é exatamente contrária a da **Tribuna da Imprensa** que, citando argumentos semelhantes aos de Bonifácio, rebate dizendo que capitais devem necessariamente ficar nos centros demográficos de uma nação.

São dois projetos racionais mostrados que tratam da construção de uma capital no centro do país, mas, como alerta James Holston, Brasília também se construiu como um mito. Em seu estudo, o antropólogo norte-americano destaca que a ideia da construção de uma nova capital não obedeceria apenas planos racionais de desenvolvimento econômico e segurança, mas, também, noções míticas sobre a construção de uma cidade no Planalto Central como meio de desencadear o florescimento de uma grande civilização num paraíso de abundância.⁵⁸

⁵⁶ Nascido em 1763 e falecido em 1838. José Bonifácio de Andrada e Silva é considerado o “Patriarca da Independência do Brasil”, por sua atuação durante a Independência e pelo projeto elaborado de país independente que possuía.

⁵⁷ José Bonifácio de Andrada e Silva cit. por VIDAL, op.cit. pp.118-119.

⁵⁸ James HOLSTON. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.23.

Holston cita a profecia feita por Dom Bosco para validar seu ponto sobre a Brasília mítica. Os termos usados por Dom Bosco realmente são carregados de religiosidade e metáforas. Dom Bosco proferiu a profecia:

Eu via as entranhas das montanhas e o fundo das planícies. Tinha sob os olhos riquezas incomparáveis. Via numerosas minas de metais preciosos e de carvão fóssil, depósitos de petróleo tão abundantes que jamais já se viram em outros lugares [...]. Agora, uma voz disse repetidamente: quando se vierem a escavar às minas escondidas no meio destas montanhas, aparecerá neste sítio a Terra Prometida, donde fluirá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível.⁵⁹

A visão mítica e a visão racional e desenvolvimentista acabaram se incorporando ao arcabouço constitucional da nação. Em 1891, a primeira Constituição republicana, em seu artigo terceiro, reservou uma área de 14.400 quilômetros quadrados para a construção da futura capital federal. Em nenhum das constituições seguintes o preceito foi abolido. Porém, de acordo com Holston, nenhuma administração até a de Juscelino Kubistchek (1956-1961) embarcou realmente no projeto, com temores fundados sobre os riscos econômicos e políticos de um empreendimento de tamanha proporção.⁶⁰ Sobre por qual motivo Juscelino foi finalmente o responsável pela construção, foi apresentado anteriormente a noção sobre a economia nacional estar estruturalmente pronta para a construção de uma capital no centro do país. Outra versão seria, também já mencionada por Niemeyer, a da ideia estar madura o suficiente no imaginário nacional para ser finalmente colocada em ação por um homem capaz com Juscelino. Seja qual for o motivo, o fato é que Juscelino deu grande destaque ao empreendimento, a meta-síntese do seu Plano de Metas.

O Programa de Metas de JK tinha como objetivo acelerar o desenvolvimento da economia nacional atacando pontos que estariam atrapalhando e atrasando o processo. Eram trinta as metas do programa, divididas por setores da economia. As metas de 1 à 5 eram sobre os setores de energia, a 6 à 12 sobre o de transportes, a 13 à 18 sobre alimentação, a 19 à 29 sobre a indústria de base. A educação seria a meta 30. Brasília entrou no Plano de Metas durante a campanha presidencial de Juscelino. De acordo com Vânia Moreira, o Programa de Metas, em uma análise final, foi um grande sucesso. A maioria das suas metas foi alcançada⁶¹. Inclusive Brasília, mas,

⁵⁹ Dom Bosco cit. por Ernesto SILVA. **História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade.** Brasília: Coordenada-Editora de Brasília, 1971. p.34.

⁶⁰ HOLSTON, op.cit. p.26.

⁶¹ MOREIRA, op.cit. p.160.

como será visto, com diversas ressalvas e críticas, enquanto o restante do Plano de Metas não recebeu tanto destaque crítico da **Tribuna**.

A Brasília de Juscelino, em sua concepção geral, não em sua arquitetura, não deveu muito aos planos anteriormente traçados pelos pensadores que foram citados. A noção principal era incorporar o interior à economia do país, desenvolvendo partes deste território anteriormente abandonadas, retirando a concentração populacional dos centros marítimos e criando um mercado interno abundante.

O sucesso de Juscelino em sua empreitada deveu-se, muito, ao seu estilo de governo e ao tipo de aliança que conseguiu para sustentar sua administração, essencial para a realização de seus objetivos. Primeiro, analisaremos a aliança partidária que sustentou o governo JK. Posteriormente, apresentaremos características mais pessoais do estilo de governar de Juscelino. Também será visto como Juscelino transformou a construção de Brasília em símbolo para angariar apoio ao seu governo.

Para Delgado, a aliança PSD-PTB foi essencial para todas as vitórias presidenciais e para o funcionamento dos governos resultantes. Sem ela, que começa a desmoronar a partir de 1960, não há mais estabilidade possível, pelo menos não houve.⁶² Parecido com o que afirma Hipólito em seu trabalho sobre o PSD. De acordo com a autora, o PSD serviu como o elemento central e aglutinador de um sistema que tendia para a radicalização para a esquerda ou para a direita. A partir do momento em que o PSD começou a ser atraído para a direita e a UDN, o equilíbrio do sistema ruiu.⁶³ O que se deu, como concorda Delgado, a partir de 1960. Mas outros autores apontam fatores que podem complementar a explicação partidária para o sucesso de Juscelino.

Skidmore, por exemplo, atribuiu ao apoio do PSD e sua aliança com o PTB à estabilidade política do governo Juscelino Kubitschek, mas também se concentrou em características de personalidade do presidente. É a sua propaganda, imagem de homem dinâmico e empreendedor, que dará o elemento simbólico necessário para impulsionar suas realizações econômicas. Juscelino teria encontrado no desenvolvimento nacional o símbolo que uniria os brasileiros em torno de um objetivo comum. Melhor ainda, foi a personalidade política de Juscelino que tornou capaz a manutenção da aliança PSD-PTB que o favoreceu. Segundo Skidmore: “O segredo residia na marcante habilidade de Kubitschek em encontrar alguma coisa para cada um, enquanto evitava qualquer conflito direto com seus inimigos”.⁶⁴

⁶² DELGADO, op.cit. p. 145.

⁶³ HIPÓLITO, op.cit. p.36.

⁶⁴ SKIDMORE, op.cit. p.207.

Mas, para Skidmore, o maior feito de Juscelino foi utilizar Brasília como grande símbolo de sua política econômica. De acordo com Skidmore: “O trabalho se processou em um clima de expectativa, mobilizando brasileiros de todas as classes, que viam na construção da nova capital, no interior abandonado, o sinal de novos tempos para o Brasil”.⁶⁵ No entanto, no capítulo que trata da postura da **Tribuna da Imprensa**, vemos que nem todos os brasileiros concordavam com a construção de Brasília e se uniram em prol de um único e grande objetivo nacional.

Por fim, Moreira⁶⁶ também discute a construção de Brasília como forma de manter o equilíbrio político do governo Juscelino Kubitschek, mas não se prende aos elementos simbólicos da construção, como fez Skidmore. A preocupação da autora é mostrar como o Plano de Metas, e principalmente Brasília, efetivamente funcionaram para unir dois setores que supostamente estariam separados por interesses divergentes: o industrial e o rural.

De acordo com a autora, Brasília não é apenas uma obra faraônica e simbólica do projeto econômico de Juscelino. É, na verdade, a obra necessária para unir as regiões industrializadas do sudoeste e as zonas agropecuárias do interior. Ou seja, Brasília serviria como forma de conectar dois setores que não necessariamente tinham interesses divergentes e que, uma vez satisfeitos, forneceram uma base considerável de sustentação política para o governo Juscelino Kubitschek.⁶⁷ Os setores industriais e agrários se viram plenamente satisfeitos com a política econômica de desenvolvimento defendida e propagada por Juscelino, apoiando seu governo sem maiores problemas.

Resumindo, esta análise trouxe elementos para contextualizar a disputa entre os jornais escolhidos, que serão analisados nos capítulos seguintes e, principalmente, para a realização de dois objetivos secundários do trabalho: perceber como os dois jornais encontram em suas opiniões semelhanças com as supostas ideologias dos partidos PTB, UDN e PSD; e, também, até que ponto Brasília, julgando pela análise dos jornais escolhidos, serviu como cola para aliança política que garantiu a estabilidade do governo de Juscelino.

⁶⁵ SKIDMORE, op.cit. p.208.

⁶⁶ MOREIRA, op.cit. pp.155-194.

⁶⁷ MOREIRA, op.cit. p.177.

Capítulo 1 – As várias “Brasílias” na **Tribuna da Imprensa**

1.1 A **Tribuna da Imprensa**

A **Tribuna da Imprensa** foi fundada em 27 de dezembro de 1949 por Carlos Lacerda. O jornal foi adquirido em 1962 por Hélio Fernandes⁶⁸, seu atual diretor. A **Tribuna**⁶⁹ deixou de circular em papel em 2008 por conta de questões financeiras, mas mantém uma edição online. Por decisão do STF, o jornal recebeu indenização pelas perseguições, censuras e prejuízos materiais sofridos entre 1969 e 1979.⁷⁰

O nome do jornal era o título da coluna que Carlos Lacerda tinha no jornal **Correio da Manhã**. Lacerda teve apoio do governador de Minas Gerais, Milton Campos⁷¹, para cobrir as despesas iniciais para a fundação e manutenção do jornal. Laurenza afirma que Lacerda teria admitido que, inicialmente, a **Tribuna** não rodava além de 6 mil exemplares e, em sua época áurea, 40 mil. Infelizmente, a autora não coloca a data do período áureo da **Tribuna**. Barbosa, que analisa dados sobre a imprensa brasileira na década de 1950, trabalha com os seguintes números: a **Tribuna** possuía uma tiragem de 30 mil exemplares em 1951 e o **Diário** de 45 mil. Entre os anos de 1954 e 1955, a **Tribuna** e o **Diário** produziram quantidades iguais: 40 mil jornais cada redação. Em 1958, a tiragem da **Tribuna** caiu para 24.000 periódicos, e em 1960 para 18.000. O **Diário Carioca** também sofreu um decréscimo significativo em suas tiragem: entre 1958 e 1960, lançou diariamente 17 mil exemplares em média.⁷²

A **Tribuna** teria se tornado a grande voz na imprensa contra o getulismo e sua herança. Não são poucos os autores que a relacionam com a UDN. O verbete sobre a **Tribuna** no **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** diz que o jornal foi criado exatamente para vocalizar as opiniões da UDN. À luz do que foi visto na introdução, sabemos que a UDN era marcada por um grande número de grupos e posições, sendo difícil dizer claramente que a **Tribuna** era a voz da UDN.

⁶⁸ Jornalista nascido no Rio de Janeiro em 1924. Trabalhou em diversos órgãos da imprensa durante o período 1945-1964, entre eles a **Tribuna da Imprensa**. Em 1953 foi convidado por Carlos Lacerda para ser editor da **Tribuna**. Abandonou o cargo em 1954.

⁶⁹ Por uma questão de praticidade, desde já **Tribuna da Imprensa** passa a ser grafado na dissertação somente como **Tribuna**.

⁷⁰ Para mais informações ver <<http://www.conjur.com.br/2009-fev-28/uniao-indenizar-tribuna-imprensa-prejuizos-ditadura>>. Acesso em 14 de set. 2012.

⁷¹ Político importante na história do Brasil. Nasceu em Minas Gerais em agosto de 1900. Foi deputado estadual em Minas em 1935 pelo PP (Partido Progressista). Um dos organizadores da UDN, elegeu-se pela sigla para governador de Minas para o mandato entre 1947-1951. Também foi senador por Minas pela coligação UDN-PDC em 1959. Em 1964, aceitou o cargo de Ministro da Justiça do governo Castelo Branco. Faleceu em Belo Horizonte no dia 16 de janeiro de 1982.

⁷² Segundo a autora, os jornais campeões de vendagem no Rio de Janeiro eram **O Globo** (1952 – 120 mil exemplares; 1960 – 218 mil) e **O Dia** (1952 – 60 mil exemplares; 1960 – 230 mil). Ver BARBOSA, op.cit. p.155.

Segundo o próprio Carlos Lacerda, citado por Benevides, a **Tribuna** não era a voz da UDN. A intenção era fazer do jornal a sua voz, não a do partido. Em suas palavras:

Eu queria muito evitar que a **Tribuna** fosse um órgão da UDN, até porque isso era impossível. A UDN não podia ter um órgão – a UDN era uma maçaroca de tendências, as mais diversas, impossíveis de exprimir num só jornal. Sobretudo porque esse jornal exprimiu muito mais as minhas tendências do que as da UDN.⁷³

A **Tribuna** começou a ter sérias dificuldades financeiras a partir do governo Jânio Quadros (janeiro de 61 – agosto de 61), candidato que apoiou nas eleições presidenciais. Lacerda e o jornal entraram em forte confronto com o governo Jânio, especialmente por questões de política externa. Preocupado com as dificuldades financeiras do jornal, Lacerda teria pedido para Jânio Quadros ajudar financeiramente a **Tribuna**. Jânio negou a ajuda. Dois meses após a renúncia de Jânio Quadros, Lacerda vendeu o seu jornal, a sua voz, para Manuel Francisco do Nascimento Brito⁷⁴. Porém, as dificuldades financeiras do periódico continuaram. Em março de 1962, a **Tribuna** foi vendida ao seu atual dono, Hélio Fernandes.

1.2 Brasília – “a capital ditatorial de um louco”

Oficialmente, em editorial do dia 2 de julho de 1957, dia em que a **Tribuna** decidiu começar suas abordagens sobre a construção da cidade de Brasília, o jornal diz não se posicionar contra Brasília e a mudança da capital. Afirma ser contra a forma como a mudança está sendo realizada. São constitucionalistas, apóiam a mudança prevista, mas são rigorosamente contra as chamadas loucuras de Brasília:

Não somos contra Brasília. Ninguém é. A mudança da capital é, hoje, uma imposição constitucional. Mais que o sonho de uma região, ou que o desejo de um Estado. Não somos contra Brasília. Ninguém é. O que toda gente é contra as loucuras de Brasília. Ou as loucuras feitas à margem de Brasília⁷⁵

Durante os quatro anos seguintes, até a inauguração da cidade, o jornal apresentará vários argumentos para defender sua posição contra a Brasília de Juscelino. Para explicar por quais

⁷³ BENEVIDES, op.cit. pp.229-239.

⁷⁴ Nascido no Rio de Janeiro em agosto de 1922. Formado em Direito após ter sido piloto e oficial da FAB (Força Aérea Brasileira). Foi diretor executivo do **Jornal do Brasil** em 1956.

⁷⁵ **Tribuna**, 2 jul. 1957. p.4.

motivos a mudança proposta por Juscelino era inviável, a **Tribuna** criou várias “Brasílias”. Ao analisar as reportagens e seções opinativas da **Tribuna** entre janeiro de 1956 e 21 de abril de 1960, percebemos ser possível dividir a posição do jornal sobre a construção de Brasília em quatro categorias. A exposição dos julgamentos será feita por ordem cronológica de cada uma das categorias em separado. A primeira das “Brasílias” a destacar é: “Brasília, a capital ditatorial”.

A ideia de Brasília como uma capital que favorece o exercício do poder absoluto, autoritário, contrariando a noção de soberania popular, aparece pela primeira vez em 2 de julho de 1957, em uma seção opinativa do jornal chamada “Brasília – a capital mirabolante”. É importante nos determos mais longamente sobre as opiniões do dia 2 de julho, pois elas são bem elaboradas e claras. Servem como referência para a identificação da categoria “Brasília, a capital ditatorial” em momentos posteriores. A seção não é assinada por nenhum articulista ou jornalista.

A seção apresenta dois argumentos contrários aos defendidos pelos grupos que são favoráveis à mudança da capital, chamados de “mudancistas”. Os primeiros argumentos são de ordem política, que refletem sobre a relação de uma capital com o sistema político de uma nação. Os mudancistas, escreve a **Tribuna**, dizem que mudar a capital seria bom para a autonomia do sistema político, protegendo as decisões do Executivo das pressões exercidas pelo Exército. O jornal parafraseia a defesa dos “mudancistas”: “Em Brasília não haveria grandes tropas, capazes de pressionar o Executivo a executar coisas que ele não quer executar”.⁷⁶

Para os mudancistas, a transferência da capital para o Planalto Central seria uma forma de salvaguardar a democracia, impedindo intervenções ilegítimas das Forças Armadas. Mas, informa a **Tribuna**, a mudança não teria o efeito desejado sobre o suposto problema das Forças Armadas. Pelo contrário. Desprotegida, Brasília seria vítima fácil de quarteladas: “O ministro da Guerra – por exemplo – podia isolar o Presidente da República e seus ministros em Brasília e dizer: a capital mudou outra vez e o presidente é Fulano, que está no Rio...”.⁷⁷

Fora aumentar a possibilidade de grupos dentro das Forças Armadas tramarem golpes contra o Executivo, a mudança da capital diminuiria a distância entre o povo soberano e o poder que escolheu para exercerem em seu nome. A decisão de mudar a capital para o Planalto Central é associada ao desejo de Juscelino de fugir do povo:

O sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira quer ir para Brasília para fugir do povo. Mandou planejar uma cidade pequena, acanhada, onde não coubesse muita gente. Diz ele que é impossível governar pressionado, ameaçado por marchas sobre o Catete, greves, manifestações de

⁷⁶ **Tribuna**, 2 jul. 1957. p.2.

⁷⁷ **Tribuna**, op.cit.

estudantes e coisas assim. Sonha, certamente, com uma torre de marfim. E sua torre seria forrada, inteiramente forrada, com isolante, para não ouvir as lamúrias ou as vaias do público.⁷⁸

Fugir do povo, para um presidente que gostava de vender a imagem de popular e democrático, seria um absoluto contrassenso: “Interessante isto, em quem gosta tanto de ser popular, em quem a vida dá por algumas palmas e por alguns vivas”.⁷⁹

Após criticar a mudança de Brasília por um desejo autoritário de Juscelino, o editorial apresenta argumentos demográficos, econômicos e sociológicos para explicar como a escolha do Planalto Central é inapropriada para a sustentação de um sistema político democrático:

Se o objetivo é a consolidação de um estado democrático; se o Executivo Federal é mandatário e não dono do país; se o poder emana do povo; a posição da capital será – necessariamente – dentro da região onde se situam as maiores densidades demográficas, as maiores concentrações de poderio econômico e financeiro, e como tal, a indicação do Planalto Central é singularmente infeliz.⁸⁰

O jornal cita Buenos Aires, Paris e Londres como capitais naturais, capitais que se formaram ao redor dos centros demográficos e econômicos de suas respectivas nações. Elas não foram decretadas e planejadas. São criações lógicas do desenvolvimento dos valores econômicos, demográficos e culturais de suas nações. Como seria o Rio, expõe a **Tribuna**. Logo, percebemos que o jornal critica dois pontos: a mudança da capital e a sua localização. O Rio de Janeiro seria a capital natural do Brasil, próximo das maiores densidades demográficas e concentrações de poderio econômico e financeiro. A sua mudança favoreceria apenas quem quisesse governar autoritariamente e sem controle pelas forças que influenciam a política da nação, como os grupos mencionados anteriormente: operários e estudantes, por exemplo.

Por fim, o argumento termina com a clara acusação de Juscelino como um proto-ditador que teria encontrado a perfeita cidade para realizar suas ambições:

Daremos ao governo mais uma oportunidade de se enveredar por trilhas ditatoriais: isolado das forças vivas que constituem a nação, esse governo teria ambiente ainda mais propício que o atual para fazer ouvidos moucos à opinião e aos interesses públicos. Parece que é

⁷⁸ **Tribuna**, op.cit.

⁷⁹ **Tribuna**, op.cit.

⁸⁰ **Tribuna**, 2 jul. 1957. p.2.

justamente isso que o sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira quer: fugir do povo e enveredar por trilhas ditatoriais.⁸¹

Após a sessão da Câmara dos Deputados, de 31 de julho de 1957, Juscelino seria outras vezes relacionado com Brasília. Inclusive em momentos aparentemente menos importantes. É o caso de uma música chamada “Não vou para Brasília”, aparentemente censurada. Comenta a notícia:

Pela segunda vez, e agora fora da Rádio Nacional, a execução de *Não vou para Brasília* foi proibida. A TV-RIO, em seu programa de segunda-feira, cortou a música que estava programada para o conjunto *Os Cariocas*. Em seu lugar, foi cantada *Banana Boat*. Procurado por nossa reportagem, Billy Blanco, o compositor da música proibida, disse-nos: - Escrevi uma carta para o Presidente da República e estou aguardando resposta. Se ele concordar em que a letra da música não tem nada de ofensivo à sua política, e não determinar, o que espero, sua proibição legal, mas se a sabotagem a ela continuar, levarei eu mesmo o *Não vou para Brasília* ao povo. Cantarei em praça pública se for necessário.⁸²

Pequeno episódio, sem grande destaque editorial, mas que reflete a imagem de Juscelino proto-ditador, o homem que queria construir Brasília distante das massas para solapar a soberania popular e governar com poderes quase absolutos. Mas o autoritarismo de Juscelino também se reflete em sua ambição desenfreada, em seu desejo de construir Brasília imediata e grandiosamente. Não é só a capital de um proto-ditador, é a capital de um megalomaniaco.

Além das seções opinativas sem assinatura e das reportagens, a **Tribuna** também tinha espaço para colunas opinativas assinadas. Em uma delas, publicada em 7 de fevereiro de 1958, intitulada “Brasília” e escrita por Ruy Santos⁸³, é contada a história de amor entre Juventino e uma moça chamada Brasília. Juventino fez de tudo para embelezar sua namorada. Dava presentes caros, jóias. O diálogo final esclarece a megalomania de Juventino: “– Tudo isso é para mim, Juventino? – Tudo, Brasília... Eu hei de fazer você a mulher mais bonita do mundo... – Obrigada, Juventino”.⁸⁴

Juventino, claro, é Juscelino, e a moça dos seus sonhos, a futura miss, é a capital que ele mandou construir, para a qual faz tudo. A história termina com o futuro da moça Brasília:

⁸¹ **Tribuna**, op.cit.

⁸² **Tribuna**, 31 jul. 1957. p.2.

⁸³ Deputado federal pela UDN/BA entre 1946-1967.

⁸⁴ **Tribuna**, 7 fev. 1958. p.4.

Brasília ainda não é miss. Mas acabará sendo. Com as loucuras do Juventino ela acabará sendo tudo. Tudo da terra será desviado para Brasília. O mar será desviado para agradar Brasília. Para Juventino a terra inteira pode acabar e tudo da terra pode perecer. Só lhe basta Brasília. Os encantos de Brasília. Os beijos quentes de Brasília.⁸⁵

As várias “Brasílias” se misturam. A capital de um proto-ditador megalomaniaco é a cidade que desvia recursos de todos os lugares para ser construída e embelezada, a “Capital Parasitária”, que será analisada na seção seguinte. Foram separadas no trabalho “as Brasíliaas” para olhar com maior clareza o que, no jornal, está sempre misturado. Vez ou outra, salientando a megalomania parasitária de Juscelino e Brasília, a **Tribuna** noticia gastos extravagantes com a cidade. Em 11 de maio de 1958, uma chamada diz: “Banheiro de Kubitschek custa 15 milhões de cruzeiros”. De acordo com a reportagem:

Das obras que estão sendo construídas em Brasília, a que está merecendo maiores cuidados é o Palácio da Alvorada, que abrigará Juscelino. Construído por empreitada, custará mais de um bilhão. Só o banheiro presidencial, todo de finíssima louça estrangeira e azulejos, vai sair por 15 milhões.⁸⁶

O banheiro da Alvorada de Juscelino aparece ocasionalmente em notícias sobre os gastos gerais de Brasília. Em uma reportagem sobre a construção do Congresso Nacional, publicada em 15 de maio de 1958, o banheiro é mencionado rapidamente e chamado de “o banheiro mais caro da América do Sul”.⁸⁷

Edição de 1 de julho de 1958. A **Tribuna** publica: “Inaugurado em Brasília o Palácio de Kubitschek”. Além de destacar o preço total do Palácio, 1 bilhão de cruzeiros, o jornal novamente comenta sobre o banheiro presidencial:

Foi inaugurado, ontem, em Brasília, o Palácio da Alvorada, residência do sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira e primeiro edifício construído da nova capital. Custou ao tesouro cerca de 1 bilhão de cruzeiros, tendo um dos banheiros mais caros da América Latina, orçado, há tempos, em 10 milhões de cruzeiros.⁸⁸

⁸⁵ **Tribuna**, op.cit.

⁸⁶ **Tribuna**, 11 mai. 1958. p.3.

⁸⁷ **Tribuna**, 15 mai. 1958. p.3.

⁸⁸ **Tribuna**, 1 jul. 1958. p.3.

Quatro meses depois, em 21 de novembro de 1958, a **Tribuna** destaca o discurso de Tenório Cavalcanti⁸⁹ no plenário da Câmara dos Deputados. Em seu discurso, Tenório comparou a situação do Brasil com a da França pré-revolucionária, Juscelino com Luís XVI e Brasília com Versalhes. Notícia o jornal:

O sr. Tenório Cavalcanti, discursando, ontem, na Câmara, declarou que o quadro brasileiro é em tudo semelhante ao do tempo da Revolução Francesa. Brasília é o Versalhes de nossos dias. E o sr. Tenório Cavalcanti conclui pedindo a Deus que poupe a cabeça do sr. Kubitschek que, nas suas palavras, era um Luis XVI que, quando tiver a sua Maria Antonieta, não mandará dar bolachas ao povo, mas sim, pau.⁹⁰

Entre os discursos do dia⁹¹, a **Tribuna** resolveu destacar logo aquele que acusava Juscelino e Brasília de ser exatamente aquilo que o jornal opinava desde o começo de 1957: A comparação com um monarca absoluto, a sua disposição para tratar o povo com pauladas e Brasília como um luxo extravagante. Todos os elementos estão presentes. A Assembleia de São Paulo teria a mesma opinião do jornal sobre Brasília. Como divulgado em 20 de maio de 1959: “Brasília gira em torno de um capricho, afirma a Assembléia de São Paulo [contra a mudança]”. A reportagem é um resumo de estudo feito pela Assembleia de São Paulo sobre a mudança da capital. Informa o jornal:

Em Brasília, tudo gira em torno de um objetivo: o capricho do Presidente da República – eis a conclusão de um estudo da Assessoria da Assembléia Legislativa de São Paulo, que concluiu manifestando-se contra a mudança da capital. [...] O estudo continua dizendo que a suntuosidade e luxuosidade asiáticas da capital contrastam com o subdesenvolvimento do resto do país.⁹²

As críticas contra o caráter supostamente ditatorial de Juscelino não cessam com a aproximação da inauguração da cidade já em 1960. Em 1 de fevereiro, a matéria de primeira capa do jornal anuncia: “Kubitschek quer parar Congresso para evitar mudança”. Com medo de grandes

⁸⁹ Deputado federal pela UDN/RJ entre 1951-1964. Político controverso e conhecido por sua violência.

⁹⁰ **Tribuna**, 21 nov. 1958. p.3.

⁹¹ De acordo com o **Diário do Congresso Nacional**, entre discursos e rápidas comunicações foram proferidas um total de vinte e sete falas no dia 21 de novembro de 1958. Entre os temas tratados estavam: a falta de transportes para o escoamento da produção, mencionado pelo deputado Aurélio Vianna (PSB/AL entre 1955-1958); a necessidade do governo em se voltar aos problemas da infância, mencionado pelo deputado Celso Peçanha (PTB/RJ entre 1955-1958); e o propósito do governo de congelar os preços, comentado pelo deputado Sérgio Magalhães (PTB/RJ entre 1955-1958). O link completo do **Diário do Congresso Nacional** encontra-se na seção “verbetes” das referências bibliográficas.

⁹² **Tribuna**, 20 mai. 1959. p.3.

discussões e questionamentos sobre a inauguração da capital no dia 21 de abril, Juscelino estaria planejando decretar o fechamento do Congresso durante o mês de março:

O governo planeja interromper o funcionamento do Congresso Nacional, em março, para evitar o inevitável debate da mudança para Brasília e fazer com que os trabalhos só recomecem na nova capital, depois de 21 de abril. A suspensão dos trabalhos do Congresso, em período de reuniões, é inconstitucional, mas está sendo buscada pelos líderes do governo uma solução para justificar a interrupção.⁹³

Continuando a reportagem, o jornal cita manifestações de deputados da oposição contra a suposta tentativa do governo de fechar o Congresso até a inauguração da capital. Uma delas, feita pelo deputado Ferro Costa⁹⁴, traz à tona o lado autoritário de Juscelino: “Qualquer tentativa de interrupção do Legislativo no período constitucional é golpe contra o regime democrático”.

Em março, um mês antes da inauguração, a preocupação com a mudança da capital como forma de estabelecer um regime distante do povo, das críticas e da oposição retoma força. Questionando a necessidade de inaugurar a capital no dia 21 de abril, quando muitos prédios ainda não estavam prontos, a **Tribuna**, em reportagem publicada em 10 de março de 1960, intitulada “JK trama continuísmo com mudança”, afirma: “Manobra continuísta do governo, cujo primeiro passo seria isolar o Congresso e o Senado em Brasília, longe da opinião pública, será desmantelada na próxima semana na Câmara, pelo deputado Sérgio Magalhães (PTB)”.⁹⁵

De acordo com o depoimento do deputado Sérgio Magalhães⁹⁶ para a **Tribuna**, somente um golpe continuísta explicaria a insistência de Juscelino em mudar a capital em 21 de abril. Ao que o jornal acrescenta a sua tese apresentada em 2 de julho de 1957: Brasília e sua distância dos centros urbanos onde estão localizados os grupos de pressão são perfeitas para um governo ditatorial. Após quatro anos, a Brasília ditatorial permanece como categoria de análise utilizada pelo jornal como forma de se opor à mudança: “Isolado em Brasília, o Parlamento, sem amparo na opinião pública, seria presa fácil do Executivo para violar leis e emendas constitucionais capazes de alterar o próximo processo eleitoral”.⁹⁷

⁹³ **Tribuna**, 10 mar. 1960. p.1.

⁹⁴ Deputado federal pela UDN/PA entre 1959-1962.

⁹⁵ **Tribuna**, 10 mar. 1960. p.1.

⁹⁶ Deputado federal pelo PTB/DF entre 1955-1960 e pelo PTB/GB entre 1960-1964.

⁹⁷ **Tribuna**, op.cit.

Sérgio Magalhães não era qualquer deputado da base governista: Era o Vice-Presidente da Câmara dos Deputados.⁹⁸ Suas declarações para a **Tribuna** causaram grande repercussão. Tanta que Juscelino ordenou a retirada do nome de Sérgio Magalhães para se candidatar à reeleição de seu cargo. O que, para a **Tribuna**, foi mais uma demonstração do autoritarismo de Juscelino, alardeado em nova manchete de capa, em 11 de março de 1959, um dia após as declarações de Sérgio Magalhães: “JK manda derrubar Deputado que denunciou golpe continuísta”.

Foi a última vez, até a inauguração da cidade, ponto final da pesquisa no jornal, que a **Tribuna** mencionou Brasília como uma cidade ditatorial de um louco com planos de governar sem freios. Como foi exposto, durante quatro anos, o argumento apareceu em notícias, colunas opinativas assinadas e seções opinativas não assinadas. O constante uso do argumento convenceu de sua importância como categoria separada de outras críticas feitas pelo jornal contra Brasília. Com a iminência da inauguração, outra categoria que surge pela primeira vez em 2 de julho de 1957 reaparece com força: “Brasília – a cidade parasitária”. É ela que será analisada no próximo tópico.

1.3 Brasília – a capital parasitária

A segunda categoria crítica destacada é “Brasília, a cidade parasitária”. Como as outras categorias, foi utilizada constantemente durante os quatro anos de crítica ao modo Juscelino de transferir a capital. Sua formulação básica é que a construção da cidade é um empreendimento custoso que desvia recursos públicos necessários em áreas mais urgentes, tais como saúde e educação. A seção do dia 2 de julho de 1957, que apresentou a “Capital ditatorial”, também expõe e articula os argumentos que compõem a “Capital parasitária”. Segue a mesma linha argumentativa: primeiro, oferece uma justificativa dada pelos defensores da capital, os mudancistas. Sem citar de quem são as palavras, atribuiu ao “governo” o seguinte comentário:

A transferência da capital para aquele rincão maravilhoso salvará o Brasil da calamidade social e econômica que o deprime, proporcionando à nossa pátria dias gloriosos e maravilhosos. Temos a impressão que o projeto é perfeitamente autofinanciável. Jamais mergulharemos no caos

⁹⁸ Ver **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (pós-1930)**. Coord. Israel BELOCH e Alzira Alves de ABREU. 2 Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. v.3, p.3469-3472.

econômico, se soubermos aplicar o dinheiro em obras de caráter reprodutivo.⁹⁹

Após apresentar o que seria a versão oficial, a **Tribuna** pinta o que seria um retrato mais realista da situação da nação e do papel da construção de Brasília:

O Brasil não tem, nunca teve recursos financeiros necessários à solução de muitos de seus problemas fundamentais. Ainda não extraímos petróleo, nossa industrialização é insuficiente, as vias de transporte e comunicações não bastam à circulação da produção, os índices de analfabetismo são alarmantes - devido à falta de recursos financeiros. [...] Muito bem. Um governo que se proclama de salvação nacional, endossa agora o projeto de construção de uma cidade de luxo, cidade parasita, cidade que nada produzirá salvo lotes e incorporações, cidade desnecessária, inconveniente, absurda e burocrática, e que custará de início 100 bilhões de cruzeiros!¹⁰⁰

No editorial do mesmo dia, o jornal expressa não ser contra a ideia de Brasília e da mudança da capital. É contra uma mudança feita sem as condições necessárias para realizá-la. Contra uma mudança que sugará recursos de áreas mais importantes para o desenvolvimento do Brasil. Um Brasil pobre, analfabeto e subdesenvolvido não tem condições de construir uma capital luxuosa, inútil e improdutiva. O argumento da improdutividade é essencial: Brasília não será autofinanciável, como argumenta o governo e, logo, sua construção exigirá o desvio de capital de outras áreas.

Achar que a construção de uma capital seria a solução para angariar os necessários recursos financeiros para resolver os grandes problemas do Brasil parecia um disparate. Um truque de mágica inútil:

Em grau maior ou menor a questão de disponibilidade de recursos financeiros e da necessidade de uma ordem de prioridade para os dispêndios apresenta-se em todas as nações, sem poupar sequer as mais ricas, e tem sido exaustivamente estudada em todo o mundo. Para sua solução, nunca, ninguém, em tempo algum, conseguiu aplicar truques mágicos capazes de salvar o país, como a mudança da capital.¹⁰¹

⁹⁹ **Tribuna**, 2 jul. 1957. p.2.

¹⁰⁰ **Tribuna**, op.cit.

¹⁰¹ **Tribuna**, 2 jul. 1957. p.2.

Assim formulada, a ideia “parasitária” pautará diversas reportagens. Em 15 de julho de 1957, a Brasília parasitária aparece em uma das notícias o jornal: “Brasília suga o Banco do Brasil”. Nela, diz que empréstimos privados estão sendo restringidos para financiar a construção de Brasília:

Contrariando a linha de restrição de crédito imposta pelo governo e aumentando os créditos concedidos a entidades públicas em detrimento da iniciativa privada, o Banco do Brasil vai emprestar 40 milhões de cruzeiros a NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital). [...] O dinheiro será aplicado, segundo o sr. Israel Pinheiro, na construção da nova capital. A nota curiosa é dada pelo fato de ser exatamente a indústria da construção uma das que mais têm sido prejudicadas pela política de restrição de crédito.¹⁰²

Em 20 de dezembro de 1957, a Brasília parasitária merece a principal manchete do jornal: “Governo desvia 1 bilhão para Brasília”. Lembrando o argumento utilizado pelo governo sobre Brasília ser autofinanciável, o jornal notícia:

Brasília deixou de ser autofinanciável - Prejuízos para o Nordeste. Um bilhão e 180 milhões de cruzeiros é o total já desviado para Brasília que deixou, definitivamente, de ser autofinanciável. Este total é representado pelo empréstimo do Banco do Brasil, no valor de um bilhão de cruzeiros.¹⁰³

Foi visto que, em 1957, duas reportagens acusaram Brasília de desviar recursos de áreas mais importantes, como previsto que aconteceria pela opinião do jornal expressa na seção do dia 2 de julho de 1957. A indústria nacional de construção civil perdia empréstimos para fomentar seu desenvolvimento, assim como uma região inteira, o Nordeste. Em 1958, as acusações continuariam no mesmo tom, fazendo constante uso da ironia sobre a cidade ser autofinanciável. É o que se tem em uma reportagem do dia 11 de março de 1958 chamada: “Brasília: a autofinanciável é hipotecada ao Banco do Brasil”. De acordo com a reportagem:

O Banco do Brasil acaba de abrir seus cofres para dar a Brasília um financiamento de 1 bilhão de cruzeiros. Esse dinheiro para a nova capital, que o sr. Juscelino Kubitschek assegurava ser autofinanciável, será utilizado em parcelas mensais de 100 milhões de cruzeiros [...]. A insistência das operações bancárias, no entanto, não impede que o sr.

¹⁰² **Tribuna**, 15 jul.1957. p.1.

¹⁰³ **Tribuna**, 20 dez. 1957. p.1.

Juscelino Kubitschek continue anunciando, em seus discursos, que a operação Brasília é a mais autofinanciável de seu governo.¹⁰⁴

Um pouco mais de um mês depois, 19 de maio de 1958, o que Brasília teria feito com as finanças do país merece manchete de primeira página: “Brasília arruína as finanças do país”. De acordo com a reportagem, Brasília não cumpriu a função de incentivar o desenvolvimento prometido por Juscelino. Inútil por si só, parasita por sugar os recursos de outras áreas:

Em lugar de ajudar o interior, dotar o país de uma grande rede de transportes, promover assistência sanitária, ampliar o ensino técnico e irrigar o crédito bancário, Kubitschek concentra recursos em Brasília, onde nada se produzirá e tudo será consumo. [...] O governo desvia bilhões que deviam ser aplicados no Rio e em outras 1.600 cidades brasileiras que não dispõem nem de água nem de esgoto.¹⁰⁵

Um dia depois, em 20 de maio de 1958, Brasília é acusada de desviar recursos que seriam mais bem empregados em vias fluviais, na reportagem intitulada: “Brasília, um disparate, uma fantasia perniciosa”: “O dinheiro gasto em Brasília poderia ser empregado no falho sistema rodoviário do país, inclusive nas vias fluviais”.¹⁰⁶

No dia 23 de maio, as razões do desenvolvimento futuro ficam em segundo plano, e as pessoas reais que seriam diretamente afetadas pelo “disparate de Brasília” passam a ser nomeadas. Em “Brasília engole as verbas dos flagelados”, a metáfora da cidade parasitária é utilizada explicitamente: “Numerosas verbas destinadas à Bahia estão sendo desviadas para a construção de Brasília, discursou na Câmara o deputado Luis Vianna Filho¹⁰⁷, salientando que os baianos não podem tolerar que a Nova Capital se faça com o sacrifício dos seus direitos”.¹⁰⁸

Continuando a salientar como o cidadão comum é afetado pela construção de Brasília, mais uma matéria de capa refere-se às consequências de Brasília em 17 de agosto de 1958, agora para o crédito imobiliário fornecido pela Caixa Econômica no período. “Brasília provoca suspensão dos créditos imobiliários”: “A circular do sr. Kubitschek mandando suspender todos os empréstimos hipotecários da Caixa Econômica tem apenas um objetivo: enviar mais dinheiro para as obras construídas em Brasília”.¹⁰⁹

¹⁰⁴ **Tribuna**, 11 mar. 1958. p.1.

¹⁰⁵ **Tribuna**, 19 mai. 1958. p.2.

¹⁰⁶ **Tribuna**, 20 mai. 1958. p.2.

¹⁰⁷ Deputado federal pela UDN/BA entre 1955-1958.

¹⁰⁸ **Tribuna**, 23 mai.1958. p.1.

¹⁰⁹ **Tribuna**, 17 ago. 1958. p.1.

A partir de 1959, o tom concentrado em problemas detectáveis e reportáveis torna-se predominante. Entrevistas são publicadas com pessoas que se sentem pessoalmente prejudicadas pelo governo. Em 12 de março de 1959, a **Tribuna** destaca a chamada: “Brasília à custa da fome do povo – feirantes e fregueses mostram motivos da vida cara”. Os repórteres do jornal conversaram com feirantes e fregueses de diversas feiras espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro. Em suas palavras, encontraram “ânimos exaltados, preços elevados, muitos fiscais e pouca fiscalização”. A principal reclamação do povo são os altos preços. Os repórteres relatam o encontro que tiveram com Dona Gertrudes, a responsável por fornecer a frase que intitulou a reportagem:

Dona Gertrudes, que é mulher de médico e não quis dar seu endereço e nome completo, reclamava com um barraqueiro por causa dos preços. Reconhecia não ser culpado o vendedor, que não tinha influência na alta de preços, mas sim o governo. Disse: “- Meu marido ganha bem, mas não admito que se venda um quilo de banha por 78 cruzeiros. Nossas autoridades são corruptas. Estão construindo Brasília à custa da miséria e da fome do povo, são uns irresponsáveis, mas a coisa não há de ficar assim”.¹¹⁰

Brasília além de ser acusada de desviar recursos, passa a provocar o aumento da inflação, sugando a capacidade da população de comprar os mantimentos necessários para sua subsistência. E os efeitos parasitários da construção da cidade não seriam sentidos apenas no tempo de vida daqueles que liam o jornal. Os governantes futuros teriam que lidar com as dívidas deixadas por Juscelino e seu disparate. Em 3 de fevereiro de 1960, o jornal apregoa: “Brasília está hipotecada a holandeses e americanos”:

Daqui a 25 anos, quando o quinto Presidente da República tomar posse, depois da passagem do sr. Juscelino Kubitschek pelo Catete ou Palácio da Alvorada, ainda terá o problema do pagamento das prestações destinadas à amortização da hipoteca de Brasília. Antes de inaugurada, Brasília já está hipotecada em cerca de 30 bilhões de cruzeiros a várias entidades nacionais, norte-americanas e holandesas, apesar das reiteradas afirmações do sr. Kubitschek que Brasília será autofinanciável.¹¹¹

Com a inauguração garantida para o dia 21 de abril, a **Tribuna** concentra-se nos gastos para as festas comemorativas. Em 1 de abril de 1960, anuncia um pedido dos deputados da

¹¹⁰ **Tribuna**, 12 mar. 1959. p.8.

¹¹¹ **Tribuna**, 3 fev. 1960. p.1.

Assembleia Legislativa de Minas Gerais para Juscelino moderar nas comemorações. A reportagem expõe:

Não é justo que, enquanto os brasileiros do norte e do nordeste estão sofrendo os flagelos das águas, com desespero e morte, o governo federal se banqueteie, com solenidade e festas na mudança da capital federal. Este é o sentido do requerimento enviado ontem ao sr. Kubitschek pela Assembléia de Minas, onde os deputados mineiros pedem moderação e restrição das solenidades do dia 21 de abril.¹¹²

Os deputados mineiros não dizem claramente que Juscelino e seu devaneio estão desviando dinheiro que seria necessário para ajudar as vítimas do flagelo das águas no norte e no nordeste. Deixam implícito, pelas palavras do jornal, e esclarecem que seria imoral. Mas, no dia seguinte, 2 de abril de 1961, a **Tribuna** publica reportagem de capa dizendo explicitamente o que os deputados mineiros teriam apenas insinuado: “JK nega 200 milhões a Orós e dá 500 milhões para Câmara mudar”. É o último golpe da Brasília parasitária contra os interesses mais relevantes do povo brasileiro:

O sr. Juscelino Kubitschek mandou liberar, ontem, a verba de 500 milhões de cruzeiros destinada a pagar a mudança da Câmara para Brasília, e ordenou a aceleração do processo para pagamento de 300 milhões de cruzeiros ao Senado, enquanto continuava retendo o crédito de 200 milhões de cruzeiros para obras de emergência no açude de Orós e socorro aos flagelados das enchentes.¹¹³

A última menção da **Tribuna** ao parasitismo de Brasília continua com o caso de Orós. Quatro dias depois da primeira denúncia, a **Tribuna** noticia: “Pagos 150 milhões para festas de Brasília: Orós espera 80 milhões”.

Enquanto o governador cearense envia ao sr. Kubitschek um telegrama desesperado, dizendo que até agora não chegaram ao Ceará os 80 milhões de cruzeiros destinados aos primeiros socorros aos flagelados do Jaguaribe, o mesmo sr. Kubitschek mandou liberar e entregar ao Presidente da Comissão de Festas de Brasília, sr. Osvaldo Penido¹¹⁴, a

¹¹² **Tribuna**, 1 abr. 1960. p.7.

¹¹³ **Tribuna**, 2 abr. 1960. p.1.

¹¹⁴ Secretário da comissão geral encarregada das mudanças dos três poderes para a nova capital. No final de abril de 1960 passa a ser Chefe do Gabinete Civil.

verba de 150 milhões para financiar os festejos e o show do dia 21, na Novacap.¹¹⁵

Enfim, é a última reportagem em que se encontra menção ao parasitismo de Brasília durante os anos analisados (entre 1º de janeiro de 1956 e 21 de abril de 1961). Indubitavelmente, a construção da cidade era considerada prejudicial e privaria futuros presidentes de atacar os verdadeiros problemas do país.

1.4 Brasília – a capital da corrupção

A categoria que agora será analisada não é tão diferente da anterior. Também lida com finanças, mas a abordagem é diferente. Enquanto a “Capital parasitária” aponta para os problemas mais importantes que poderiam ser resolvidos com o dinheiro gasto em Brasília, a “Capital da corrupção” salienta acusações de malversação do dinheiro público na construção pela Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital). As denúncias demoraram a surgir no jornal. Em 1956 e 1957, as críticas que prevalecem, como visto, são contra a própria ideia, mostrando seus inconvenientes políticos e econômicos. Com a realização efetiva da construção da cidade, as primeiras denúncias aparecem em março de 1958. Segundo reportagem do jornal chamada “Cláusulas de encomenda na concorrência de Brasília”, existiria um conluio para alterar aspectos nas concorrências públicas sobre fornecimento de materiais de construção para beneficiar amigos de Juscelino Kubitschek: “Conluio para beneficiar amigos do sr. Juscelino Kubitschek está sendo feito nas concorrências públicas administrativas para fornecimento de materiais e construção de edifícios em Brasília. Cláusulas especiais eliminam praticamente as firmas estranhas ao grupo”.¹¹⁶

A reportagem segue explicando quais seriam as exigências que eliminavam firmas estranhas ao grupo: “Os editais de concorrência exigem para a construção de imóveis firmas que tenham executado uma obra no valor de 40 milhões de cruzeiros e realizado, no período de 1957, um movimento mínimo de 100 milhões de cruzeiros”.¹¹⁷

De acordo com a matéria, as exigências financeiras mínimas estabelecidas para a participação das firmas na concorrência impedem a participação de diversas firmas nacionais que estariam interessadas em participar na construção da capital. O jornal entrevista o engenheiro Renato Moreira Rebecchi, que, de acordo com a reportagem, chefiava uma das mais importantes

¹¹⁵ **Tribuna**, 6 abr. 1960. p.1.

¹¹⁶ **Tribuna**, 14 mar. 1958. p.1.

¹¹⁷ **Tribuna**, op.cit.

firmas de construção do Rio de Janeiro, para explicitar a razão da reclamação. Segundo o engenheiro, como citado pela **Tribuna**:

Lamento que as concorrências públicas, onde deveria entrar um grande número de firmas idôneas e capazes, sejam limitadas pelas condições estipuladas a um grupo reduzido. A nossa firma está construindo um edifício de 200 milhões de cruzeiros, que levará três anos para ser completado. Embora o movimento do capital seja superior ao exigido em Brasília, a nossa firma estaria fora da concorrência, pois a construção ultrapassa um ano.¹¹⁸

Percebemos que, em nenhum momento, o engenheiro entrevistado afirma que as exigências feitas foram realizadas com o objetivo claro de beneficiar empresários amigos de Juscelino Kubitschek. De qualquer forma, a **Tribuna** utiliza as condições estabelecidas para concorrência e a reclamação de firmas nacionais como indícios suficientes para insinuar que a construção de Brasília estaria ajudando financeiramente amigos pessoais de Juscelino Kubitschek.

Nem todas as denúncias são feitas diretamente contra o Presidente da República e seu círculo de colaboradores e amigos. Algumas notícias apenas constatarem como a construção de Brasília dava a oportunidade para criminosos de diversos tipos se aproveitarem e cometerem ilegalidades. Em 17 de março de 1958, a **Tribuna** noticia a prisão de um grupo de estelionatários que se passava por funcionários da Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital) para vender ilegalmente terrenos em Brasília. Segundo a reportagem “Vigaristas credenciados vendiam terrenos de Brasília”:

Estelionatários que passavam o conto de Brasília, apresentando uma carta assinada por ministros e outras autoridades garantindo serem eles altos funcionários da Empresa Lançadora de Ações da Nova Capital do Brasil (Novacap) foram presos anteontem, quando bebiam em um bar da Praça Tiradentes. A polícia está submetendo os estelionatários a intenso interrogatório, pois existem denúncias de que várias firmas e pessoas foram lesadas.¹¹⁹

Prática comum da **Tribuna** era divulgar discursos de políticos que tinham posições semelhantes ao do jornal sobre a construção da capital. Em 7 de abril de 1958, a **Tribuna**

¹¹⁸ **Tribuna**, op.cit.

¹¹⁹ **Tribuna**, 17 mar. 1958. p.4.

repercute uma entrevista dada pelo deputado José Bonifácio¹²⁰ à imprensa mineira. O título da notícia é “Brasília: terra de parentes e amigos”. Segundo o jornal, José Bonifácio disse:

Se o governo age em função de negócios em que se acham empenhados e embrenhados amigos e parentes uns relacionados com os outros, não é difícil encontrar explicação para o afã com que se quer e procura construir Brasília, que está sendo edificada a toque de caixa, a fortes jorros de dinheiro, enquanto o resto do país se acha parado e perplexo.¹²¹

Como já salientado, o tema de favorecimento para amigos próximos na construção de Brasília é recorrente. A entrevista de José Bonifácio é o início de um ataque mais forte feito contra as supostas negociatas entre amigos em Brasília. Um mês depois da entrevista do deputado José Bonifácio, em 7 de maio de 1958, a **Tribuna** lança uma reportagem de capa anunciando: “Brasília é bom negócio para amigos do governo: muita gente está ficando multimilionária com a nova capital”. O grande tema da reportagem é a ausência de concorrência pública para as construções de edifícios e prestações de serviços em Brasília. Segundo a reportagem: “Não está havendo concorrência pública para a construção das obras de Brasília. A nova capital, que é o paraíso dos amigos do Presidente Juscelino Kubitschek, está sendo feita através de favorecimentos pessoais”.¹²²

A primeira notícia sobre favorecimento em Brasília ocorreu em 7 de março de 1958. De acordo com a notícia publicada no dia 7, as concorrências públicas eram manipuladas para favorecer firmas comandadas por amigos de Juscelino Kubitschek. Dois meses depois, a acusação de favorecimento continuava a mesma, mas o meio teria se tornado mais descarado: nem concorrência pública existira mais. A reportagem explica como funcionavam as contratações de serviços em Brasília:

A construção da rodovia Brasília-Anápolis, empreitada de 323 milhões de cruzeiros, foi entregue a cinco firmas da confiança de Kubitschek. Também o Palácio da Alvorada, O Grande Hotel e a rede de esgotos foram confiadas a firmas das relações do sr. Israel Pinheiro. Dia a dia, sucedem-se ali escândalos.¹²³

Também é a primeira menção a Israel Pinheiro como atuante em casos de favorecimento para amigos e conhecidos. Ao lado de Juscelino, o diretor da Novacap seria alvo constante de

¹²⁰ Deputado federal pela UDN/MG entre 1946-1979.

¹²¹ **Tribuna**, 7 abr. 1958. p.3.

¹²² **Tribuna**, 7 mai. 1958. p.2.

¹²³ **Tribuna**, 7 mai.1958. p.2.

acusações de ausência de concorrências públicas com o intuito de favorecer amigos e conhecidos pelo jornal. A reportagem em si não contém informações novas, apenas entra em detalhes sobre as empresas amigas de Juscelino e as obras que receberam:

Foi o próprio Presidente da República, via Israel Pinheiro, quem escolheu as firmas que estão construindo Brasília. A construção da rodovia Brasília-Anápolis, empreitada de 323 milhões de cruzeiros, foi entregue a cinco firmas de sua confiança: Construtora Rabelo S.A (57 milhões de cruzeiros), Empresa Bela de Construções (56 milhões de cruzeiros), Coengo S.A Engenharia e Construções (86 milhões de cruzeiros), Construções Camargo Correia S.A (56 milhões de cruzeiros) e Empresa de Engenharia Rodoférrea (46 milhões de cruzeiros).¹²⁴

É interessante notar que o jornal não acusa Juscelino ou Israel de serem beneficiários diretos do esquema. Nunca afirma que os dois tenham recebido propina ou estejam ganhando dinheiro para beneficiar seus amigos. A explicação para a falta de concorrência seria dada pela obsessão de Juscelino Kubitschek em construir a cidade o mais rápido possível e inaugurá-la em 21 de abril de 1960. A loucura de Juscelino seria a grande responsável por suas práticas irresponsáveis. De certa forma, vemos como as categorias separadas para a análise do trabalho acabam sempre se conectando. Conexão que um trecho da reportagem ilustra claramente:

O sr. Kubitschek quer mudar a capital de qualquer maneira em 1960. Não importa que seus amigos se aproveitem disso para roubar. Apesar da pressa e dos escândalos do governo, ninguém acredita na mudança da capital para o planalto goiano. Para arranjar dinheiro, o sr. Kubitschek se viu obrigado a hipotecar Brasília ao Banco do Brasil, destruindo suas próprias afirmações que a obra seria autofinanciável.¹²⁵

De acordo com a **Tribuna**, a obsessão de Juscelino por terminar rapidamente a capital, antes do final do seu mandato, transformou a construção em fonte de corrupção e desvio de dinheiro para solucionar problemas mais relevantes. Como será exposto na categoria seguinte, o jornal também acusa a pressa do presidente de comprometer a funcionalidade de Brasília. Em suma, as quatro categorias analisadas pelo trabalho estão conectadas nos ataques feitos pelo jornal.

¹²⁴ **Tribuna**, op.cit.

¹²⁵ **Tribuna**, op.cit.

No mesmo 7 de maio de 1958, a **Tribuna** informa que o deputado Aurélio Vianna¹²⁶ enviaria um requerimento de informações à Novacap. A **Tribuna** anuncia o pedido de Vianna sob o título de “Devassa em Brasília”, e informa: “Entre outras coisas, o deputado pretende que a Novacap informe quanto gastou até agora em Brasília, quanto foi aplicado de verbas orçamentárias, preço do metro quadrado das construções, condições de pagamento e outras informações”.¹²⁷

A **Tribuna** insistiria sobre a ausência de concorrências. Ao lado das grandes reportagens, como a de 7 de maio de 1958, o jornal também lançaria pequenas notícias informando seus leitores sobre obras e serviços contratados pela Novacap sem concorrência pública. Em 9 de maio de 1958, em reportagem de nome “Sem concorrência”, informa que: “O sr. Israel Pinheiro, Presidente da NOVACAP, autorizou sem concorrência a compra de dois milhões de cruzeiros em equipamentos radiotécnicos, de fabricação nacional, para serem instalados em Brasília”.

Em 21 de maio de 1958, em nota breve chamada “Dispensa de concorrência”, a **Tribuna** divulga novos casos de gastos sem concorrência pública em Brasília:

Em julho do ano passado, a Novacap, após reunir a diretoria do Conselho de Administração, escolheu dispensar quatro concorrências públicas: 1 - Compra de 1.800 litros de alcatrão. 2 - Aquisição de material de linha de transmissão por dois milhões de cruzeiros. 3 - Estudos e projetos para a construção do trecho ferroviário Brasília-Colômbia. 4 - Execução dos serviços de terraplanagem e obras de arte do trecho ferroviário Brasília-Pirapora e Brasília-Colômbia.¹²⁸

Em 12 de junho de 1958, a reportagem “NOVACAP autorizou obras sem concorrência pública” coloca: “Nove firmas foram escolhidas discretamente pelo sr. Israel Pinheiro, Presidente da NOVACAP, para construir em Brasília, sem concorrência pública, o edifício do Supremo Tribunal Federal e o Palácio dos Despachos”.¹²⁹

Além da falta de concorrência pública, preocupante por si só, a **Tribuna** afirma que pelo menos uma das nove firmas escolhidas tinha ligações com Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro: “Se que, entre as nove, pelo menos uma delas – Construtora Rabelo – é ligada ao sr. Israel Pinheiro e até mesmo ao sr. Juscelino Kubitschek”.¹³⁰

¹²⁶ Deputado federal pelo PSB/AL entre 1955-1958.

¹²⁷ **Tribuna**, 9 mai. 1958. p.1.

¹²⁸ **Tribuna**, 21 mai. 1958. p.1.

¹²⁹ **Tribuna**, 12 jun.1958. p.3.

¹³⁰ **Tribuna**, op.cit.

Conforme mencionado anteriormente, a **Tribuna** noticiava iniciativas e discursos de políticos que compartilhavam sua visão sobre Brasília. Em 2 de novembro de 1958, anuncia que alguns deputados da UDN pretendiam, na próxima legislatura, entrar com pedido para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a Novacap e a construção da cidade. Em “Completa investigação sobre NOVACAP e a Operação-Brasília”, informa: “Alguns deputados da UDN vão pedir na próxima legislatura a constituição de nova Comissão de Inquérito para fazer completa investigação em torno da NOVACAP e da construção de Brasília”.¹³¹

É a primeira aparição do que viraria o grande assunto sobre a corrupção em Brasília até sua inauguração em 21 de abril de 1960. Antes de 2 de novembro de 1958, como analisado, a **Tribuna** fez denúncias sobre favorecimentos indevidos na construção de Brasília. Concentrou-se, principalmente, na ausência de concorrências públicas e em suposto favorecimento para firmas amigas de Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro. A partir do dia 2 de novembro de 1958, a **Tribuna** deixaria de noticiar denúncias para acompanhar a iniciativa de políticos da oposição para instaurar a CPI.

Um dia após anunciar a probabilidade de investigação sobre a construção de Brasília, no dia 3 de novembro de 1958, a **Tribuna** expressa as intenções do deputado Carlos Lacerda de instaurar uma CPI na próxima legislatura, que abriria os trabalhos em 1959. A reportagem também salienta o apoio da bancada da UDN à proposta. O título da reportagem é: “Investigação imediata de Brasília pela Câmara”:

O deputado Carlos Lacerda, nos primeiros dias da próxima legislatura, pedirá a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de que sejam investigadas, minuciosamente, a NOVACAP e a chamada ‘Operação Brasília’. Vários deputados da UDN participam da opinião do líder udenista, de que esta investigação deverá ser feita na próxima legislatura, pois a atual está prestes a afundar e não haverá tempo suficiente para este trabalho.¹³²

Após essas duas reportagens mostrando a intenção da UDN de investigar Brasília, a **Tribuna** só volta a tocar no assunto da CPI no ano seguinte. No dia 3 de janeiro de 1959, o jornal reafirma a intenção da UDN de abrir a CPI, e cita a disposição do partido de se retirar da Comissão Diretora da Novacap. O representante da UDN na Comissão era Íris Meinberg¹³³. Para retirá-lo, o

¹³¹ **Tribuna**, 2 nov. 1958. p.1.

¹³² **Tribuna**, 3 nov. 1958. p.3.

¹³³ Deputado federal pela UDN/SP entre 1951-1956. Advogado, promotor e diretor da Novacap durante a fundação de Brasília. Nas eleições de 1955, Meinberg fica na suplência, assumindo o cargo apenas durante alguns meses em 1956. Nas eleições de 1958 voltou a ficar na suplência sem reassumir o mandato.

deputado carioca Aduino Lúcio Cardoso¹³⁴ deu entrevista ao jornal no mesmo dia afirmando que apresentaria um projeto.

No dia 7 de janeiro de 1959, o deputado Íris Meinberg mostra não estar alinhado com a visão da **Tribuna** sobre Brasília e justifica a intenção de seus partidários de retirá-lo da Comissão Diretora da Novacap¹³⁵. Em reportagem chamada “Diretor da NOVACAP diz que Brasília é obra do povo”, a **Tribuna** cita falas do deputado para a Agência Nacional¹³⁶ em defesa dos gastos em Brasília. De acordo com o jornal, o deputado disse que “As despesas com a construção de Brasília estão orçadas em 7 bilhões de cruzeiros, conforme o plano inicial da NOVACAP”.¹³⁷ Explicando como a Novacap arrecadará o dinheiro, o deputado informa que 5 bilhões de cruzeiros da receita vêm de prestação de lotes já vendidos e de vendas programadas. Ainda segundo Meinberg:

Os dois bilhões de cruzeiros para cobrir os sete bilhões previstos serão cobertos a partir de outubro, quando o interesse do particular pelos terrenos da NOVACAP terá aumentado. Poderemos então, realizar operações de vendas a crédito e à vista num total superior a 2 bilhões de cruzeiros.¹³⁸

A entrevista de Íris Meinberg, quatro dias após a declaração de Aduino Lúcio sobre a disposição do partido de retirá-lo da Novacap e continuar com os planos de CPI, aparentemente é uma resposta aos seus correligionários que criticavam Brasília e insistiam em suas denúncias. A tensão entre Meinberg e seus colegas de partido fica clara no dia 14 de maio de 1959, quando a **Tribuna** divulga que a bancada udenista entregou à mesa da Câmara o requerimento de CPI para investigar Brasília. Segundo o jornal, a reação de Meinberg foi fazer uma ameaça de abandonar a UDN e a Novacap. A liderança udenista não se deixou chantagear pela intimidação de um ex-deputado rebelde:

A liderança udenista não pode levar em consideração a ameaça de renúncia do sr. Meinberg, considerando que: 1 - o inquérito é sobre Brasília e não sobre a atuação de Meinberg; 2 - aceitando a tese do udenista da NOVACAP aceitaria como válido um obstáculo de extensão ilimitada às Comissões Parlamentares de Inquérito que seriam obrigadas

¹³⁴ Deputado federal pela UDN/RJ entre 1955-1960 e pela UDN/GB entre 1960-1967.

¹³⁵ A Novacap foi criada em 19 de dezembro de 1956 pela lei número 2.874 com a finalidade de executar os serviços de urbanização e de construção da nova capital da República.

¹³⁶ A Agência Nacional citada no jornal foi a Agência de Notícias Brasileira criada em 1930 durante o governo provisório de Getúlio Vargas com fins de divulgar os atos da administração federal e as notícias de interesse público. Em 1979, a Agência Nacional foi substituída pela Empresa Brasileira de Notícias (EBN).

¹³⁷ **Tribuna**, 7 jan. 1959. p.3.

¹³⁸ **Tribuna**, op.cit.

a recuar toda vez que alguém alegasse imunidades parlamentares ou melindres partidários; 3 - Há muito mais coisas sob o céu de Brasília do que se pode imaginar e é imperioso saber até onde vão as coisas por lá.¹³⁹

O requerimento foi entregue, mas ainda era necessário conseguir o número de assinaturas para a CPI ser estabelecida. Em 16 de junho de 1959, a **Tribuna** esclarece detalhes sobre o andamento do requerimento e revela as divisões dentro da UDN e as preocupações sobre a instalação de uma CPI por outros deputados. Diz a reportagem:

O requerimento de inquérito sobre o custo de Brasília e condições de sua construção estava, ontem, na Câmara com 87 assinaturas. Precisa de 109. As ordens do governo aos deputados da maioria são terminantes: não assinar. Deputados como os senhores Fernando Ferrari (PTB-RS), como os 'esquerdistas', os 'nacionalistas' etc., tem se recusado a assinar. Vários deputados da UDN preferem ficar com o governo a ficar com o seu partido. O argumento é o seguinte: um inquérito parlamentar paralisaria Brasília. Outros sustentam que um inquérito parlamentar poderia provocar uma comoção nacional tais os escândalos que iria revelar.¹⁴⁰

A batalha pelas assinaturas continuaria em 19 de junho de 1959. Em reportagem chamada "Brasília: só dois petebistas curvam espinha", a **Tribuna** revela a movimentação da base governista sobre a retirada de assinaturas ao requerimento da CPI sobre Brasília. Diz o jornal: "Até agora somente dois petebistas cancelaram os seus nomes, curvando-se à pressão do governo e aceitando o argumento do líder Osvaldo Lima¹⁴¹, de que o sr. Israel Pinheiro é um homem de 'honradez comprovada' e 'jamais sujaria as mãos no dinheiro de Brasília'".¹⁴²

No mesmo dia, Carlos Lacerda usa sua coluna no jornal para atacar Juscelino e Israel Pinheiro. Nela comenta:

O sr. Juscelino Kubitschek empenha-se pessoalmente para evitar um inquérito parlamentar sobre a construção de Brasília. Não lhe importa mais a esta altura a confissão de que esse interesse em ocultar os fatos representa. Já o sr. Israel Pinheiro, com inegável franqueza, declarou que o inquérito parlamentar poderia paralisar a construção de Brasília. O sr.

¹³⁹ **Tribuna**, 14 mai.1959. p.1.

¹⁴⁰ **Tribuna**, 16 jun. 1959. p.1.

¹⁴¹ Deputado federal PTB/PE entre 1955-1963. Foi Ministro da Agricultura entre 1963-1964. Após 1979 passa a integrar o PMDB.

¹⁴² **Tribuna**, 19 jun. 1959. p.3.

Kubitschek está empenhado em proteger os seus empreiteiros, os seus sócios, os seus cúmplices nessa monumental empresa de corrupção.¹⁴³

A retórica de Lacerda repete as antigas acusações de amizades corruptas com empreiteiros. Ela seria rapidamente voltada contra o udenista rebelde Íris Meinberg. Em 10 de julho de 1959, a **Tribuna** reproduz uma afirmação de Meinberg: “Não se pode evitar irregularidades numa obra de tamanha envergadura”.¹⁴⁴ No mesmo dia, Lacerda responde com coluna intitulada “Desonesto udenista na NOVACAP”. Irritado com a postura de Íris Meinberg, Lacerda vocifera:

Desejo que o sr. Íris Meinberg explique agora, de público, entre outras coisas, o seguinte: 1 - É ou não exato que um filho seu é fornecedor da NOVACAP? 2 - Foi para isto que a UDN o indicou em lista tríplice e o Presidente da República o nomeou para a NOVACAP? Para fiscalizar ou para se associar ao sr. Israel Pinheiro? 3 - Quando vai sair da NOVACAP? Ou então: Quando vai sair da UDN? Não é para tais resultados que os udenistas votam nos candidatos da UDN.¹⁴⁵

Fica claro, pelos depoimentos de Meinberg, pelos questionamentos de Lacerda, que Brasília virou assunto controverso dentro do próprio partido. Mas a crise intra-partidária seria ignorada pelas páginas do jornal após surgirem novas notícias sobre a possível conquista do número suficiente de assinaturas para a instauração da CPI. Em 4 de novembro de 1959, o jornal noticia em chamada de capa: “Ainda hoje sai inquérito sobre Brasília”. Trazendo depoimentos de deputados governistas, a matéria insinua que os deputados da situação estariam dispostos a conceder a CPI, principalmente para se desvincular de notícias de corrupção que poderiam afetar o resultado das próximas eleições presidenciais. De acordo com a reportagem:

Com o decisivo apoio do PTB, poderá ser apresentado, ainda hoje, à Mesa da Câmara dos Deputados, com o necessário número de assinaturas, o requerimento pedindo constituição de CPI sobre Brasília - disse, esta manhã, à *Tribuna da Imprensa*, o deputado Ferro Costa (UDN-Pará) [...]. O Deputado Oswaldo Lima Filho, líder do PTB, disse-nos que a bancada do PTB, por maioria, resolveu “marchar para a constituição imediata da CPI sobre Brasília”.¹⁴⁶

¹⁴³ **Tribuna**, 19 jun. 1959. p.4.

¹⁴⁴ **Tribuna**, 10 jul. 1959. p.3.

¹⁴⁵ **Tribuna**, op.cit. p.4.

¹⁴⁶ **Tribuna**, 4 nov. 1959. p.1.

O jornal salienta, no entanto, que o apoio do PTB não significava o apoio do PSD e publicou a solicitação feita por Osvaldo Lima Filho ao PSD: “O líder comunicou a decisão ontem à noite ao plenário da Câmara e apelou ao PSD para que concordasse com a comissão de inquérito, para ‘livrar o sr. Kubitschek das graves acusações feitas contra ele’”.¹⁴⁷

Ainda sem conseguir as assinaturas necessárias, a UDN anuncia em reportagem publicada no jornal no dia 20 de novembro de 1959, que desistira de apresentar o requerimento para a abertura de CPI no ano de 1959. Não haveria tempo, segundo o jornal, para formar a comissão e iniciar os trabalhos. O jornal anuncia que a UDN teria conseguido todas as assinaturas, mas deixaria para apresentar novamente o requerimento em 15 de janeiro de 1960. A intenção do partido, diz o jornal: “[...] é que o inquérito se realize antes da data prevista da mudança da capital para Brasília, a 21 de abril de 1960”.¹⁴⁸

Durante o resto dos dias de 1959, o jornal não noticiou mais sobre as tentativas da UDN de instaurar uma CPI, afinal, o partido tinha decidido deixar para o ano seguinte a iniciativa de emplacar o requerimento. Em janeiro de 1960, nenhuma notícia sobre a promessa da UDN de apresentar o requerimento com o devido número de assinaturas no dia 15. O jornal começava a propagar como Brasília não estava de forma alguma preparada para ser inaugurada no dia 21 de abril, conforme prometido por Juscelino.

Até a inauguração, nenhuma nova notícia sobre a tentativa de abrir a CPI foi publicada pelo jornal. Apenas resquícios sobre o caso Íris Meinberg, que renunciara ao seu cargo na Novacap após as acusações feitas pelos companheiros udenistas. Em 4 de fevereiro de 1960, a **Tribuna** divulga uma nota sobre a intenção da UDN paulista de dar ao ex-deputado Íris Meinberg a chance de se defender das acusações: “A UDN paulista considera que o caso criado pelas denúncias contra a NOVACAP e que provocaram a demissão do sr. Meinberg do seu cargo na NOVACAP deve ser reaberto, para que o representante udenista possa se defender das acusações que lhe são feitas”.¹⁴⁹

Até a inauguração, nada mais será dito sobre corrupção e sobre tentativas parlamentares de investigação da Novacap. Em quatro anos, primeiro a **Tribuna** denunciou e insinuou práticas de corrupção na Novacap e, a partir de 1959, concentrou-se em noticiar as tentativas do principal partido de oposição, a UDN, de usar as denúncias publicadas na **Tribuna** como elementos suficientes para a abertura de uma CPI de Brasília. Sem dúvida alguma, a questão da corrupção foi uma das mais relevantes para o jornal sobre a construção de Brasília.

¹⁴⁷ **Tribuna**, 4 nov. 1959. p.1.

¹⁴⁸ **Tribuna**, 15 jan.1960. p.2.

¹⁴⁹ **Tribuna**, 4 fev. 1960. p.1.

Como salientado anteriormente, após as denúncias de corrupção e a iniciativa de instaurar a CPI, o jornal concentrará suas notícias sobre a incompletude da capital que Juscelino insistia em inaugurar em 21 de abril de 1960. Prédios incompletos, estrutura deficiente, servidores insatisfeitos, diversos fatores que, como será mostrado na próxima sessão, redundarão na tentativa de Carlos Lacerda de aprovar projeto adiando a mudança da capital para 1970.

1.5 Brasília - a capital incompleta

A última grande crítica identificada pela pesquisa feita no jornal **Tribuna da Imprensa** sobre Brasília é relacionada ao desejo de Juscelino de inaugurar a capital em 21 de abril de 1960. O prazo, descreve o jornal, é muito curto. Diversas consequências negativas surgirão do desejo insensato de Juscelino de inaugurar a capital durante seu mandato. A primeira notícia com a crítica aparece em 26 de setembro de 1957. Intitulada “A capital se muda em abril de 1960”, a reportagem cita discurso feito pelo senador Daniel Krieger¹⁵⁰ em plenário do Senado. De acordo com o jornal, Krieger disse: “Não é possível que se construa, nesse prazo, uma cidade destinada a servir de capital a um país de 60 milhões de habitantes. Isso vai exigir um sacrifício extremo da nação brasileira”.¹⁵¹

Em 15 de maio de 1958, o jornal divulga matéria de capa o que considera um absurdo: a sede do poder legislativo nacional será o último prédio a ser construído em Brasília. Seu término estaria previsto para apenas dias antes da inauguração oficial da cidade. A matéria descreve: “O último edifício público a ficar pronto em Brasília será a sede do Poder Legislativo Nacional, o Congresso Nacional. Ficará pronto apenas dias antes da efetivação da Nova Capital”.¹⁵² Em contraste com a demora para a construção do Congresso Nacional, o jornal aponta para a inauguração em 1º de julho de 1958 do Palácio da Alvorada. A **Tribuna** chama o Palácio da Alvorada de “O Palácio de Juscelino Kubitschek” em reportagem sobre a inauguração chamada “Inaugurado o Palácio de Juscelino”.

Em 18 de maio, a **Tribuna**, pela primeira vez, noticia que Brasília não ficará pronta até o prazo desejado por Juscelino. Curiosamente, quem o jornal utiliza como fonte para dar a informação aos seus leitores é o udenista Íris Meinberg, que ocupava cargo de diretor financeiro da Novacap, indicado pela UDN. E que, mais tarde, quando o partido tenta estabelecer uma CPI para investigar a construção de Brasília, entra em conflito com a UDN e, como visto anteriormente, foi

¹⁵⁰ Senador da República pela UDN/RS entre 1955-1979.

¹⁵¹ **Tribuna**, 26 set. 1957. p.3.

¹⁵² **Tribuna**, 15 mai. 1958. p.3.

vítima de uma coluna enfurecida de Carlos Lacerda na própria **Tribuna da Imprensa**. O nome da reportagem é: “Brasília não ficará pronta durante o governo Kubitschek”. Diz:

O fato de o governo pretender transferir-se para Brasília em 1960 não significa que a nova capital estará pronta nessa época. Muito pelo contrário. Um dos diretores da NOVACAP, o sr. Íris Meinberg, já declarou que o Presidente Juscelino Kubitschek não conseguirá terminar Brasília durante seu governo.¹⁵³

Mas a meta de Juscelino de inaugurar a capital não era apenas ilusória. Era também perigosa. Materiais de péssima qualidade eram utilizados durante a construção de alguns edifícios, o que comprometia a segurança de suas estruturas. Em 22 de maio de 1958, a **Tribuna** noticia que vários prédios desabaram em Brasília:

Acabam de desabar, em consequência das últimas chuvas, seis casas que haviam sido construídas em Brasília, para residência de funcionários públicos que para lá se transfeririam em 1960. Essas casas, construídas às pressas, estavam localizadas no chamado “bairro pobre” de Brasília. Engenheiros que examinaram as ruínas das seis casas concluíram que o desabamento teve como causa a péssima qualidade do cimento e do tijolo, que se esfarelaram em contato com a chuva.¹⁵⁴

Em 27 de maio, a **Tribuna** ironiza a inauguração do Grande Hotel de Brasília em artigo intitulado “Inaugurado antes de pronto o Grande Hotel de Brasília”. Nas palavras do jornal: “O grande hotel de Brasília, apesar de estar inacabado, já foi inaugurado, e a NOVACAP está convidando turistas americanos, alemães e ingleses para visitar Brasília, hospedando-se ali”.¹⁵⁵

Também era uma pressa que afetava os trabalhadores. Seduzidos pelas oportunidades de Brasília, diz a **Tribuna** em 13 de junho de 1958, em matéria chamada “Trabalho escravo na construção de Brasília”, operários eram enganados pela Novacap. A matéria cita o depoimento de um operário chamado Nóe Nogueira Júnior. Eis o que teria dito o mecânico de automóveis ao jornal: “Acreditando na NOVACAP, que diz ser Brasília o Eldorado dos operários, fui transformado em escravo pela NOVACAP nas obras da Nova Capital”.¹⁵⁶ Segundo o jornal, Nóe foi contratado para trabalhar por 30 cruzeiros a hora, oito horas diárias, mas quando chegou em Brasília, foi obrigado a trabalhar por 10 cruzeiros a hora, dez horas por dia.

¹⁵³ **Tribuna**, 18 mai. 1958. p.3.

¹⁵⁴ **Tribuna**, 22 mai. 1958. p.1.

¹⁵⁵ **Tribuna**, 27 mai. 1958. p.2.

¹⁵⁶ **Tribuna**, 13 jun. 1958. p.2.

O Grande Hotel de Brasília voltaria a virar notícia em 3 de novembro de 1958. Inaugurado antes de estar pronto, como disse a **Tribuna** anteriormente, o hotel finalmente sentia os efeitos da pressa de Juscelino. De acordo com a reportagem: “Em Brasília, algo de grave foi descoberto: o edifício do Grande Hotel está com um recalque diferencial de 28 a 30 centímetros, afundando mais de um lado que de outro, correndo risco de desabamento”.¹⁵⁷

Em 21 de dezembro de 1958, depois de salientar que só o Grande Hotel e o Alvorada estavam prontos, a reportagem chamada “Sem condições três poderes não se mudam para Brasília”, cita a entrevista do deputado Neiva Moreira¹⁵⁸, dada ao jornal:

A mudança para Brasília pressupõe a existência de condições prévias para o seu funcionamento como capital da República. A providencia inicial a saber é se o Poder pode funcionar na nova Capital. Se pode, então é arrumar a bagagem e incorporar-se à caravana mudancista. No caso contrário, tem que aguardar que se criem as condições funcionais.¹⁵⁹

Então, em 3 de abril de 1959, Carlos Lacerda publica uma coluna inteira sobre suas razões para acreditar que Juscelino adiaria por meio de terceiros a inauguração de Brasília. O motivo principal, diz Lacerda, é a roubalheira que virou a construção da nova capital. Segundo informações que teria, Lacerda afirma:

[...] acordando dessa espécie de pileque mudancista em que vive, no seu complexo de fuga, o sr. Kubitschek convenceu-se, segundo estou informado, de que não é possível mudar a capital a 21 de abril de 1960. [...] Convencido de que a 21 de abril de 1960 não estará em condições de mudar a capital, senão para fazer uma fita que ninguém tomará a sério, o sr. Kubitschek teme que a propaganda resultante de uma mudança meramente simbólica seja contraproducente.¹⁶⁰

Como visto na sessão anterior, boa parte da concentração do jornal sobre Brasília durante o ano de 1959 dirigiu-se para a tentativa da UDN de estabelecer uma CPI para investigar os gastos na construção da cidade. A coluna citada de Lacerda foi a última aparição, em 1959, do argumento sobre a impossibilidade de Brasília ser efetivamente inaugurada em 21 de abril de 1960. Mas,

¹⁵⁷ **Tribuna**, 3 nov. 1958. p.3.

¹⁵⁸ Deputado federal pela PSP/MA entre 1955-1964, e voltando a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados pelo PDT entre 1993-94 e 1997-2007.

¹⁵⁹ **Tribuna**, 21 dez. 1958. p.5.

¹⁶⁰ **Tribuna**, 3 abr. 1959. p.4.

como ainda será mostrado, com a proximidade cada vez maior da inauguração, aumenta a insistência do jornal em relação a incompletude da cidade.

Já em 7 de janeiro de 1960, o jornal informa que Brasília não tem condições de guardar nenhum arquivo público e, portanto, o arquivo da Câmara não iria para Brasília no dia 20: “Os Arquivos da Câmara dos Deputados não serão transferidos no próximo dia 20 para Brasília porque a Mesa ainda não se pronunciou a respeito e nem a nova capital possui edifício público em condições de guardar com segurança qualquer documento pertencente ao poder público”.¹⁶¹

Em 12 de janeiro, o jornal cita as palavras do deputado udenista Oscar Corrêa¹⁶², dizendo que a inauguração de Brasília em abril será apenas simbólica, ecoando as palavras do artigo de Carlos Lacerda: “Mudança para Brasília em abril, só se for simbólica. Sem condições de vida, em Brasília, a Câmara não pode exigir a presença lá dos seus membros. Estamos dispostos ao sacrifício. Mas nunca nos exijam o que está acima do possível”.¹⁶³

Em 29 de janeiro de 1960, não são mais deputados udenistas que reclamam, mas deputados governistas. Sem citar o nome dos deputados da base de apoio ao governo que fizeram as declarações para o jornal, a **Tribuna** informa em matéria com o seguinte título: “Deputados admitem: é impossível a mudança”.

Deputados governistas na Câmara já admitiam ontem, em conversas reservadas, a mudança escalonada para Brasília, revelando que realmente a transferência completa não poderá ser realizada agora, e que na nova capital ainda faltam muitas coisas, principalmente acomodações.¹⁶⁴

Não só os deputados não queriam ir para Brasília nas condições em que ela se apresentava três meses antes da inauguração. De acordo com a **Tribuna**, os servidores da Câmara dos Deputados também queriam maiores garantias para realizar a transferência para Brasília e estariam irritados com a falta de explicações por parte do Presidente da República. A reportagem, chamada “Servidores não irão a Brasília no escuro”, do dia 10 de fevereiro, diz:

Brasília é uma incógnita, pois nem o Presidente da República poderá dizer o que ela é. Nós, funcionários da Câmara, não vamos experimentar Brasília, vamos passar lá o resto da vida. Esse é o motivo porquê não

¹⁶¹ **Tribuna**, 7 jan. 1960. p.3.

¹⁶² Deputado federal pela UDN/MG entre 1955-1965, Ministro do Supremo Tribunal Federal entre 1982-1989 e Ministro da Justiça em 1989.

¹⁶³ **Tribuna**, 12 jan. 1960. p.3

¹⁶⁴ **Tribuna**, 29 jan. 1960. p.1.

aceitamos promessas. Todos os problemas precisam ser resolvidos aqui e não adiados para a nova capital. Essas foram as palavras da funcionária Stela Prata da Silva Lopes, durante a reunião que os funcionários da Câmara realizaram ontem para tratar da transferência para a nova capital.¹⁶⁵

Com a inevitabilidade da transferência da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central, os mesmos ataques continuam. No dia 20 de abril de 1960, um dia antes da inauguração da cidade, a **Tribuna** solta duas notícias sobre as condições de Brasília. A matéria de capa é: “Senadores pedirão a volta do Congresso: Brasília é um caos”. Na reportagem, o jornal descreve: “Um projeto de decreto legislativo determinando a volta do Congresso ao Rio, por absoluta falta de condições para o seu funcionamento normal em Brasília, será apresentado pelo senador Daniel Krieger (UDN-RS), em uma das primeiras sessões normais”.¹⁶⁶ Para ilustrar a falta de infraestrutura em Brasília, o jornal dá mais dois informativos sobre o estado da nova capital um dia antes da mudança. Na primeira, diz na reportagem “Acabou água de Brasília”:

Informações chegadas de Brasília, de fontes oficiais, afirmam que a partir da tarde de ontem começou o drama da falta de água em Brasília, que se inaugura, com grandes festas, amanhã. Todas as torneiras de Brasília estão secas. O sistema de abastecimento de água, feito pela NOVACAP, não suportou a grande quantidade de água utilizada agora, quando milhares de pessoas chegam a Brasília para sua inauguração.¹⁶⁷

Na segunda crônica, é a poeira de Brasília que ganha destaque. Em “Horas antes da mudança Brasília ainda é poeira”, o jornal faz um resumo de tudo que falta em Brasília:

Apesar de uma laranjada estar custando 50 cruzeiros e um ovo 30, da poeira vermelha, que penetra nas roupas, no corpo e na alma da gente, da confusão por falta de acomodação para funcionários, parlamentares e turistas convidados, da ausência de qualquer obra terminada, da falta de luz e de condução, do surto de disenteria e intoxicação provocado pelo excesso de cloro na água, o sr. Osvaldo Penido, Presidente da Comissão de Transferência da Capital, afirma que Brasília está preparada para a inauguração.¹⁶⁸

¹⁶⁵ **Tribuna**, 10 fev. 1960. p.1.

¹⁶⁶ **Tribuna**, 20 abr. 1960. p.1.

¹⁶⁷ **Tribuna**, op.cit.

¹⁶⁸ **Tribuna**, 20 abr. 1960. p.2.

É a última reportagem que resume a visão do jornal sobre a adequação final da cidade para ser inaugurada no prazo estabelecido por Juscelino. Desde 1957 a **Tribuna** expressa falas de deputados opositores e governistas falando sobre a impossibilidade de uma mudança adequada no prazo estabelecido. Também desde 1957, a **Tribuna** noticia falhas e problemas estruturais na cidade.

Como esperado, a análise da **Tribuna da Imprensa** revelou um jornal comprometido com duras críticas ao projeto de Juscelino de mudar a capital, do Rio de Janeiro para Brasília. Cada uma das quatro categorias traz diversos elementos que serão utilizados na comparação com as posições do **Diário Carioca**. As ideias veiculadas no **Diário** sobre a transferência da capital serão analisadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – O DIÁRIO CARIOCA EM DEFESA DE BRASÍLIA

2.1 O Diário Carioca

O **Diário**¹⁶⁹ foi fundado em 17 de julho de 1928 e extinto em 31 de dezembro de 1965. Durante o período 1945-1954, o **Diário** tentou se estabelecer como um jornal contra Getúlio Vargas e sua herança política. É o que se pode concluir com a oposição que o jornal fez ao governo Getúlio Vargas (1951-1954). O **Diário**, inclusive, apoiou a proposta de *impeachment* levantada pela chamada “Banda de Música da UDN”¹⁷⁰ contra Vargas. Segundo Nelson W. Sodré, em 1951 o **Diário** vendia 45.000 exemplares em dias úteis e 70.000 aos domingos.¹⁷¹ O autor não fornece, porém, a fonte dos dados. De qualquer forma, mostra que o **Diário** era um jornal de boa circulação, apesar de não estar entre os grandes jornais da época.

De acordo com o verbete Diário Carioca, do **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, escrito por Carlos Eduardo Leal, após a queda do governo Getúlio Vargas, o jornal tentou se aproximar do PSD, com o objetivo, segundo relatos não explicitados pelo autor, de adquirir cargos na administração federal.¹⁷² Danton Jobim, um dos principais colunistas do jornal durante o período e seu redator chefe, efetivamente conseguiu um cargo na administração, tornando-se conselheiro de imprensa da Presidência da República. Constatamos ao longo da análise do jornal, que Danton Jobim é um dos principais defensores de Juscelino e da construção da capital.

O **Diário** foi o primeiro jornal cotidiano a circular na nova capital federal, a partir do dia 12 de setembro de 1959, sob a direção do jornalista Elias de Oliveira Júnior. Era denominado **Diário Carioca-Brasília** (DC-Brasília) e os textos eram enviados para as oficinas do periódico no Rio de Janeiro, por telex, telefone e pelo último avião, quando também eram enviadas as fotografias. Durante a madrugada a edição era impressa e despachada para Brasília no primeiro voo.¹⁷³

Após o final do governo Juscelino, o **Diário** entrou em declínio. Em torno de 1961, a tiragem do jornal diminuiu consideravelmente. Com grandes dificuldades financeiras, o periódico rodou sua última edição em 31 de dezembro de 1965. O artigo atribuiu a decadência à inconstância ideológica apresentada pelo jornal. Por exemplo, após ter sido rigorosamente contra o governo Getúlio Vargas, o **Diário** foi defensor ferrenho do governo João Goulart. A inconstância

¹⁶⁹ Por uma questão de praticidade, desde já o **Diário Carioca** passa a ser grafado na dissertação somente como **Diário**.

¹⁷⁰ Grupo de parlamentares da UDN que destacou-se pela oposição virulenta contra os governos Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961) e João Goulart (1961-1964).

¹⁷¹ SODRÉ, op.cit. p.578.

¹⁷² *Diário Carioca* disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 14 de jun. 2012.

¹⁷³ Ver <http://diariocarioca.com.br>

traria uma dificuldade em manter um grupo fiel de leitores identificados com a sua proposta editorial.

Além de sua importância como jornal informativo e opinativo, o **Diário** é reconhecido por ter sido o primeiro jornal brasileiro a fazer uso do *lead*¹⁷⁴ e por ter utilizado pela primeira vez um corpo de copidesque¹⁷⁵ em sua redação. Enfim, será analisado como o **Diário** atuou durante o governo Juscelino e a construção de Brasília, com Danton Jobim liderando a defesa.

2.2 O Diário e a defesa da construção de Brasília

No capítulo anterior, foi abordado um jornal radicalmente contra a construção de Brasília. Pelas razões políticas, econômicas e culturais analisadas, a **Tribuna** estabeleceu sua posição crítica desde o anúncio da construção da nova capital. Mostrou-se que motivações regionais não influenciaram as críticas da **Tribuna**. A análise do **Diário** reiterará o caráter nacional do debate sobre a construção de Brasília.

Os dois jornais possuem estilos diferentes. A **Tribuna** apresenta-se como mais passional e dedicada em suas críticas e posicionamentos. Gastou mais munição contra Brasília e o que considerava seus absurdos do que o **Diário** gastou em defesa da cidade e suas virtudes. Os dois jornais se repetem muito em seus argumentos, de janeiro de 1956 até a inauguração da cidade, mas a **Tribuna** apresenta uma seção especial sobre Brasília, vista no capítulo anterior, que sistematiza bem as críticas do jornal – sendo assim, pareceu mais lógico dividir o primeiro capítulo em temas e não cronologicamente. O mesmo não acontece com o **Diário**. Esse faz uma defesa mais pontual, sem nunca abrir uma seção especial para Brasília. Logo, julgamos mais didático fazer uma divisão temporal deste capítulo e nomear cada ano de acordo com o que se considera ser a temática principal das defesas apresentadas.

É perceptível, desde as primeiras reportagens do **Diário**, que o jornal se coloca como grande defensor da mudança da capital e de seu executor, Juscelino Kubitschek. Podemos concluir que um dos grandes motivos para a defesa radical do governo Juscelino e de suas realizações deve-se a presença de Danton Jobim¹⁷⁶ – que na época era conselheiro de imprensa da Presidência da República – o que explica também a entoação muitas vezes alinhada ao posicionamento oficial do governo utilizada pelo jornal.

¹⁷⁴ O *lead* é a primeira parte de uma notícia, geralmente posta em destaque relativo, que fornece ao leitor as informações básicas sobre o tema. Tem o objetivo de responder às perguntas: “O quê”, “Quem”, “Quando”, “Onde”, “Como” e “Por quê?”.

¹⁷⁵ Copidesque é o trabalho editorial de um redator e revisor de textos para aperfeiçoar o texto.

¹⁷⁶ Jornalista, redator chefe do **Diário** e senador pelo MDB/GB entre 1971-1975 e pelo MDB/RJ entre 1975-1978.

É justo concluir que se encontra o exato oposto da **Tribuna** no **Diário**. Enquanto a **Tribuna** é comandada por uma das figuras de proa da oposição, Carlos Lacerda, o **Diário** é comandado pelo conselheiro de imprensa de Juscelino, um governista. Mesmo sem os jornais se citarem diretamente, concluímos que os dois dialogam e debatem sobre a construção de Brasília. Cada um com suas imagens sobre a cidade, a situação econômica do país e os objetivos de Juscelino.

É nítida a diferença de estilos entre os dois jornais. A coluna opinativa de Danton Jobim e os editoriais – as sessões opinativas do jornal – em pouco diferem das notas e anúncios oficiais publicados pelo jornal como reportagens. Não há nenhuma tentativa de questionar os anúncios oficiais. É o tom neutro e ‘oficialista’ que predomina em 1956. A neutralidade oficialista do **Diário** em 1956 pode ser vista em algumas das primeiras reportagens sobre Brasília publicadas pelo jornal. Em 27 de julho de 1956, o **Diário** garante: “Serão baratas as terras da nova capital”. A garantia é dada por uma nota oficial lançada pela Comissão de Planejamento da construção de Brasília:

Alertando aos possíveis interessados acerca da aquisição de terras em região do Planalto Central de Goiás, onde, futuramente, deverá ser instalada a capital da República, a Comissão de Planejamento desse empreendimento distribuiu nota oficial sobre o assunto, em que destaca o preço baixo a ser pago por terras naquela região.¹⁷⁷

Aqui, é verdade, poderia-se ter apenas uma reprodução neutra de uma nota de interesse genérico para os leitores, mas ficará claro que não é o caso geral. O primeiro sinal de uma abordagem menos neutra aparece em outra nota de nuance oficial publicada em 2 de outubro de 1956. Nela, a construção da capital não é mais um empreendimento como qualquer outro, mas um “grande” empreendimento. A nota cita: “O Presidente Juscelino Kubitschek embarcará, às 7:30 horas de hoje, para Goiás, na região onde se erguerá Brasília, a futura capital federal, numa visita que em que se fará acompanhar de figuras diretamente interessadas no grande empreendimento”.¹⁷⁸

Um só adjetivo pode parecer pouco para determinar uma posição favorável, mas, dado o que será encontrado posteriormente, é, sem dúvida, um primeiro sinal da disposição do **Diário** de concordar e louvar a mudança da capital. Porém, a tonalidade dos comentários de 1956 mantém-se favorável à construção da nova capital do Brasil, mas supostamente neutra. Em 4 de outubro de 1956, o jornal anuncia que o Palácio provisório da Presidência da República, a capela e um hotel

¹⁷⁷ **Diário**, 27 jul. 1956. p.1.

¹⁷⁸ **Diário**, 2 out. 1956. p.3.

com capacidade para 300 pessoas estarão prontos em um ano. É, pelo menos, o que garante a Companhia Urbanizadora do Novo Distrito Federal:

O Palácio provisório da Presidência da República, um hotel com capacidade para receber 300 hóspedes e uma Capela que terá o nome de São João Bosco deverão estar concluídos no prazo de um ano, sendo as três primeiras edificações construídas em Brasília, segundo o plano da Companhia Urbanizadora do Novo Distrito Federal.¹⁷⁹

Curiosamente, a chamada da notícia não informa que os prazos foram dados pela Companhia Urbanizadora, apenas diz que os prédios ficarão prontos em um ano. Assim, o jornal se posiciona como um periódico de apoio ao governo federal. A **Tribuna**, ao contrário, questiona desde o início a capacidade do governo de cumprir os prazos que estabelece para as obras de Brasília. Pouco interessa o que relatam as notas oficiais do governo. Aliás, a **Tribuna** não reproduz notas oficiais do governo. Não sem comentários críticos. Duas abordagens obviamente distintas.

Como visto, para a **Tribuna**, Juscelino Kubitschek mente sobre os prazos de Brasília, cria castelos de areia para promover seu sonho megalomaniaco, mas, para o **Diário**, Juscelino é uma fonte privilegiada e objetiva sobre como as obras de Brasília estão caminhando. Notícia o **Diário** em 11 de novembro de 1956 que as obras de Brasília estão em “ritmo intenso”. De acordo com quem? O supervisor geral das obras, o próprio Presidente da República: “A intensa atividade que vem sendo desenvolvida pela Companhia Urbanizadora em Brasília foi constatada pelo Sr. Juscelino Kubitschek, que chegou ontem ao sítio onde está sendo erguida a nova Capital do País”.¹⁸⁰

Para finalizar a análise das edições do ano de 1956, temos uma mistura de adesão às políticas de execução das obras, verificada pelas notícias previamente analisadas, e a consolidação de um posicionamento descaradamente propagandista, anunciada previamente pelo uso de “grande empreendimento” para qualificar a construção da capital. É uma matéria de 14 de agosto que simplesmente exalta: Brasília será um novo Éden. O seu clima é agradável, a localização é perfeita, foi a melhor escolha possível para o estabelecimento da nova capital do país. Afinal, de acordo com os técnicos do Ministério da Agricultura que debateram o assunto:

A futura capital da República possuirá um clima ameno e temperado terá um volume de água maior do que o atualmente consumido em São Paulo, conterà farto material para construção, um rio com um grande potencial hidroelétrico, apresentará todas as facilidades de florestamento

¹⁷⁹ **Diário**, 4 out. 1956. p.4.

¹⁸⁰ **Diário**, 11 nov. 1956. p.3.

e reflorestamento e todas as demais condições para a instalação de um segundo Éden.¹⁸¹

Difícil para o leitor questionar as opiniões de técnicos do Ministério da Agricultura sobre o assunto em que são especialistas. A estratégia de concordância com as fontes oficiais encontra aí uma de suas vantagens: consultando profissionais que estão na linha de frente, que conheceram o terreno e que sabem sobre o que falam. O **Diário** reproduz fatos incontestáveis para o leitor comum que não é especialista, que não visitou o Planalto Central e que não teria condições de questionar as opiniões privilegiadas divulgadas pelo jornal.

O que lembra, novamente, a diferença de estilos retóricos entre o **Diário** e a **Tribuna**. O estilo da **Tribuna** consistia em apresentar argumentos favoráveis ao empreendimento para serem refutados e estabelecer o mínimo contraditório. Em 1956, o **Diário** insiste apenas em reproduzir notas oficiais e fazer delas sua opinião.

Enfim, com o anúncio que a nova Capital Federal só não será capaz de suplantar as belezas do primeiro Éden, o **Diário** termina as suas notícias sobre a construção de Brasília em 1956. Como será analisado, os próximos anos continuarão com o tom propagandístico e oficialista, mas também apresentarão editoriais defendendo a construção da cidade. Mesmo que os editoriais não tragam grandes novidades em relação aos pronunciamentos oficiais, eles representam uma forma de distinguir a propaganda oficial e o recurso da informação neutra, oferecidos pelo **Diário**.

2.3 O Diário oficialmente em defesa da capital

Em 1956, como apresentado, o **Diário** se limitou a reproduzir notas oficiais do governo sobre a construção de Brasília. “Como seria a capital”, “os prazos oficiais estabelecidos”, “as opiniões de Juscelino sobre as vias nos campos de construção”. Verificamos ainda a presença do alinhamento do jornal às posturas oficiais durante o ano de 1957, no entanto, o **Diário** também insiste em dar a sua opinião sobre a mudança. Passa a ter um papel ativo na defesa da construção da capital e não reproduz apenas o que diz Juscelino. Publica editoriais sobre a necessidade da construção da capital, denuncia uma conspiração contra a construção da cidade e elabora constantemente reportagens que servem como contraponto ao que dizem os críticos.

Fica claro que a batalha por Brasília se dá em várias frentes. Uma delas é sobre a própria necessidade da mudança da capital. Observamos que a **Tribuna** levantou vários questionamentos de ordem econômica e política sobre a conveniência da mudança. Ela seria onerosa, o que

¹⁸¹ **Diário**, 14 ago.1956. p.3.

obrigaria o Estado brasileiro a gastar dinheiro que não tem com uma cidade que não deveria ser prioridade. Ela seria politicamente perigosa, pois isolaria os políticos em uma área distante dos clamores populares, minando as bases democráticas do Estado brasileiro.

O **Diário** apresenta uma perspectiva diferente sobre a mudança da capital. Em editorial importante publicado sobre Brasília, o jornal apresenta a sua visão da necessidade da mudança para o Planalto Central. Em 14 de agosto de 1957, o jornal publica editorial defendendo a cidade das críticas e explica por quais motivos Brasília deve ser construída. A cidade é colocada como um ato de progresso corajoso, que é vista com desconfiança por pessoas de mentalidade mesquinha e conservadora, que não enxergam o novo e não são corajosas:

As realizações pioneiras encontram sempre resistências excepcionais, oriundas da incompreensão do espírito de rotina e do horror ao novo [...] As nações que vivem sua fase decisiva de progresso, que se lançam à aventura de grandeza, não podem se deixar enlear na timidez dos burocratas, nem no cálculo mesquinho que inspira o pior conservantismo.¹⁸²

Como o capítulo anterior deixou claro, uma grande crítica ao empreendimento era ao seu custo. Seria muito dinheiro gasto para a construção de uma cidade inútil. Mas o **Diário** argumenta pensando em um prazo maior, acreditando que Brasília é um passo essencial para o Brasil dar o grande salto econômico do qual necessitava, e que nenhuma consideração mesquinha sobre finanças deveria ser colocada antes dos objetivos maiores da nação: “A construção de Brasília é um empreendimento do qual depende em larga escala a posse econômica de uma vasta região territorial, e não há dificuldades financeiras que não devam ser enfrentadas para sua efetivação”.¹⁸³

Apenas um presidente corajoso, com mentalidade realizadora teria a capacidade de tirar Brasília dos planos e efetivamente construí-la. Não o megalomaniaco, não o mentiroso, mas o empreendedor, o homem que planeja e executa: Juscelino Kubitschek.

Foi, na verdade, um acontecimento auspicioso que a história registrará devidamente a presença de um homem com a mentalidade realizadora do Sr. Juscelino Kubitschek na chefia do governo brasileiro, nesta fase decisiva em que se lançam os fundamentos de uma grande potência econômica continental.¹⁸⁴

¹⁸² **Diário**, 14 ago. 1957. p.1.

¹⁸³ **Diário**, op.cit.

¹⁸⁴ **Diário**, op.cit.

E a coluna insiste em repetir o que as reportagens do jornal constantemente anunciam: Brasília é uma realidade, não há mais força que possa parar sua construção – por mais que se saiba, pela análise das reportagens da **Tribuna**, que existiam forças que argumentavam em 1957 que Brasília era um erro que devia ser abortado. As assertivas triunfantes do editorial transformam Brasília em incontestável e inevitável:

Já se anuncia que a Presidência da República pedirá proximamente ao Congresso que marque para 1959 a data da transferência da capital para a cidade desbravadora cujos alicerces já sustentam as primeiras edificações do planalto. Esse é o sinal de que foram quebradas as últimas barreiras, de que ruíram as últimas resistências.¹⁸⁵

Já se sabe, o sinal anunciado pelo **Diário** não era motivo para tanto otimismo: A **Tribuna** lutou contra Brasília até o dia de sua inauguração. O editorial de 14 de agosto de 1957 é importante para entender uma das principais formas de argumentação que predominarão até abril de 1960: a de desqualificar os críticos, não as críticas. O editorial termina chamando as pessoas que ainda insistiam em ignorar as óbvias razões para a mudança da capital como desprovidas de bom-senso: “Ninguém de bom-senso ignora ou, conhecendo-as, refuta apropriadamente as razões que impõem a construção de Brasília, para onde se transferirá, dentro de prazo breve, a capital do Brasil”.¹⁸⁶

Enfim, as demais notícias do ano de 1957 manterão o mesmo perfil de louvação à velocidade das obras da cidade. Em 23 de agosto de 1957, o **Diário** expressa: “Brasília a jato: casas já em maio de 1958”. Novamente, a reportagem não é consequência de uma investigação efetiva sobre o andamento das obras, mas uma reprodução da fala de Israel Pinheiro:

Brasília construirá, até 2 de maio de 1958, quinhentas casas populares e quatro quadras de blocos de apartamentos, já estando, por outro lado, em grande desenvolvimento os trabalhos de terraplanagem da futura sede do Congresso Nacional, anunciou ontem, no Palácio das Laranjeiras, o sr. Israel Pinheiro.¹⁸⁷

Tais falas, como a de Israel Pinheiro, não são feitas no vazio e nem são reproduzidas no jornal apenas por cortesia. Elas existem para responder, mesmo sem que os críticos e as críticas sejam nomeados, àqueles que duvidam que Brasília seja construída em tempo. Como exposto no

¹⁸⁵ **Diário**, op.cit.

¹⁸⁶ **Diário**, op.cit.

¹⁸⁷ **Diário**, 23 ago. 1957. p.3.

capítulo anterior, a **Tribuna** contestava a capacidade do governo de cumprir o que chamava de loucura construir a cidade em tempo tão curto.

Em nenhuma das reportagens e colunas, como observado até agora, críticas diretas ao empreendimento são reproduzidas literalmente. São sempre citadas em linguagem indireta, sem nomes mencionados e sem especificações. A tendência de não dar voz direta aos opositores se acentua em outra coluna opinativa assinada por Danton Jobim, redator chefe do **Diário**, e publicada pelo jornal em 18 de novembro de 1957, seu nome é: “Conspiração contra Brasília”. Ao mesmo tempo em que admite a existência de pessoas que não desejam a mudança da capital, a coluna ressalta os seus argumentos anteriores sobre a necessidade de mudança, a inevitabilidade da construção e, principalmente, o caráter de Juscelino. Sem ele, como opinara antes o jornal, Brasília jamais sairia do papel. Afirma:

Todas as coisas verdadeiramente grandes foram feitas por homens obstinados e de visão ampla, embora a miopia de muitos de seus contemporâneos veja apenas seus interesses contrariados. Onde existe, porém, um homem de Estado, este persevera, e vence, porque sua medida não é o presente, mas o futuro.¹⁸⁸

Em resumo, o ano de 1957 foi o de sair em defesa da capital contra argumentos e inimigos que ainda não tinham sido nomeados. Não apenas reproduzindo discursos oficiais, apesar de ser prática corriqueira o **Diário** citar Israel Pinheiro e Juscelino Kubitschek, especialmente quando os dois lançam elogios e exalam confiança sobre o empreendimento. O **Diário** se posiciona, e claramente, se é que alguém ainda não entendera.

2.4 Brasília, a cidade que redefine o Brasil no mundo

O ano de 1958 não começa com tom diferente. Aproveitando-se de uma exposição no Rio de Janeiro patrocinada pela Novacap que mostrava uma maquete de como Brasília viria a ser, o **Diário** publica outro editorial em 6 de março de 1958 atacando os céticos e ressaltando novamente que Brasília existe e existirá:

O Presidente da República inaugurou ontem uma exposição sobre Brasília. Ali poderão os céticos e os adversários mal informados colher com os dados necessários para formar uma ideia do que se realiza para construir a nova capital, que será inaugurada em abril de 1960. Tudo

¹⁸⁸ **Diário**, 18 nov. 1957. p.1.

está sendo feito dentro de rigoroso planejamento, cobertas as etapas fundamentais para que a cidade funcione e possa acolher a capital do Brasil em tempo recorde.¹⁸⁹

O editorial segue os mesmos argumentos que se vê nos anos anteriores: Brasília como necessária e inevitável, seus críticos como pessoas que ainda não estão devidamente informadas, a construção como rápida e dinâmica e, como não poderia deixar de ser, um grande empreendimento de responsabilidade do otimista Juscelino Kubitschek. “A lição de otimismo objetivo que o Presidente Kubitschek está dando ao Brasil de hoje não é de palavras nem de promessas, mas de obras que haverão, no futuro, de testemunhar o zelo com que o Brasil de hoje se mostrou à altura dos destinos nacionais”.¹⁹⁰

A novidade do ano de 1958 fica por conta de reportagens que fogem da exaltação do caráter de Juscelino, a velocidade absurda da construção e a diminuição moral dos críticos anônimos: Brasília é louvada por chamar a atenção para o Brasil no exterior. Não é apenas uma obra essencial para o desenvolvimento econômico nacional, mas uma obra que faz o país ser reconhecido internacionalmente. A primeira reportagem que trata de Brasília chamando atenção de outros países aparece em 16 de maio de 1958: “Na Europa, Brasil rima com Brasília”. A reportagem procura mostrar como Brasília redefine a identidade do Brasil em países europeus. Se antes, como ainda será visto na reportagem, o Brasil era definido pelo seu grande produto exportador, o café, e por um dos bairros de sua cidade mais famosa, Copacabana, passa agora a ser conhecido pelo experimento que era Brasília:

Para o europeu de hoje, Brasil já não rima com café ou Copacabana: rima com Brasília. Eles podem ainda se enganar sobre o básico da nossa cultura, mas sabem que um grande empreendimento está sendo realizado. Muitos pensam, ainda, que falamos o espanhol e que a nossa música é a rumba, mas quase ninguém ignora que estamos construindo uma nova capital no coração do país, segundo as concepções mais arrojadas da arquitetura, do urbanismo e até da convivência social.¹⁹¹

O repórter constatou, após falar com diplomatas brasileiros lotados em diversos países – não cita quais diplomatas e quais países –, que Brasília é uma peça de propaganda forte para o Brasil. Suas conversas com os diplomatas trouxeram duas conclusões unânimes: “Primeiro, as curiosidades sobre os assuntos do Brasil têm crescido, no Velho Mundo, em proporção vertiginosa.

¹⁸⁹ **Diário**, 6 mar. 1958. p.1.

¹⁹⁰ **Diário**, op.cit.

¹⁹¹ **Diário**, 16 mai. 1958. p.3.

Segundo, dos temas dessa curiosidade crescente, o que se refere a Brasília é no momento o que mais chama atenções”.¹⁹²

Já em 16 de julho de 1958, uma entrevista de Juscelino para o jornal francês **Le Figaro**¹⁹³ acentua, de acordo com o **Diário**, o crescente interesse pela capital no exterior. Sem citar a entrevista, a matéria do **Diário** apenas enfatiza que Juscelino foi questionado pelo jornal francês principalmente sobre a construção da nova capital: “Dando a medida do interesse que a realização de Brasília desperta em todo mundo, o ‘Le Figaro’ dedica uma entrevista com o Presidente Juscelino Kubitschek à construção da futura capital”.¹⁹⁴

Mas não são apenas os habitantes do Velho Mundo que se interessam por Brasília. A construção repercutiu também entre os vizinhos brasileiros. Em uma pequena nota publicada em 5 de agosto de 1958, se encontra a seguinte informação sobre Buenos Aires: “No bairro Morin, na grande Buenos Aires, será inaugurada em breve uma rua que terá um nome significativo: Brasília”.¹⁹⁵

Temos, então, a construção de uma cidade que vira símbolo da inserção do Brasil no mundo moderno – que, a se julgar pelo espanto do Velho Mundo, coloca-se como vanguarda da modernidade. Brasília não apenas mostraria que o Brasil alcançou a modernidade, mas que poderia liderá-la.

Enfim, fora destacar como Brasília ajuda o Brasil a ser visto com outros olhos pela comunidade internacional, o ano de 1958 não traz mais nada que não foi visto nos dois anos anteriores. O jornal continuou a acentuar a rapidez da construção de Brasília e a grande vontade empreendedora de Juscelino. No dia 31 de outubro, o jornal publica: “Lutará por Brasília em praça pública: JK” com os seguintes dizeres:

O Presidente da República está disposto a ir às praças públicas para defender, perante o povo, a realização de Brasília, e a inadiabilidade da transferência da capital, já fixada em lei para o dia 21 de abril de 1960. Essa atitude do sr. Juscelino Kubitschek poderá ser uma decorrência da atual campanha, de raiz lacerdista, pela qual se pretende protelar a mudança da capital para Brasília, se não for possível impedir a própria construção da cidade.¹⁹⁶

¹⁹² **Diário**, op.cit.

¹⁹³ Importante jornal francês fundado em 1826 e ainda hoje publicado.

¹⁹⁴ **Diário**, 16 jul.1958. p.1.

¹⁹⁵ **Diário**, 5 ago. 1958. p.6.

¹⁹⁶ **Diário**, 31 out. 1958. p.1.

Mas o **Diário** não se limitará a reproduzir as palavras diretas de Juscelino para defender a construção da capital. Percebendo o aumento do questionamento sobre a construção da cidade, defenderá a capital com os mesmos argumentos que utilizou inicialmente para justificar sua construção, porém, acreditamos que aparece algo de novo em uma coluna opinativa de Danton Jobim publicada em 12 de novembro de 1958. Claro, elementos já vistos antes reaparecem: Brasília essencial para o futuro da nação, um trunfo de Juscelino Kubitschek e necessária para o crescimento econômico. Eis o trecho:

Brasília já ganhou a imaginação popular, já se afirmou como aspiração verdadeiramente nacional, sendo difícil admitir que qualquer político com aspirações a suceder o presidente seja contra ela. [...]. A Nova Capital é uma velhíssima aspiração dos brasileiros, vinda do tempo da Colônia. Sua realização, agora, é oportuna e, ainda mais, talvez só agora o projeto de uma nova Capital no planalto esteja amadurecido e tenha condições de ser executado. Chegou a hora.¹⁹⁷

Mantendo a rotina, o **Diário** não cita quem poderia ser o político com aspirações a suceder o presidente e que era contra a nova capital, mas não é impossível especular que Lacerda seja o alvo. O que há de novo, porém, não é o ataque contra o lacerdismo, mas definir Brasília como uma aspiração antiga dos brasileiros. Aspiração, aliás, que existia antes da construção da nação brasileira. Brasília aparece como a realização definitiva do Brasil, como o fim de uma vontade estabelecida desde, pelo menos, três séculos. Os insensatos e pouco informados estavam lutando contra uma vontade histórica.

E assim termina 1958: com um tom vigoroso de defesa contra uma ameaça que se dispunha a criticar a própria construção de Brasília, mesmo estando as obras da capital em estágio avançado. Ainda assim, a confiança do **Diário** não impedirá 1959 de começar e terminar com garantias e mais garantias de que Brasília será inaugurada no prazo estabelecido, 21 de abril de 1960. Segurança dada, como sempre, pelo Presidente da República. O que se vê de diferente em 1959 é a reprodução da estratégia de colocar Lacerda como um pária dentro de seu próprio partido. Serão notados vários udenistas louvados pelo seu posicionamento nacionalista e favoráveis ao empreendimento da construção de Brasília.

2.5 A divisão da UDN defendida pelo Diário

¹⁹⁷ **Diário**, 12 nov. 1958. p.1.

O ano de 1959 não traz muitas novidades, como argumentado, e suas reportagens sobre Brasília costumam ser apenas mensagens de Juscelino assegurando que o prazo será cumprido. Logo, não se considera importante citar extensamente as reportagens, mas torna-se interessante ressaltar uma ausência que é sempre preenchida pela vontade de um homem: o operário de Brasília. Esse parece não existir. Quem sempre surge acelerando as obras é Juscelino, quem parece pegar a mão na massa é Juscelino. É o que se vê em 30 de maio de 1959. O jornal garante: “Juscelino acelera Brasília”. A reportagem afirma:

O Presidente da República viajou ontem para Brasília onde assistirá, hoje e amanhã, a diversas solenidades de inauguração de novas obras da capital. Logo após o seu desembarque em Brasília, segundo informações da nossa sucursal, o sr. Juscelino Kubitschek passa a inspecionar, como faz habitualmente, as obras da NOVACAP.¹⁹⁸

Isto é, se há algum problema de lentidão, a presença de Juscelino garante a aceleração das obras. Mas o que há de verdadeiramente interessante em 1959 é a insistência do jornal em propagar falas de membros da UDN que não estão de acordo com as de Carlos Lacerda. Serão apresentadas duas reportagens que ilustram bem o caso, e uma que esclarece: Brasília não devia ser uma questão partidária, mas de interesse nacional, como o jornal defendia e como Juscelino Kubitschek defendia. Em 10 de junho de 1959, o **Diário** publica: “Udenista exalta Brasília”:

No decurso da visita que fez a esta cidade, o deputado Seixas Dória, da UDN de Sergipe, declarou que o Rio de Janeiro já não oferece mais condições para o funcionamento do governo federal e que Brasília vai oferecer aos parlamentares melhores condições de trabalho. Após percorrer vários canteiros de obras, disse o sr. Seixas Dória que vale a pena o esforço da edificação de Brasília porque, além do fator preponderante de sua contribuição para a unidade nacional, a futura capital vai possibilitar os meios para uma rápida recuperação de vasta zona do país.¹⁹⁹

Nada melhor para um jornal como o **Diário**, que desde 1956 defende a construção de Brasília, poder citar um membro do partido oposicionista, cujo um dos membros, Carlos Lacerda, atacava vigorosamente a construção da cidade, como um pró-mudancista.

A reportagem não é aleatória, o que é esclarecido pelo editorial do **Diário** em 30 de agosto de 1959 justamente sobre a relação entre UDN e Brasília. O editorial é esclarecedor sobre a

¹⁹⁸ **Diário**, 30 mai. 1959. p.1.

¹⁹⁹ **Diário**, 10 jun. 1959. p.3.

vontade do jornal de encontrar dentro da UDN quem seja favorável e quem esvazie as críticas feitas por Carlos Lacerda. O artigo de fundo é menos uma reflexão geral sobre a atitude do partido sobre Brasília, e mais um ato de louvor às ações do líder da UDN na Câmara dos Deputados, o deputado Rondon Pacheco²⁰⁰. Seguem-se as principais partes do editorial chamado “UDN e Brasília”:

As declarações que o deputado Rondon Pacheco fez sobre Brasília e outros temas da mudança da capital, não apenas encham de satisfação os construtores daquela obra gigantesca e os seus adeptos entusiasmados, mas, sobretudo, o atual líder da UDN que, na Câmara dos Deputados, vêm dando sucessivas provas de capacidade e sinceridade no exercício das novas funções.²⁰¹

Notamos que falar bem de Brasília, o grande símbolo do governo Juscelino, rendeu ao udenista grandes elogios e consideração por parte do editorial. Mas o que ele disse?

O sr. Rondon Pacheco não consentiu que sua emoção autêntica fosse desvirtuada por frios critérios de tática política. De coração aberto, transmitiu suas impressões, que são as palavras de um brasileiro integrado no destino de sua pátria e um homem integrado na verdade do seu caráter: ‘Ninguém imagina mais que Brasília é hoje uma magnífica realidade – declarou o líder da UDN – e que funcionará como força centrífuga para convocar as iniciativas de todos os quadrantes do país.’²⁰²

O **Diário** continua com uma de suas principais argumentações: Brasília é uma obra de interesse nacional que não pode ser questionada por motivos políticos; como alguém pode ser contra a obra se não for, ao mesmo tempo, contra o desenvolvimento da nação? Contra – como em editorial analisado anteriormente – a vontade do Brasil desde os tempos coloniais? Não está dito claramente, mas a consequência lógica é que ser contra Brasília era, para o **Diário**, ser contra o Brasil. Mas não Rondon Pacheco, ele era um homem privilegiado:

O sr. Rondon Pacheco demonstra que sabe distinguir entre os motivos político-partidários e o interesse nacional, que prevaleceu em suas palavras. Sabe que Brasília não é improvisação de um governo ou o

²⁰⁰ Deputado federal pela UDN/MG entre 1951-1967. Também foi governador de Minas Gerais entre 1971-1975.

²⁰¹ **Diário**, 30 ago. 1959. p.1.

²⁰² **Diário**, op.cit.

sonho de um homem, mas uma aspiração histórica da nacionalidade, manifestada em quase duzentos anos desde a Inconfidência Mineira.²⁰³

Há uma novidade na última parte: Brasília não é o sonho de um homem. Como combinar com o percebido em outras reportagens e editoriais que louvam a vontade de Juscelino Kubitschek? Não se vê incompatibilidade. Juscelino é apresentado, afinal, como o homem que teve coragem e vontade de realizar a aspiração histórica da nacionalidade. Foi uma vontade individual que entrou em comunhão com uma vontade de duzentos anos de uma nação em construção que possibilitou Brasília.

Para o que interessa para o trabalho, o ano de 1959 termina sem mais citações: reforçando o caráter nacional e extrapartidário de Brasília, criticando quem ousava criticá-la como pessoas de pouca visão e “políticos”. Como se Brasília devesse ser incontestável e desejada por todos que realmente amassem o Brasil.

2.6 A conclusão de Brasília... e as conspirações

O ano de 1960 será de triunfo para o **Diário**. Afinal, a capital que defendeu com unhas e dentes durante quatro anos e meio foi inaugurada na data prometida por Juscelino Kubitschek. Em argumentos, o **Diário** não apresentará nada de diferente. A mesma exaltação da força de vontade do presidente, a mesma exaltação do caráter essencial de Brasília para a economia e o espírito nacional, a mesma exaltação de Brasília como uma novidade que desperta o interesse da comunidade internacional.

Vemos, porém, o que é considerado importantíssimo para o objetivo do trabalho: mesmo em seu momento de triunfo, o **Diário** não considera a batalha definitivamente vencida. Denuncia supostas conspirações contra a inauguração e até cita possibilidades de ataques durante a inauguração. Em suma, mostra o **Diário** batalhando pela sua escolha até o fim, tal como fez a **Tribuna**.

Seguem-se algumas das reportagens que exaltam a conquista de Juscelino Kubitschek. Em 2 de fevereiro, o **Diário** publica – em seu estilo característico de não dizer que quem está fazendo a afirmação é o próprio Juscelino Kubitschek: “JK quebrou sonolência em que o Brasil se embalara”. O que se pode imaginar é que a análise é de algum jornalista, ou acadêmico, sobre o assunto. Mas o que se tem é a reprodução da opinião do próprio Juscelino Kubitschek sobre seu governo, suas realizações e Brasília:

²⁰³ **Diário**, op.cit.

Perante os ministros de Estado reunidos ontem no Palácio do Catete, o Presidente Juscelino Kubitschek, no quarto aniversário do seu governo, pronunciou longo discurso, afirmando que, ao fim do seu mandato, o Brasil será um país com todos os requisitos para completar o seu extraordinário surto industrial. Seu governo – disse – quebrou uma espécie de sonolência em que o Brasil se embalava. “Brasília foi o primeiro ato dessa revolução, fecunda em consequência, a meta número um, a meta-síntese de um Brasil renovado”.²⁰⁴

Em 19 de fevereiro de 1960, o **Diário** mostra novamente sua vontade de reforçar a importância internacional de Brasília, o seu papel de vanguarda moderna. Sem citar exatamente quais jornais europeus louvam Brasília, o jornal crava em reportagem de título “Brasília, a capital do século”:

Os jornais europeus estão fazendo os mais elogiosos comentários sobre Brasília, que denominam “A Capital do Século”. É o que disse à reportagem o sr. Murilo Eugênio Rubião, que deixou recentemente a chefia do Escritório Comercial do Brasil em Madrid, ao desembarcar ontem no navio espanhol “Cabo San Roque”, que o trouxe de volta para o Rio.²⁰⁵

Basta citar alguns títulos de reportagens em 1960 para perceber a intenção do **Diário** de mostrar o entusiasmo por Brasília, sem precisar entrar em detalhes sobre os textos. De acordo com um turista argentino chamado José Horácio Bailez, em 2 de março de 1960, “Brasília é a cidade do século”. Em 2 de março, o **Diário** anuncia que “32 turistas partem hoje para Brasília” e que até a “Áustria festejará a inauguração da cidade”. Enfim, o mundo comemora a conquista do povo brasileiro.

Tem-se, então, o golpe final contra Carlos Lacerda, definitivamente derrotado dentro de seu próprio partido. Diz o **Diário**, em reportagem de 4 de abril de 1960, dezessete dias antes da inauguração de Brasília: “UDN repele Lacerda: trata-se de mudar para Brasília”. O grande inimigo da cidade estaria sendo desmoralizado pelos seus próprios colegas. De acordo com o **Diário**:

A UDN decidiu ontem encarar como um fato concreto e irreversível a mudança da capital da república para Brasília, no próximo dia 21, ao indicar uma comissão para estudar a transferência da sede do Diretório Nacional que, na forma dos Estatutos, deve ser localizada na capital

²⁰⁴ **Diário**, 2 fev. 1960. p.1.

²⁰⁵ **Diário**, 19 fev.1960. p.4.

federal. Essa decisão foi tomada justamente no dia seguinte ao discurso pronunciado na Câmara pelo sr. Carlos Lacerda, no qual o representante carioca justificou um projeto de sua autoria, dispondo que o Congresso, por falta de condições em Brasília, deveria continuar a reunir-se na cidade do Rio de Janeiro.²⁰⁶

Lacerda foi vencido pelo seu próprio partido. Mesmo com a derrota de Lacerda e a capitulação da UDN, o **Diário** ainda desconfiava de movimentos contrários à inauguração da capital, o que exemplifica um dos objetivos do trabalho: tanto a **Tribuna** quanto o **Diário**, mesmo às vésperas da inauguração da cidade, lutavam contra quem julgavam se opor aos seus objetivos. Em 9 de abril de 1960, o **Diário** noticia a possível existência de uma conspiração contra a mudança e escala do seu redator chefe, Danton Jobim, para comentar a possibilidade da conspiração. Em sequência, os primeiros trechos da reportagem “Existe conspiração contra mudança”:

O governo está na posse de informações seguras de que existe atividade conspirativa visando a impedir, ou pelo menos perturbar, antes, durante ou depois, a mudança da capital [...]. O governo irá, se necessário, usar as medidas mais energéticas que o assunto comportar, a fim de preservar a ordem e garantir a mudança.²⁰⁷

Percebemos novamente que o jornal se limita a divulgar informações oficiais sem a apuração sobre quem seria parte dos tais grupos e se eles realmente existiam. Para complementar a notícia, Danton Jobim escreve uma coluna opinativa chamada “Apelando para a ignorância”. Como a notícia, a coluna de Danton não nomeia quem seriam os conspiradores, mas os qualifica de “insensatos” e “impatriotas”. Nas palavras dele: “Um grupo de insensatos concebeu a ideia de embarçar de qualquer modo a mudança da capital. Tendo falhado esforço de certos setores oposicionistas para sabotar a transferência, quer se apelar agora para a ignorância”.²⁰⁸ Em seguida, Danton utiliza uma estratégia já conhecida do jornal: separar os mudancistas dos verdadeiros sentimentos nacionais e também da empolgação internacional. Eles serão chamados de “impatriotas” e contrastados com o anseio do país pela mudança:

No Brasil inteiro se anseia pelo grande acontecimento. Em todas as partes do mundo se acompanha com admiração a façanha que empreendemos e estamos prestes a executar plenamente [...]. Entretanto, brasileiros impatriotas imaginam meios e modos de

²⁰⁶ **Diário**, 4 abr. 1960. p.1.

²⁰⁷ **Diário**, 9 abr. 1960. p.1.

²⁰⁸ **Diário**, 9 abr. 1960. p.1.

obscurecer a epopéia de Brasília [...]. Podemos vaticinar, sem receio de erro, que tais impatriotas provocarão a repulsa da nação brasileira. Os que apelam para a ignorância não terão o mínimo êxito em sua sinistra aventura.²⁰⁹

A conspiração, por mais séria que parecesse, não foi mais noticiada pelo jornal. Até o dia da inauguração, todas as informações falam de comemoração e triunfo. Um dia antes da inauguração, 20 de abril de 1960, o **Diário** anuncia que a capital está superlotada, mas continua a receber visitantes: “Brasília superlotada continua a receber”. O sucesso de Brasília entre o povo se confirma pelo fluxo de movimento para a inauguração da capital. Reporta o jornal:

Brasília já está superlotada. O movimento de tráfego na cidade tornou-se intensíssimo e ainda continua chegar a todo instante, numa verdadeira romaria, levadas e levadas de pessoas, que utilizando os mais diversos meios de condução, vão assistir ao mais empolgante espetáculo presenciado no Brasil e, talvez, no mundo, que serão os festejos de comemoração da transferência da nova Capital da República.²¹⁰

E o maior evento da história do Brasil até então, talvez do mundo, o “segundo Éden”, como divulgou o jornal em 1956, não decepcionou o público que presenciou a inauguração. Foram 50 mil, de acordo com as contas do **Diário**, e eles entraram em delírio. É o que o **Diário** garante em comentário de capa chamada “50 mil pessoas em delírio nas ruas da cidade”:

Num ambiente de grande vibração, criado pelo delírio de Brasília, a Nova Capital do país foi inaugurada à zero hora de hoje. No exato instante em que os ponteiros se encontraram, assinalando a hora neutra do nascimento de um novo dia, caía uma chuvarada sobre a cidade. O que não impediu as 50 mil pessoas de celebrarem com um entusiasmo insopitável. Abraços eram trocados no meio das ruas, em regozija pela criação do novo Distrito Federal. Ouviam-se, a todo o instante, vivas ao Presidente Juscelino Kubitschek e Brasília.²¹¹

O entusiasmo era tão grande que uma das faixas espalhadas pelos carros que estavam na inauguração da capital exibia: “Brasília, capital do mundo do ano 2000”. Faixa que remete ao uso

²⁰⁹ **Diário**, op.cit.

²¹⁰ **Diário**, 20 abr. 1960. p.1.

²¹¹ **Diário**, 21 abr. 1960. p.1.

de Brasília como símbolo do papel condutor do Brasil na modernidade que tanto teria lutado para alcançar. Não surpreende a faixa ter virado título de reportagem²¹².

Em resumo, o dia 21 de abril de 1960 é a grande síntese do que foi a cobertura do jornal: triunfalista, ressaltando a importância de Juscelino Kubitschek, e a vontade do povo que o levou a realizar a vontade histórica da nação brasileira. Impossível maior diferença entre o **Diário** e a **Tribuna**.

Nas considerações finais, serão apresentados os principais contrastes entre as abordagens de ambos os jornais para salientar o que se acredita estar claro após a leitura das reportagens dos dois capítulos analisados: Brasília transformou-se em um campo de batalha e – a julgar pela ferocidade do ataque da **Tribuna**, e pela defesa apaixonada do **Diário** – nenhum dos lados, pelo menos até abril de 1960, teve certeza absoluta de sua vitória.

²¹² **Diário**, 20 abr. 1960. p. 15.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais do trabalho começam com a demonstração do objetivo principal: a análise das reportagens, editoriais e colunas de ambos os jornais analisados – **Tribuna da Imprensa** e **Diário Carioca** mostra que Brasília não era uma unanimidade inevitável. Até o dia da inauguração, o **Diário** defendia a mudança da capital; até o dia da inauguração, a **Tribuna** fazia críticas ferrenhas ao empreendimento. Isto é, a unanimidade não existiu, pelo menos no espaço temporal de 1956-1960 e nos jornais escolhidos para o trabalho.

Constatamos, nos dois capítulos anteriores, que a **Tribuna** e o **Diário** discordaram radicalmente sobre Brasília. De um lado, críticas ferrenhas, ácidas e denúncias constantes de corrupção. Uma oposição dura. De outro lado, um jornal totalmente em defesa da capital, que fez uso de um tom praticamente oficialista para defender, quase sem alterações, as posições do governo.

A apresentação dos jornais e seus argumentos não foram destituídos de análises, mas fica evidente a importância das considerações finais para que se possa observar a comparação entre as opiniões dos jornais e para que, também, se possa demonstrar em quais termos a batalha por Brasília foi guerreada. Comparamos os argumentos de cada um dos jornais em tópicos específicos que foram julgados como os mais relevantes pontos de discordância. É importante ressaltar, porém, uma diferença: a **Tribuna** se ocupou muito mais com Brasília do que o **Diário**. O que não quer dizer que o **Diário** tenha se preocupado pouco. Foi a **Tribuna** que resolveu atacá-la sem piedade, provavelmente por ser a meta-síntese de um governo desprezado pelo jornal. Outro fato notável é a qualidade intelectual dos argumentos apresentados pelos dois jornais. A **Tribuna** aparenta ter uma sofisticação maior que o **Diário**, colocando frente a frente argumentos contrários e favoráveis. Como foi salientado, o **Diário** muitas vezes parece apenas reproduzir a versão oficial do governo federal, suprimindo o contraditório. No entanto, nada que impeça de verificar os contrastes com as opiniões da **Tribuna**.

Ressaltamos a análise da figura do Presidente Juscelino Kubitschek. Quando se trata da vontade de construir Brasília, o que cada um dos jornais pensava sobre a personalidade do presidente e suas intenções?

Quem é o verdadeiro Juscelino?

O mesmo homem é retratado de formas radicalmente distintas. Trazemos novamente reportagens analisadas por ambos os jornais que parecem falar de pessoas diferentes. Este é um ponto em que a disputa entre duas visões torna-se clara. Primeiramente tem-se a **Tribuna** e o que ela diz sobre Juscelino.

O primeiro Juscelino que a **Tribuna** apresenta é o ditador. Um homem que quer fugir das vozes críticas do povo, que quer governar em uma torre de marfim sem contestações. É o que é visto na crítica publicada em 2 de julho de 1957 na **Tribuna**.²¹³ Juscelino também é apresentado como um homem vaidoso, que desperdiça dinheiro público para desfrutar de luxos desnecessários. Em 11 de maio de 1958, a **Tribuna** ressalta o custo do “banheiro de Kubitschek”.²¹⁴

Além disso, Juscelino é colocado como irresponsável, um presidente que acelera obras apenas para alcançar seu objetivo de inaugurar a capital durante o seu mandato. Em 22 de maio de 1958, a **Tribuna** publicou uma notícia preocupante sobre a vulnerabilidade das construções devido ao exíguo período das obras e à péssima qualidade dos materiais utilizados.²¹⁵

Outros exemplos foram observados ao longo do capítulo sobre a **Tribuna** de como Juscelino não foi tratado com cordialidade – sempre criticado com indelicadeza. Mas as três reportagens aqui citadas são vistas como as que refletem as principais imagens sobre o Juscelino que surge da análise do jornal: o Juscelino ditador, vaidoso e irresponsável.

E como o **Diário** apresenta Juscelino? Contra o Juscelino ditador, que quer fugir do povo, encontramos o Juscelino popular, que realiza a vontade nacional. Como argumentado, o estilo do **Diário** é mais oficialista, o que explica o menor número de análises de reportagens e editoriais. O número de fontes do **Diário** não era tão abundante quanto o da **Tribuna**. Ainda assim, foram encontrados momentos em que Juscelino é defendido não pelas suas próprias palavras, mas pelas do jornal, quando expressa Brasília como fruto a ser colhido agora pelos brasileiros, uma vez que vinha sendo cultivada desde o final do século XVIII e que o sucessor ao cargo de Presidente da República não poderá se opor à nova capital.²¹⁶

Uma aspiração verdadeiramente nacional, um velhíssimo anseio dos brasileiros, desde os tempos em que se sonhava com a Independência. É um editorial que, mesmo sem citar diretamente Juscelino, reconhece que Brasília não pode ser obra de um ditador, de alguém que não se importa com o povo e quer se distanciar de suas aspirações e desejos. Pelo contrário. É o homem que realizou o grande sonho nacional.

E o Juscelino vaidoso que, diz a **Tribuna**, constrói objetos de luxo desnecessários nos prédios de Brasília? Novamente, no **Diário** não há uma resposta direta, mas percebemos possíveis réplicas em editoriais como o de 14 de agosto de 1957: “As nações que vivem sua fase decisiva de

²¹³ **Tribuna**, 2 jul. 1957. p.2.

²¹⁴ **Tribuna**, 11 mai. 1958. p.3

²¹⁵ **Tribuna**, 22 mai. 1958. p.1.

²¹⁶ **Diário**, 12 nov. 1958. p.1.

progresso, que se lançam à aventura de grandeza, não podem, entretanto, se deixar enlear na timidez dos burocratas, nem no cálculo mesquinho que inspira o pior conservantismo”.²¹⁷

O que existira de mais mesquinho que reclamar da finíssima louça estrangeira de luxo, como fez a **Tribuna**? O empreendimento é muito maior que qualquer cálculo individualista. Juscelino não é um homem vaidoso, construindo Brasília para si e para se vangloriar. É um homem de coragem que enfrenta a timidez dos burocratas e os conservadores inertes em nome do desenvolvimento e crescimento do país, apregoava o **Diário**.

Sobre a irresponsabilidade de Juscelino, as mesmas características – a velocidade e o dinamismo – são julgados de formas radicalmente diferentes. O **Diário** apresenta Juscelino como a grande vontade impulsionadora das obras da cidade. É ele quem inspeciona as obras, quem pede velocidade para a construção da cidade. E o **Diário** não traz sequer uma reportagem sobre o dinamismo de Juscelino ser prejudicial para a solidez das construções na capital. O editorial de 14 de agosto de 1957 também serve para mostrar o Juscelino empreendedor, o Juscelino dono da vontade para a realização.²¹⁸

Eis o saldo final: contra o ditador da **Tribuna**, temos o homem que realiza a vontade popular do **Diário**. Contra o vaidoso da **Tribuna**, deparamo-nos com o realizador que não se deixa parar por considerações mesquinhas. E contra o apressado irresponsável, encontramos o empreendedor que apareceu na hora necessária para realizar o que há muito se esperava.

Brasília é realmente necessária?

A posição da **Tribuna** nem sempre é a mesma. Em alguns momentos, publica editoriais dizendo não ser contra Brasília, apenas contra a forma apressada pela qual está sendo realizada. Em outros, argumenta longamente sobre como uma capital da República não pode surgir artificialmente e deve ser consequência do desenvolvimento histórico de cada nação. Como visto, em 2 de julho de 1957, a **Tribuna** prometeu que não era contra Brasília.²¹⁹ Porém, apresenta vários argumentos que, se bem entendidos, levam a entender que a mudança da capital para Brasília é um erro do ponto de vista político e econômico. Político por colocar a democracia sob perigo. No mesmo editorial de 2 de julho de 1957, a **Tribuna** insiste que colocar a capital distante do centro demográfico é uma forma de afastar o povo das decisões políticas. Do ponto de vista econômico, na opinião da **Tribuna**, Brasília é um desperdício de dinheiro. Recursos que deveriam

²¹⁷ **Diário**, 14 ago.1957. p.1.

²¹⁸ **Diário**, op.cit.

²¹⁹ **Tribuna**, 2 jul. 1957. p.4.

ser gastos em outras prioridades são inutilizados na construção da nova capital. Novamente o editorial de 2 de julho de 1957 que, como foi ressaltado, é essencial para se compreender a posição da **Tribuna**, mostra a construção como um erro parasitário.²²⁰

O tema voltará a se repetir em várias outras reportagens, como foi mostrado no primeiro capítulo. Há, portanto, uma decisão clara: Brasília não vale a pena para a **Tribuna**. Não vale a pena por minar as bases da democracia e por desviar dinheiro de obras mais importantes.

O **Diário** não entrará em contato direto com nenhuma das críticas apresentadas pela **Tribuna**. Não menciona sequer o questionamento feito pela **Tribuna** sobre a possibilidade de mudança da capital afastar o povo do centro decisório político da nação. O periódico se contenta em reproduzir as mesmas palavras sobre Brasília ser uma vontade nacional. Sendo uma vontade nacional, uma pretensão desde os tempos coloniais, em editorial analisado nas considerações finais e no segundo capítulo. Resta concluir que ela é uma cidade democrática. Ou que, pelo menos, é consequência de anseios democráticos.

Sobre Brasília não ser economicamente necessária, o **Diário** apresenta argumentos mais claros para sua defesa. Verdade seja dita, sem os detalhes das críticas feitas pela **Tribuna**. Profere em 14 de agosto de 1957: “A construção de Brasília é um empreendimento do qual depende em larga escala a posse econômica de uma vasta região territorial, e não há dificuldades financeiras que não devam ser enfrentadas para sua efetivação”.²²¹ Ou seja, o dinheiro gasto para o desbravamento de uma vasta região territorial significava o incremento econômico de uma localidade que até o momento se encontrava remota, inexplorada e sem desenvolvimento. Pensando a longo prazo, Brasília era economicamente viável e necessária para levar as condições básicas para o crescimento econômico às regiões do Centro-Oeste e Norte do país.

Resumindo, temos novamente discordâncias irreconciliáveis. Uma Brasília parasita e que dará prejuízos para a **Tribuna**, e uma Brasília que é um investimento que vale a pena para o futuro, de acordo com o **Diário**. Sobre a questão política, apesar de muito mais elaborado, se acredita ser possível dizer que o argumento da **Tribuna** é de certa forma respondido pela insistência do **Diário** em colocar a construção de Brasília não como a vontade de um homem, mas como a vontade do povo realizada nas mãos de um homem. No entanto, fica o fato que o **Diário** não se pronuncia sobre se Brasília seria ou não prejudicial para o exercício da democracia. Porém, o entusiasmo com a construção e com o sucesso da empreitada leva a entender que o **Diário** esperava que o centro de gravidade populacional do país mudasse, e o desenvolvimento econômico que surgiria com o desbravamento do Planalto Central aproximaria o povo de Brasília.

²²⁰ **Tribuna**, 2 jul. 1957. p.4.

²²¹ **Diário**, 14 ago. 1957. p.1.

Brasília, uma cidade corrupta?

Um dos assuntos mais discutidos pela **Tribuna** sobre a edificação da cidade é a corrupção. Notícias sobre licitações feitas com notas marcadas para beneficiar amigos de Juscelino, por exemplo, são comuns. Todas as denúncias são vagas, sem nenhuma prova efetivamente concreta de corrupção, mas as insinuações são várias.²²²

Surpreendentemente, não foram encontradas reportagens e editoriais do **Diário** rebatendo as acusações de suposta corrupção e favorecimento na construção de Brasília. Uma boa explicação é o já mencionado caráter vago das acusações. E que, se como ficou estabelecido, o objetivo da **Tribuna** era criticar, o do **Diário** era defender. O silêncio sobre certos acontecimentos ou desconfianças é também uma forma de defesa de algum empreendimento. A verdade, porém, é que apresentamos aqui apenas uma especulação sobre por qual motivo o **Diário** sempre se absteve de combater diretamente quaisquer acusações de corrupção.

Não parece absurdo pensar que os louvores patrióticos que se viram ser marca característica do **Diário** não deixam de ser uma resposta, por menos direta que pareça. Como já salientado, o **Diário** considera Brasília a realização de um sonho da colônia. A realização da vontade nacional. Tais críticas pequenas e infundadas não passariam da chamada “mesquinhez de mentes conservadoras” citada em reportagem anterior do **Diário**.

Brasília, uma cidade para o futuro?

Sim, a **Tribuna** concorda com o questionamento, mas somente para estragar o futuro dos brasileiros e dos presidentes que terão que arcar com as consequências da construção de um empreendimento tão custoso. É o que se nota claramente argumentado em 3 de março de 1960.²²³ Brasília é, em suma, uma maldição financeira para o futuro. Mas para o **Diário** o futuro que importa, como inclusive já salientado, é o que as mentes mesquinhas não conseguem enxergar. Brasília custa dinheiro, sim, mas trará seus dividendos no futuro. E, como o **Diário** insiste, Brasília é tida pela comunidade internacional e pelos próprios brasileiros, como a cidade do futuro, a capital do século, a capital do ano 2000. Lembramos a reportagem do **Diário** às vésperas da inauguração da cidade.²²⁴

²²² **Tribuna**, 7 mai.1958. p.2.

²²³ **Tribuna**, 3 fev. 1960. p.1.

²²⁴ **Diário**, 20 abr. 1960. p. 15.

Em conclusão, não parece haver dúvida que Brasília tornou-se um campo de batalha político e que a artilharia mais pesada foi utilizada pela **Tribuna**. Pelo menos em termos de quantidade de questionamentos. De qualquer forma, não se deve subestimar a “estratégia” defensiva utilizada pelo **Diário**. Em todos os confrontos vistos, o método de defesa era simples e eficaz: chamar Brasília de um ato patriótico, de a realização de uma vontade que remonta aos tempos em que o Brasil nem existia, apenas o sentimento do desejo de ser uma nação. Como mencionado na introdução, é o mesmo argumento utilizado por Niemeyer após sua pequena discussão com o escritor norte-americano Marshal Berman.

Sem dúvida, o **Diário** mostrou menos sofisticação, mas o que é analisado aqui não é a sofisticação dos argumentos. O importante é a eficácia da estratégia. Ela marginaliza quem ousa se colocar contra algo tão forte como uma vontade nacional que existia mesmo antes da efetiva construção da nação.

Estas considerações finais terminam com os objetivos secundários, a começar pela **Tribuna** e o udenismo. Julgamos que o elemento udenista que aparece mais claramente durante os cinco anos de críticas da **Tribuna** é o moralismo. Como explicado anteriormente, o moralismo udenista era uma atitude de crítica ao uso do dinheiro público para fins escusos. Já foi mencionada a insistência do jornal em ironizar os gastos luxuosos com o Palácio do Planalto. Seria uma forma imoral de se gastar dinheiro enquanto ele é necessário em outros lugares. Mas o moralismo não apenas critica o desvio para fins menos nobres, ele igualmente acusa de corrupção, o que também já foi abordado a partir das várias insinuações de favores para amigos de Juscelino e Israel Pinheiro.

Além disso, notamos que o udenismo se manifesta em sua face antiestatal, pelo menos durante a discussão sobre a localização correta de uma capital federal. De acordo com o argumento apresentado pela **Tribuna**, em 2 de julho de 1957, uma capital é determinada não pela vontade artificial do Estado, mas por motivos de outras ordens, como sociológicos, econômicos e demográficos. Seria o caso de Buenos Aires, uma capital natural que se encaixaria perfeitamente dentro das necessidades argentinas e que não necessitou de uma intervenção estatal artificial para se estabelecer como capital.

Sobre o elemento elitista, avaliamos que é possível enxergá-lo pela ausência. A **Tribuna** não se utiliza, em suas reportagens, da vontade do povo como elemento de análise. Inclusive, chama Juscelino, como visto, de um presidente disposto a cometer loucuras para agradar a população. O contrário e o certo, para a **Tribuna**, seria tomar decisões que não necessariamente são populares, mas que são essenciais para o futuro e para a saúde da nação. O povo não é uma agente com opiniões confiáveis para a tomada de decisões.

Porém, a UDN que se apresenta na **Tribuna** é a UDN lacerdista que, mesmo compartilhando visões do udenismo, como demonstrado, de forma alguma representa o partido em sua totalidade

– o que seria quase impossível devido à fragmentação do partido. Relembramos que uma das estratégias do **Diário** foi justamente mostrar como Carlos Lacerda não era voz única sobre a construção de Brasília. O que, aliás, confirma a análise de Benevides sobre a relação entre a **Tribuna** e a UDN. Ela diz que a **Tribuna** não é representante das ideias da UDN nacional, mas de uma UDN particular, a carioca, a lacerdista.²²⁵

Para o **Diário**, é difícil encontrar semelhanças com as posturas ideológicas dos principais partidos que foram apresentadas no primeiro capítulo. Definitivamente, não há udenismo presente em suas linhas. O que se percebe é um nacionalismo extremamente voltado para a figura empreendedora de Juscelino Kubitschek. É interessante, no momento, uma comparação com o PTB.

As duas posições que se destacam são a planificação econômica pelo Estado e o aumento do nível de vida da população brasileira, pois, como foi mostrado, o **Diário** insistiu sobre a necessidade de uma vontade forte para a construção de Brasília e sobre a importância da construção para a melhoria das condições econômicas do país. No entanto, a absoluta falta de preocupação do **Diário** com as condições dos trabalhadores na construção da cidade ou, até mesmo, o fato de ignorar a participação dos candangos para exaltar Juscelino Kubitschek, é o suficiente para não aproximar tanto o **Diário** de posições do PTB.

Sobre o PSD, é difícil estabelecer comparações, pois, como foi exposto pela análise dos autores utilizados para o partido, sua característica maior é não se comprometer restritamente a uma ideologia específica para poder governar. Porém, o **Diário** insiste no caráter não-político da construção de Brasília. Udenistas que largam suas visões ideológicas e políticas são louvados. Assim, julgamos que é possível associar certo “raposismo” ao **Diário** em sua tentativa de despolitizar a construção de Brasília, encontrar aliados em todos os partidos, inclusive a UDN, para louvar quem está no poder e louvar suas realizações.

Como já explicitado, é difícil associar o **Diário** a uma ideologia partidária específica. Considerando a presença de Danton Jobim, redator chefe do jornal ao mesmo tempo em que era conselheiro de imprensa da Presidência da República do governo JK, é possível afirmar que o periódico estava mais comprometido com a defesa pessoal do Presidente da República, fizesse o que ele fizesse, e não em manifestar apoio a partidos e divulgar os seus ideais.

Quanto aos autores que enxergam Brasília como uma cola que ajudou a estabilizar o governo Juscelino, unindo diversos setores em prol de um objetivo maior e comum, acreditamos que esta pesquisa nos jornais pode relativizar suas conclusões. Por mais que Skidmore insista que

²²⁵ Maria Victória de Mesquita BENEVIDES. **O governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 229.

Brasília foi o símbolo da unificação de diversos grupos em torno da capital, a **Tribuna** mostrou que Brasília foi motivo de discórdia. Por outro lado, consideramos que a análise de Moreira, mesmo que também apontando para Brasília como aglutinadora, sustenta-se melhor por se concentrar na aliança efetiva e produtiva entre setores agrários e setores industriais, ignorando o simbolismo utilizado como propaganda unificadora.

De qualquer forma, não há dúvida: Brasília causou polêmica durante sua construção. O resultado não estava garantido desde o início. Se forças estruturais agiram, se a vontade nacional atuou, dois jornais cariocas decidiram que a batalha não estava previamente decidida e usaram de seus meios comunicativos para garantir que seus objetivos fossem alcançados.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

- Tribuna da Imprensa

- “A capital se muda em abril de 1960” in: **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, 26 set. 1957. p.3.
- “Ainda hoje sai inquérito sobre Brasília” in: **Tribuna**. op.cit, 4 nov. 1959. p.1.
- “Arquivo da Câmara não vai dia 20 para Brasília” in: **Tribuna**. op.cit, 7 jan. 1960. p.3.
- “Banheiro de Kubitschek custa 15 milhões de cruzeiros” in: **Tribuna**. op.cit, 11 mai. 1958. p.3.
- “Brasília” in: **Tribuna**. op.cit, 2 jul. 1957. p.4.
- “Brasília” in: **Tribuna**. op.cit, 7 fev. 1958. p.4.
- “Brasília à custa da fome do povo – feirantes e fregueses mostram motivos da vida cara” in: **Tribuna**. op.cit, 12 mar. 1959. p.8.
- “Brasília - a mirabolante nova capital brasileira” in: **Tribuna**. op.cit, 2 jul. 1957. p.2.
- “Brasília arruína as finanças do país” in: **Tribuna**. op.cit, 19 mai. 1958. p.2.
- “Brasília: a autofinanciável é hipotecada ao Banco do Brasil” in: **Tribuna**. op.cit, 11 mar. 1958. p.1.
- “Brasília é bom negócio para amigos do governo: muita gente está ficando multimilionária com a nova capital” in: **Tribuna**. op.cit, 7 mai. 1958. p.2.
- “Brasília engole as verbas dos flagelados” in: **Tribuna**. op.cit, 23 mai. 1958. p.1.
- “Brasília está hipotecada a holandeses e americanos” in: **Tribuna**. op.cit, 3 fev. 1960. p.1.
- “Brasília gira em torno de um capricho, afirma a Assembléia de São Paulo [contra a mudança]” in: **Tribuna**. op.cit, 20 mai. 1959. p.3.
- “Brasília: mudança em abril só simbólica” in: **Tribuna**. op.cit, 12 jan. 1960. p.3.
- “Brasília provoca suspensão dos créditos imobiliários” in: **Tribuna**. op.cit, 17 ago. 1958. p.1.
- “Brasília: só dois petebistas curvam espinha” in: **Tribuna**. op.cit, 19 jun. 1959. p.3.
- “Brasília suga o Banco do Brasil” in: **Tribuna**. op.cit, 15 jul. 1957. p.1.
- “Brasília: terra de parentes e amigos” in: **Tribuna**. op.cit, 7 abr. 1958. p.3.
- “Brasília, um disparate uma fantasia perniciosa” in: **Tribuna**. op.cit, 20 mai. 1958. p.2.
- “Cláusulas de encomenda na concorrência de Brasília” in: **Tribuna**. op.cit, 14 mar. 1958. p.1.

“Completa investigação sobre NOVACAP e a Operação-Brasília” in: **Tribuna**. op.cit, 2 nov. 1958. p.1.

“Congresso Nacional será o último edifício de Brasília” in: **Tribuna**. op.cit, 15 mai. 1958. p.3.

“Deputados admitem: é impossível a mudança” in: **Tribuna**. op.cit, 29 jan. 1960. p.1.

“Desabamentos em Brasília” in: **Tribuna**. op.cit, 22 mai. 1958. p.1.

“Desonesto udenista na NOVACAP” in: **Tribuna**. op.cit, 10 jul. 1959. p.4.

“Dispensa de concorrência” in: **Tribuna**. op.cit, 21 mai. 1958. p.1.

“Devassa em Brasília” in: **Tribuna**. op.cit, 9 mai. 1958. p.1.

“Diretor da NOVACAP diz que Brasília é obra do povo” in: **Tribuna**. op.cit, 7 jan. 1959. p.3.

“Governo desvia 1 bilhão para Brasília” in: **Tribuna**. op.cit, 20 dez. 1957. p.1.

“Horas antes da mudança Brasília ainda é poeira” in: **Tribuna**. op.cit, 20 abr. 1960. p.2.

“Hotel de Brasília ameaça cair” in: **Tribuna**. op.cit, 3 de nov. 1958. p.3.

“Inaugurado antes de pronto o Grande Hotel de Brasília” in: **Tribuna**. op.cit, 27 mai. 1958. p.2.

“Inaugurado em Brasília o Palácio de Kubitschek” in: **Tribuna**. op.cit, 1 jul. 1958. p.3.

“Inquérito sobre Brasília vai começar: deputado renuncia” in: **Tribuna**. op.cit, 14 mai. 1959. p.1.

“Investigação imediata de Brasília pela Câmara” in: **Tribuna**. op.cit, 3 nov. 1958. p.3.

“Íris: o que disse de Brasília” in: **Tribuna**. op.cit, 10 jul. 1959. p.3.

“JK nega 200 milhões a Orós e dá 500 milhões para Câmara mudar” in: **Tribuna**. op.cit, 2 abr. 1960. p.1.

“JK trama continuísmo com mudança” in: **Tribuna**. op.cit, 10 mar. 1960. p.1.

“Kubitschek é Luís XVI e Brasília seu Versalhes” in: **Tribuna**. op.cit, 21 nov. 1958. p.3.

“Kubitschek quer parar Congresso para evitar mudança” in: **Tribuna**. op.cit, 1 fev. 1960. p.1.

“Kubitschek vai adiar Brasília” in: **Tribuna**. op.cit, 3 abr. 1959. p.4.

“Lacerda desmascara a manobra do governo que lança sobre o FMI a culpa de sua política de ruína” in: **Tribuna**. op.cit, 19 jun. 1959. p.4.

“Mineiro pedem a Kubitschek moderação na festa do dia 21” in: **Tribuna**. op.cit, 1 abr. 1960. p.7.

“Mudancista da UDN quer a volta de Íris” in: **Tribuna**. op.cit, 4 fev. 1960. p.1.

“Não vou para Brasília” in: **Tribuna**. op.cit, 31 jul. 1957. p.2.

“Nem Brasília nem finanças: o governo resiste a dar satisfação ao povo” in: **Tribuna**. op.cit, 16 jun. 1959. p.1.

“NOVACAP autorizou obras sem concorrência pública” in: **Tribuna**. op.cit, 12 jun. 1958. p.3.

“Pagos 150 milhões para festas de Brasília: Orós espera 80 milhões” in: **Tribuna**. op.cit, 6 abr.1960. p.1.

“Sem condições três poderes não se mudam para Brasília” in: **Tribuna**. op.cit, 21 dez. 1958. p.5.

“Senadores pedirão a volta do Congresso: Brasília é um caos” in: **Tribuna**. op.cit, 20 abr.1960. p.1.

“Servidores não irão a Brasília no escuro” in: **Tribuna**. op.cit, 10 fev. 1960. p.1.

“Trabalho escravo na construção de Brasília” in: **Tribuna**. op.cit, 13 jun. 1958. p.2.

“UDN adia o inquérito de Brasília” in: **Tribuna**. op.cit, 15 jan. 1960. p.2.

“Vigaristas credenciados vendiam terrenos de Brasília” in: **Tribuna**. op.cit, 17 mar. 1958. p.4.

- **Diário Carioca:**

“50 mil pessoas em delírio nas ruas da cidade” in: **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, 21 abr. 1960. p.1.

“Apelando para a ignorância” in: **Diário**. op.cit, 9 abr. 1960. p.1.

“Brasília, a capital do século” in: **Diário**. op.cit, 19 fev. 1960. p.4.

“Brasília a jacto: casas já em maio de 1958” in: **Diário**. op.cit, 23 ago. 1957. p.3.

“Brasília: capital do mundo no ano 2000” in: **Diário**. op.cit, 20 abr. 1960. p.15.

“Brasília e a Oposição” in: **Diário**. op.cit, 12 nov. 1958. p.1.

“Brasília, em dois anos” in: **Diário**. op.cit, 14 ago. 1957. p.1.

“Brasília existe” in: **Diário**. op.cit, 6 mar. 1958. p.1.

“Brasília será rua em Buenos Aires” in: **Diário**. op.cit, 5 ago. 1958. p.6.

“Brasília superlotada continua a receber” in: **Diário**. op.cit, 20 abr. 1960. p.1.

“Concluídos em 1 ano palácio, capela e hotel em Brasília” in: **Diário**. op.cit, 4 out. 1956. p.4.

“Conspiração contra Brasília” in: **Diário**. op.cit, 18 nov. 1957. p.1.

“Existe conspiração contra mudança” in: **Diário**. op.cit, 9 abr. 1960. p.1.

“JK fala de Brasília a Le Figaro: símbolo e revolução, sentido de Brasília” in: **Diário**. op.cit, 16 jul. 1958. p.1.

“JK inspeciona as obras da Capital: contactou o trabalho aí realizado” in: **Diário**. op.cit, 11 nov. 1956. p.3.

“JK quebrou sonolência em que o Brasil se embalara” in: **Diário**. op.cit, 2 fev. 1960. p.1.

“JK vai à nova Capital” in: **Diário**. op.cit, 2 out. 1956 p.3.

“Juscelino acelera Brasília” in: **Diário**. op.cit, 30 mai. 1959. p.1.

“Lutará por Brasília em praça pública: JK” in: **Diário**. op.cit, 31 nov. 1958. p.1.

“Na Europa, Brasil rima com Brasília” in: **Diário**. op.cit, 16 mai. 1958. p.3.

“Serão baratas as terras da nova capital” in: **Diário**. op.cit, 27 jul. 1956. p.1.

“Será um novo Éden a futura capital concluem técnicos” in: **Diário**. op.cit, 14 ago. 1956. p.3.

“Udenista exalta Brasília” in: **Diário**. op.cit, 10 jun. 1959. p.3.

“UDN e Brasília” in: **Diário**, op.cit, 30 ago. 1959. p.1.

“UDN repele Lacerda: trata-se de mudar para Brasília” in: **Diário**, op.cit, 4 abr. 1960. p.1.

Verbetes:

Affonso Arinos de Mello Neto disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=21&sid=201>>. Acesso em 20 de jun. 2012.

Agência Nacional disponível em: <cpdoc.fgv.br/producao/dossiês/aeravargas1/anos37-45/educacaoculturapropaganda/dip>. Acesso em 21 de fev. 2012.

Aurélio Vianna disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 21 de fev. 2012.

Banda de Música da UDN disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 30 de ago. 2012.

Carlos Lacerda disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 22 de mai. 2012.

Celso Peçanha disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 14 de jul. 2012.

Copidesque disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Copidesque>>. Acesso em 30 de ago. 2012.

Danton Jobim disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 21 de jun. 2012.

Diário Carioca disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 14 de jun. 2012.

_____. disponível em <<http://www.diariocarioca.com.br>> Acesso em 11 de set. 2012.

Diário do Congresso Nacional, seção I disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD21NOV1958.pdf#page=64>>. Acesso em 14 de jul. 2012.

Hélio Fernandes disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 30 de ago. 2012.

Hipólito José da Costa disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=885&sid=195>>. Acesso em 30 de ago. 2012.

Íris Meinberg disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 20 de jun. 2012.

Jornal do Brasil disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 30 de ago. 2012.

Lead disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Lead>>. Acesso em 30 de ago. 2012.

Le Figaro disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Le_Figaro>. Acesso em 21 de jun. 2012.

Luís Vianna Filho disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 19 de fev. 2012.

Manuel Francisco do Nascimento Brito disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 30 de ago. 2012.

Milton Campos disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 30 de ago. 2012.

NOVACAP disponível em: <www.fgv.br/cpdoc/busca/busca/buscaconsultar/asp>. Acesso em 21 de fev. 2012.

Oswaldo Lima disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 20 de jun. 2012.

Oswaldo Penido disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 19 de fev. 2012.

Rondon Pacheco disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 20 de jun. 2012.

Ruy Santos disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122586>. Acesso em 20 de jun. 2012.

Sérgio Magalhães disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 14 de jul. 2012.

Tenório Cavalcanti disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 20 de jun. 2012.

Tribuna da Imprensa disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 14 de jun. 2012.

_____. disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-fev-28/uniao-indenizar-tribuna-imprensa-prejuizos-ditadura>>. Acesso em 14 de set. 2012.

Última Hora disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em 30 de ago. 2012.

Bibliografia:

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN; Fernando e KORNIS, Mônica Almeida **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

CAMPOLLO DE SOUZA, Maria do Carmo. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto/Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____ e PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**: discursos e práxis dos seus programas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. "Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia" in: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge; (orgs). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Pp.127-154.

_____. **PTB**: do getulismo ao reformismo. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DE LUCA, Tânia Regina. "História dos, nos e por meio dos periódicos" in: PINSKY, Carla Bessanezi. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. Pp. 111-154.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (pós-1930). BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (coords). 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5. v.

DULCI, Otavio Soares. **A União Democrática Nacional e o Antipopulismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986.

FARRET, Ricardo L. "O Estado, a questão territorial e as bases da implementação de Brasília" in: PAVIANI, Aldo. **Brasília, ideologia e realidade**: espaço urbano em questão. Brasília: Editora UnB, 2010. Pp.25-60.

FLEISCHER, David. "Os partidos políticos" in: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007. Pp.303-348.

HACKETT, Robert. "Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos *media* noticiosos" in: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Veja Editora, 1993. Pp. 101-130.

HIPPÓLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOLSTON, James. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. "Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda" in: MARTINS, Ana Luiza e DE LUCA, Tânia Regina (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2011.

- LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Antologia do Correio Braziliense**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1977.
- MARTINS, Ana Luiza e DE LUCA, Tânia Regina (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand**. Companhia das Letras: São Paulo, 1994.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural” in: DELGADO, op.cit. Pp.155-194.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- RÉMOND, René. “Do político” in: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Pp.441-450.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. “O acontecimento” in: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja Editora, 1993. Pp.27-33.
- ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- SILVA, Ernesto. **História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade**. Brasília: Coordenada-Editora de Brasília, 1971.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A democracia interrompida**. São Paulo: Editora FGV, 2001.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. 5.ed.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX – XX)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- WAINER, Samuel. **Minha razão de viver: memórias de um repórter**. Record: Rio de Janeiro, 1988.